

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE ARQUITETURA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E  
REGIONAL (PROPUR)**

**RAQUEL NOVO DE AZEVEDO**

**QUILOMBOS EM TERRITORIALIZAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DE  
MORRO ALTO**

**Porto Alegre  
2013**

**RAQUEL NOVO DE AZEVEDO**

**QUILOMBOS EM TERRITORIALIZAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DE  
MORRO ALTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

**Porto Alegre**

**2013**

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Azevedo, Raquel Novo de

Quilombos em territorialização: construção de sentidos em Morro Alto / Raquel Novo de Azevedo. -- 2013.  
143 f.

Orientador: Eber Pires Marzulo.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. identidade. 2. territorialização.  
3. etnicidade. 4. comunidades remanescentes de quilombo. 5. territorialidade negra. I. Marzulo, Eber Pires, orient. II. Título.

**RAQUEL NOVO DE AZEVEDO**

**QUILOMBOS EM TERRITORIALIZAÇÃO: CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DE  
MORRO ALTO**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em 25 de abril de 2013 pela banca examinadora constituída por:

---

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo – Orientador  
PROPUR - UFRGS

---

Profa. Dra. Heleniza Ávila campos  
PROPUR - UFRGS

---

Prof. Dr. Frederico Guilherme Bandeira de Araújo  
IPPUR - UFRJ

---

Profa. Dra. Miriam de Fátima Chagas  
MPF

À comunidade negra de Morro Alto.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço à Associação Comunitária Rosa Osório Marques e toda comunidade de Morro Alto pela acolhida durante os três anos em que, junto aos colegas de equipe, invadimos suas vidas, seu território e compartilhamos da sua luta. Esse período ficará guardado para sempre na memória e nas amizades que ali nasceram.

Ao PROPUR e à UFRGS por abrirem novamente as portas da casa e, principalmente, por possibilitarem a inclusão da questão quilombola nas pautas acadêmicas.

Ao GPIT, pela identificação e por ser esse rico espaço de debates e trocas. Mesmo não conseguindo me fazer muito presente durante o processo de escrita, contribuiu significativamente para o amadurecimento teórico e preparação da apresentação do trabalho.

Ao Laboratório de Arqueologia e Etnologia da UFRGS e aos colegas de trabalho por compartilharem a intensidade do campo, a intimidade da casa e as inúmeras dificuldades que se apresentavam. Entre altos e baixos, formamos um belo time e o comprometimento de todos com a causa quilombola foi admirável. Aprendi muito com cada um. Do grupo, me sinto obrigada a fazer uma menção especial à Fabi e à Julia pelas intensas e agradáveis conversas antropológicas que tivemos nos quase 300 quilômetros semanais percorridos de fusca.

Ao meu orientador, Eber, por me acolher em um momento de desterritorialização completa dentro do Programa de Pós-Graduação. Dentre todas as qualidades de orientador, agradeço à sensibilidade com que sempre conduziu o meu processo, acreditando e incentivando o meu trabalho quando eu mesma já não conseguia fazê-lo. De tudo, fica a gratidão, a parceria e a amizade!

À minha família, em especial ao meu pai, pelo amor, incentivo e compreensão sempre!

Aos meus amigos, por compreenderem e relevarem minha ausência nesse período de imersão e por estarem sempre presentes, física ou virtualmente, incentivando ou cobrando com o clássico "e aí, já entregou?".

Ao Cacá, pelo apoio e incentivo, mesmo quando acompanhado de duras críticas à produção acadêmica, o que me ajudou a manter o foco na busca de uma ação social através da universidade. Pela paciência e cuidado sempre, principalmente na reta final. Pelo companheirismo, pois com amor as coisas ficam sempre mais simples e mais bonitas.

A todos que contribuíram mais diretamente no processo de escrita como: Amália pelo *abstract*; minha irmã Laura pela revisão do *abstract* e ajuda no projeto de pesquisa; Marquinhos e Dani pela parceria e "mimadices" no sítio, onde escrevi boa parte da dissertação; Pips pelas dicas, mutirões de escrita e procrastinação; ao Daniel, por salvar meu notebook sempre que ele se entregava; Patrícia Hoff pela revisão.

*Por toda a parte há sinais cada vez mais evidentes de que alguma coisa devia ser feita. Quanto mais rigorosos para com sua ciência, tanto mais os cientistas conscientes coçavam na cabeça perguntas inquietantes que se começa ou continua a ter depois que a pesquisa afinal foi feita e tudo parece, em teoria, tão perfeito. Para o quê serve o conhecimento social que a minha ciência acumula com a participação do meu trabalho? Para quem, afinal? Para que usos e em nome de que, de que poderes sobre mim e sobre aqueles a respeito de quem, o que eu conheço, diz alguma coisa?*

*Carlos Rodrigues Brandão, Pesquisa participante*



## RESUMO

Essa dissertação trata dos processos de territorialização e construção de identidade em comunidades remanescentes de quilombo, a partir de trabalho de campo realizado junto à comunidade quilombola de Morro Alto. Localizada no município de Maquiné/RS, essa comunidade encontra-se, atualmente, em processo de identificação e titulação de seu território junto ao INCRA. Com base no conceito de *evento*, desenvolvido por Milton Santos, esse momento é encarado como disparador do que será tratado como fenômeno quilombola, constituindo diferentes cenários e contextos nos quais a comunidade se manifesta sua territorialidade de forma discursiva. Nessa perspectiva, o processo de territorialização quilombola será abordado a partir da construção de sentido, por parte da comunidade, em três níveis de relações dialógicas: 1) a comunidade em relação a ela própria; 2) a comunidade em relação ao Estado; e 3) a comunidade em relação à sociedade brasileira. Com base nos conceitos de *territorialidade*, *etnicidade* e *evento*, serão identificados os sujeitos discursivos e os valores operados pela comunidade nesses contextos.

**Palavras-chave:** Identidade. Território. Territorialização. Etnicidade. Comunidades remanescentes de quilombo. Territorialidade negra.

## ABSTRACT

This dissertation addresses the processes of territorialisation and identity construction in communities that are reminiscent of *quilombos* (settlements of escaped slaves) and it is based on field research at the *quilombola* community of Morro Alto. Located in the municipality of Maquiné – Rio Grande do Sul, Brazil, the community is currently in the process of identification and entitlement of its territory at the *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA). Based on the concept of *event* developed by Milton Santos, the present moment is understood as the trigger to what will be known as the *quilombola* phenomenon, which constitutes different scenarios and contexts which the community identifies with and is compelled to express its territoriality discursively. From this perspective, the process of *quilombola* territorialisation is addressed through the construction of meaning, by the community, in three levels of dialogical relations: 1) the community in relation to itself; 2) the community in relation to the state; and 3) the community in relation to the Brazilian society. The discursive protagonists and the values that are relevant to the community in these contexts are then identified based on the concepts of *territoriality*, *ethnicity* and *event*.

**Keywords:** Identity. Territory. Territoriality. Ethnicity. Quilombola Communities. Black territoriality.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MNU – Movimento Negro Unificado

MPF – Ministério Público Federal

PMC – Projeto de Medidas Compensatórias.

PT – Plano de Trabalho

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa de localização do Quilombo de Morro Alto.....	14
<b>Figura 2</b> - Mapa do território reivindicado pela comunidade.....	16
<b>Figura 3</b> - Imagem aérea da localidade de Morro Alto.....	50
<b>Figura 4</b> - Imagem em mosaico.....	55
<b>Figura 5</b> - Imagens da Assembleia da Associação do dia 11 de abril de 2009.....	66
<b>Figura 6</b> - Imagem da Assembleia extraordinária do dia 23 de julho de 2010.....	73
<b>Figura 7</b> - Assembleia extraordinária do dia 04 de fevereiro de 2011.....	76
<b>Figura 8</b> - Imagem de reunião de projeto do dia 22 de agosto de 2010.....	77
<b>Figura 9</b> - Imagem de encontro em família para matança do porco em setembro de 2010.....	80
<b>Figura 10</b> - Imagem de exposição do artesanato local na Feira prove Capão em dezembro de 2010.....	82
<b>Figura 11</b> - Imagem da apresentação do Maçambique no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro de 2010.....	85
<b>Figura 12</b> - Reunião do Diagnóstico na localidade da Faxina, em maio de 2010.....	86
<b>Figura 13</b> - Primeira ocupação da sede do INCRA em Porto Alegre, dia 28 de fevereiro de 2011.....	87
<b>Figura 14</b> - Comemoração do Dia da Consciência Negra no Maracanã, dia 20 de novembro de 2010.....	89
<b>Figura 15</b> - Inauguração da sede da Associação, dia 14 de agosto de 2011.....	92

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1. TERRITORIALIZAÇÃO QUILOMBOLA: A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE UM PROBLEMA</b> .....	26
1.1. EVENTO COMO CATEGORIA ANALÍTICA: INSTANTE DO TEMPO EM UM PONTO DO ESPAÇO .....	26
1.2. TERRITORIALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM SÓCIO-ESPACIAL.....	30
1.2.1. <i>Definindo territorialidade enquanto processo</i> .....	35
1.3. ETNICIDADE: CONSTRUINDO A CATEGORIA A PARTIR DA TEORIA DE FREDRIK BARTH .....	37
1.4. DO EVENTO ÀS TERRITORIALIZAÇÕES QUILOMBOLAS .....	44
<b>CAPÍTULO 2. TERRITORIALIZANDO MORRO ALTO: FONTES DO TRABALHO DE CAMPO</b> .....	46
2.1. FONTES DO TRABALHO DE CAMPO.....	47
2.1.1. <i>Vídeos</i> .....	56
2.1.2. <i>Áudio</i> .....	58
2.1.3. <i>Reportagens</i> .....	59
2.1.4. <i>Documentos</i> .....	62
2.1.5. <i>Fotografias</i> .....	63
2.1.6. <i>Diário de campo</i> .....	63
2.2. EVENTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO .....	65
2.2.1. <i>Assembleia da Associação</i> .....	66
2.2.2. <i>Assembleia extraordinária da Associação</i> .....	73
2.2.3. <i>Reunião de Projeto</i> .....	77
2.2.4. <i>Cotidiano</i> .....	80
2.2.5. <i>Diagnóstico Participativo</i> .....	86
2.2.6. <i>Ocupações da sede do INCRA</i> .....	87
2.2.7. <i>Dia da Consciência Negra</i> .....	90
2.2.8. <i>Inauguração da sede da Associação</i> .....	94

2.2.9. <i>Seminário Ensaios de Geopoética</i> .....	93
<b>CAPÍTULO 3. TRÊS NÍVEIS DE AUTO-CONSTRUÇÃO: DISCURSO DE CONSTITUIÇÃO</b> .....	96
3.1. A COMUNIDADE COM ELA MESMA.....	98
3.2. A COMUNIDADE EM RELAÇÃO COM ESTADO.....	106
3.3. A COMUNIDADE PARA FORA.....	116
<b>CAPÍTULO 4. EM CONCLUSÃO: A DINÂMICA DE CONSTITUIÇÃO DO QUILOMBO DE MORRO ALTO</b> .....	122
4.1. DA COMUNIDADE À COMUNIDADE.....	123
4.2. DA COMUNIDADE AO ESTADO.....	126
4.3. DA COMUNIDADE À SOCIEDADE .....	131
4.4. O MOSAICO: UMA RELAÇÃO DIALÓGICA POSSÍVEL .....	132
<b>ANEXOS</b> .....	138
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	141



(15km). A área reivindicada estende-se ao longo das duas rodovias, englobando um total de 4,5 mil hectares. Os limites apontados pela comunidade, que vão de cemitério a cemitério, correspondem ao legado deixado em testamento a seus ancestrais, os ex-escravos da Fazenda do Morro Alto, por Rosa Osório Marques, a proprietária na época.

Devido à geografia acidentada e à grande extensão da fazenda, a ocupação se deu de forma descontínua, sendo que o território pleiteado pela comunidade abrange cinco diferentes localidades, consideradas como bairros rurais. São elas: Morro Alto, Barranceiras (sublocalidade de Aguapés), Ribeirão, Espreado, Faxinal e Prainha (ver imagem a seguir). A localidade denominada Morro Alto, que dá nome ao quilombo, situa-se exatamente no entroncamento das duas rodovias e era onde se encontrava a casa principal e a sede administrativa da antiga fazenda do Morro Alto. Atualmente, corresponde ao centro urbano do distrito (assim considerado pela prefeitura de Maquiné) e é onde estão situados os principais estabelecimentos como a rodoviária, o posto de saúde, a escola, o armazém do seu Maneca, o bar do Queixo e a pizzaria do Alemão, a igreja e o salão paroquial, o Clube Maracanã, além de duas pedreiras, uma fábrica de artefatos de cimento e um conjunto de lotes urbanizados onde vivem algumas das famílias não quilombolas. As demais localidades, não urbanizadas, não contam com a mesma infraestrutura de Morro Alto.





Figura 2 - Mapa do território reivindicado pela comunidade. Fonte: imagem do Google Earth trabalhada pela autora.

No entanto, o território apontado pelo Laudo Antropológico realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e incorporado ao Relatório Técnico de Identificação e Demarcação desenvolvido pelo INCRA não coincide com o apontado pela comunidade. O território do Laudo não incorpora os cemitérios, referências importantes para a comunidade, uma vez que neles se encontram seus ancestrais, e deixa de fora a localidade da Prainha, onde, ironicamente, começaram as primeiras mobilizações de luta pela reivindicação do território.

A área reivindicada apresenta uma grande diversidade ambiental. Compreendendo áreas de morro cobertas de mata nativa, áreas de campo e lagoas, a região é alvo de diversos interesses. A valorização da região, devido à

proximidade com o litoral (distante 15km de Capão da Canoa) e com as lagoas, é crescente. O estabelecimento de grandes empreendimentos imobiliários, como condomínios para lazer e veraneio, vem se intensificando, bem como de empresas relacionadas à construção civil, fábricas de cimento e madeireiras. A exploração de recursos naturais é outro problema que atinge fortemente o território. A extração de pedra é uma das principais atividades econômicas do local. Existem nove pedreiras no local, sendo que três delas ainda encontram-se em plena atividade. A extração de areia e de produtos da mata nativa, como o palmito e a samambaia preta, contribuem com sérios impactos não só ambientais, mas também sociais. Muitos quilombolas arrendaram – ou simplesmente cederam – suas terras para a exploração em troca de muito pouco, quando não de simples promessas.

A comunidade que ali permaneceu e que hoje se compreende como remanescente de quilombo descende diretamente dos escravos da antiga Fazenda do Morro Alto. Atualmente, as famílias encontram-se espalhadas pelas cinco localidades, convivendo com famílias de outras origens que, ao longo da história, foram adentrando o território das mais variadas formas e que, com a efetivação da titulação do território quilombola, tendem a ser indenizadas pelos órgãos competentes e removidas do local.

Segundo o Levantamento Socioeconômico realizado pelo Laboratório de Observação Social da UFRGS em 2004, existem hoje, no território de pleito, em torno de 593 famílias. Destas, 193 famílias são autodeclaradas quilombolas e 400 famílias não o são. No entanto, a comunidade negra abrange ainda um grande número de famílias (265), as quais vivem hoje em áreas urbanas como Capão da Canoa, Osório e Porto Alegre, mas possuem ainda forte relação com Morro Alto e se fazem presente sempre que chamadas pelas lideranças da Associação comunitária.

A Associação Comunitária Rosa Osório Marques foi constituída em decorrência de reuniões sistemáticas da comunidade em função do processo de identificação e titulação do território junto ao INCRA. Esse processo teve início em 2001, sendo que a Associação teve seu Estatuto registrado em setembro de 2002. Desde então, a Associação tem sido o principal veículo de mobilização e representação da comunidade.

Com base nesse conhecimento prévio da comunidade e seu território, adquirido mais da literatura disponível do que de forma empírica, e nas metas estabelecidas pelo IBAMA como compensação às obras de duplicação da BR-101, foi constituída a equipe executora, contando inicialmente com cinco antropólogos, uma arquiteta, dois agrônomos, uma turismóloga e bolsistas de graduação das ciências sociais. Coube à equipe traduzir as 17 metas estabelecidas previamente em um Plano de Trabalho que se encaixasse no montante de recurso disponível, que atendesse a toda a comunidade e, principalmente, que conseguisse driblar todos os obstáculos burocráticos impostos a um convênio deste tipo.

O resultado não foi bem visto pela comunidade, mesmo tendo sido elaborado com base no que se supunha ser a tradução de suas demandas. Percebemos, no entanto, que essas metas não tocavam no ponto principal de sua luta: a titulação do território. Somado a isso, o fato da tão esperada indenização não reverter diretamente em dinheiro para a comunidade, mas sim em ações executadas por pessoas de fora, não correspondia totalmente às suas expectativas. Muitas das demandas de infraestrutura, como campo de futebol, creche, agroindústrias e pavimentação das estradas, não foram contempladas, limitando o plano de trabalho a ações relativas à formação e capacitação.

Sob o ponto de vista da comunidade, foi desta forma arbitrária que nossa equipe se inseriu em seu cotidiano: como os técnicos da universidade que trabalham para seu inimigo declarado (o Estado, representando também os interesses econômicos dos grileiros locais), o qual pretenderia, com o PMC, aquietar os ânimos e desviar sua atenção quanto ao andamento do processo de titulação. Já o nosso ponto de vista era completamente contrário. Ingenuamente, víamo-nos como um grupo de grande potencial, uma vez que constituíamos uma equipe de fato multidisciplinar e engajada com a questão quilombola e com movimentos sociais, a qual traria benefícios para a comunidade. Mesmo cientes da limitação de nosso plano de trabalho em efetuar transformações estruturais, estávamos dispostos a usar do nosso poder de mediação para contribuir nos processo de regularização fundiária. Viramos uma espécie de técnicos-militantes, um tanto verdes, um tanto teóricos, mas entregues totalmente à causa.

Os primeiros contatos entre nossa equipe e as lideranças da comunidade não se deram sem conflitos. A comunidade de Morro Alto possui um longo histórico de luta e mobilização política. Somada à resistência à repressão de seus ancestrais escravos e à luta por espaço e reconhecimento que persiste desde então, a mobilização política por questões territoriais faz-se constante, tendo inclusive levado algumas lideranças à prisão no período da ditadura no Brasil. Tal engajamento lhes atribui uma forte consciência social, ao mesmo tempo em que há uma forte tendência à resistência *a priori*. Nossa equipe, vista inicialmente ora como representante do Estado, ora como vinculada ao DNIT, foi recebida com desconfiança e até mesmo hostilidade, principalmente pelas lideranças políticas.

Nossa entrada em campo se deu de forma intensa. Alugamos uma casa que servia de escritório e moradia, localizada exatamente no centro do núcleo urbano de Morro Alto. Além do fato – já impactante – de sermos onze pessoas estranhas (cada um de uma área profissional) circulando e vivendo por ali, a casa que nos foi oferecida era a única que possuía dois pavimentos. Éramos, literalmente, o centro das atenções.

A primeira ação do projeto na comunidade foi realizar um Diagnóstico Participativo, baseado em ferramentas propostas pela Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrária (VERDEJO, 2006), em todas as localidades citadas anteriormente. Preocupava-nos que nosso campo de interlocução e, conseqüentemente, de ação, ficasse restrito às redes de relação vinculadas às lideranças da Associação e não necessariamente a toda a comunidade. O Diagnóstico tinha o objetivo de validar, criticar ou até mesmo rever as metas estabelecidas pelo IBAMA, pois desde a época de sua elaboração até o início efetivo dos trabalhos haviam-se passado cerca de cinco anos e era visível o descompasso entre as ações propostas e as demandas atuais. A obra da estrada, por exemplo, estava quase concluída quando do início dos trabalhos, e muitas das ações estabelecidas pelo IBAMA diziam respeito à formação e capacitação dos trabalhadores da obra sobre temas ligados aos impactos ambientais e culturais provocados por grandes obras de engenharia, à promoção de integração desses trabalhadores com a comunidade e ao oferecimento de palestras sobre doenças

sexualmente transmissíveis e uso de drogas aos moradores locais. Evidentemente, tais propostas já não faziam mais sentido.

A nossa ação, espalhada nas cinco localidades, e o contato direto com a comunidade, sem a mediação da Associação e das lideranças, permitiu desfazer uma série de mal entendidos sobre o projeto e nosso papel ali enquanto técnicos (e não enquanto agentes do DNIT, INCRA ou do MDA), amenizando o clima de hostilidade instaurado inicialmente. De certa forma, as ações previstas no nosso projeto e, principalmente, as cifras envolvidas, geravam, além de desconfiança, muitas expectativas. Desde então, a receptividade da comunidade foi aumentando cada vez mais nos contatos diretos. Éramos frequentemente convidados para visitas, cafés e almoços. Já nas assembleias da Associação comunitária, a desconfiança, cobrança e a resistência eram sempre declaradas pelas lideranças e nunca questionadas pela comunidade.

Passada a fase de diagnóstico, enfrentamos ainda muitos problemas burocráticos e financeiros, o que dificultou o início da execução das ações de maior peso (em termos de recurso e de expectativa), como a construção do Centro Cultural, da agroindústria, investimentos na agricultura e no turismo. O que conseguimos realizar, de fato, foram as metas que previam reuniões, articulações, palestras sobre patrimônio, cursos, dentre outras atividades que eram vistas pela comunidade como “só conversa” – como ouvimos em diversas situações –, muito embora tenham contribuído sensivelmente para ampliar as redes de atuação e organização da Associação. Durante a vigência do projeto, foi montado um escritório que funcionava tanto como espaço de trabalho da equipe como da Associação.

Minha participação na equipe, enquanto arquiteta, estava vinculada ao eixo temático Edificações e às metas que envolviam construções, mais especificamente o Centro Cultural (um espaço cujo uso e programa seriam discutidos e construídos junto à comunidade), as agroindústrias (também a serem definidas pela comunidade) e alguns quiosques para a venda de produtos locais ao longo das rodovias. Durante o Diagnóstico, como ocorreu com praticamente todos os membros da equipe, deparei-me com outras reivindicações que eram colocadas como prioridade. A moradia foi a principal delas, e passamos a articular, também, a

inclusão da comunidade em programas de crédito para habitação. A reforma da escola, que serviu de sede da Associação no passado, e a construção de uma nova sede também foram elencadas como prioridade.

Os impasses para a execução das construções eram de todas as ordens. O recurso nos era repassado em etapas e com longos períodos de atraso, impossibilitando a empreitada de uma obra do porte do Centro Cultural, bem como de qualquer outro planejamento a longo prazo. O maior entrave, porém, era ainda a questão da terra. Sem a posse do território, não se dispunha de terrenos para as construções, principalmente para o Centro Cultural. Ao fim de dois anos de vigência do projeto, sem conseguir avançar com as metas do chamado eixo Edificações, a comunidade decidiu que a sede da Associação seria construída em um terreno doado por seu Manoel Chico, presidente de honra e o membro mais velho da comunidade. Com o terreno disponível e após vencer as complexas manobras burocráticas, iniciamos as obras da sede, no local mais central do território: em frente à rodoviária, ao lado do posto de saúde, exatamente na rótula de entroncamento das duas rodovias que cortam o território. Em abril de 2011 a sede foi inaugurada, tornando-se um importante espaço de articulação da comunidade.

Durante o longo período que se estendera desde a conclusão do Diagnóstico, em maio de 2009, até o início da construção da sede da Associação – priorizada pela comunidade enquanto não se dispunha de terreno para o Centro Cultural –, em fevereiro de 2011, minha atuação se deu no acompanhamento da equipe em ações dos demais eixos temáticos, não relacionadas à arquitetura, e no apoio à comunidade em sua luta pela posse do território. Foi justamente nesse período que se deu de forma mais intensa minha convivência em campo. Com o olhar deslocado de minha área de atuação e permeado intensamente pelas trocas disciplinares internas à equipe e com a comunidade, pude atentar para outras relações. Minha curiosidade acerca da maneira como aquelas pessoas lutavam por seu território, demonstrando uma forma de apropriação repleta de mitos e razões ancestrais de pertencimento e valores até então desconhecidos para mim, aumentava na medida em que eu me envolvia. Se eu tivesse, talvez, me centrado apenas no que cabia a minha atuação profissional, eu teria percebido muito pouco sobre a forma como essa comunidade se relaciona com seu espaço.

Durante muito tempo acompanhei os passos da comunidade, suas assembleias periódicas, reuniões em vários contextos, manifestações, festejos, almoços de domingo e muitas conversas de varanda, sem ter um problema de pesquisa elaborado. Vários eram os aspectos que me instigavam em um contexto tão rico. Os vínculos ancestrais com aquele espaço, as histórias do tempo dos antigos escravos, seus antepassados, sempre referenciadas geograficamente. A força de organização desta comunidade em torno da bandeira quilombola, buscando, de muitas formas, afirmar e explicitar sua raiz negra na luta travada com os poderes econômicos locais e com o Estado pela posse legal daquele território que me parecia tão genuinamente seu. Elementos que, ao meu olhar, transpassavam todos os problemas e as relações que se estabeleciam naquele momento.

Enquanto arquiteta, ouvi muitos planos e projetos diferentes para o dia em que o território for de fato titulado, embora esse acontecimento seja ainda uma grande incógnita para a maioria. Pude perceber, aos poucos, que mesmo a compreensão do que significaria a posse coletiva do território, na vida de cada um, era bastante diversa e confusa entre a comunidade. As lideranças da Associação, em cada assembleia, expunham de forma fragmentada, dispersa e um tanto utópica ideias ambiciosas de desenvolvimento para com o território e a comunidade. Suponho que tais “projetos” eram apreendidos igualmente de forma diversa e fragmentada pela comunidade.

A principal liderança da comunidade frequentemente expôs em assembleia muitos de seus projetos em prol do desenvolvimento local. São projetos turísticos, visando o desenvolvimento econômico, como trilhas nos morros, passeios nas lagoas, pontos turísticos, uma estátua de Zumbi dos Palmares de grandes proporções no alto do morro; projetos viários e de acessibilidade como ciclovias, novas estradas e pavimentação de alguns trechos antigos; de educação, como escolas quilombolas com conteúdo direcionado, creches; de desenvolvimento agrícola, como pecuária e criação de peixes em cativeiro; dentre outros, visando à autonomia do território e sua futura emancipação dos municípios de Maquiné e Osório.

Nesse contexto, a própria comunidade, a partir de seus próprios questionamentos e conflitos, foi aos poucos revelando a mim o que veio a tornar-se o meu problema de pesquisa para a presente dissertação: analisar o fenômeno quilombola e como se dá sua territorialidade, na relação entre identidade e território, a partir dos projetos e ações de intervenção no território.

Cabe salientar que foi somente após concluir meus trabalhos como membro da equipe junto à comunidade que foi possível formular, nesses termos, um problema teórico a ser trabalhado. Contudo, a postura do pesquisador neutro, provido de um arsenal teórico e que busca no empírico as respostas a determinado problema seria impossível nesse caso. Ao contrário, foi a partir do convívio intenso no cotidiano da comunidade – onde fui percebendo e acumulando uma série de fatos, relatos, conceitos, conflitos, dentre outros elementos que poderíamos considerar como dados – que foi se esboçando um campo teórico a ser trabalhado. Ressalto ainda que, durante todo o trabalho de campo, a dicotomia entre pesquisador e pesquisado nunca se deu da forma supracitada. Os moradores de Morro Alto me viam como alguém que estava ali prestando um trabalho técnico, construindo a sede da Associação, e como uma parceira em sua luta. Tampouco eu os via como objeto de pesquisa, ou informantes. A relação de parceria sempre se fez presente (mais no contato direto com a comunidade nas diferentes localidades do que nos espaços da Associação, é fato) e proporcionou intensa troca de conhecimentos entre toda a nossa equipe técnica e essas pessoas detentoras de uma grande sabedoria popular.

Após meu afastamento da equipe e, em parte, do cotidiano da comunidade, pude, finalmente, me debruçar sobre essa experiência de forma crítica e buscar referenciais teóricos que dessem suporte ao problema formulado. No período em que escrevo esse trabalho, sigo atuando junto à comunidade apenas em sua luta pela titulação do território, a qual se encontra em momento de grande turbulência. Apesar da legitimidade constitucional de suas reivindicações e de terem sido cumpridos efetivamente todos os procedimentos estabelecidos pelo Estado para a titulação, disputas políticas e o poder dos grandes latifundiários que ocupam o território insistem em barrar o processo.



Cabe dizer que, mesmo após o término do trabalho técnico em Morro Alto, nunca me afastei completamente das pessoas e das relações construídas nesse período. Devido ao meu envolvimento político e profissional com a questão quilombola e afetivo com algumas famílias de lá, ainda hoje me chegam notícias da comunidade e frequentemente retorno a Morro Alto para visitar amigos que viraram verdadeira família para mim nesse período.

Essa dissertação de mestrado é fruto, portanto, não só de um longo período de convivência, aprendizado e observação junto à comunidade, como também da problematização teórica sobre a relação dessa comunidade com o território ao longo do tempo. O objetivo do trabalho foi o de investigar as formas como a identidade étnica, no caso quilombola, se constitui e se manifesta no processo de territorialização destes grupos. O resultado deste processo será apresentado em quatro capítulos: 1) capítulo teórico; 2) apresentação dos dados a partir dos eventos; 3) análise dos dados e 4) conclusões.

O **primeiro capítulo** discute o referencial teórico utilizado para a construção do problema de pesquisa propriamente dito. Para dar conta dos processos de territorialização das comunidades quilombolas, supostamente diferenciada dos demais grupos sociais, serão trabalhados alguns conceitos-chaves. O *evento*, a partir da abordagem de SANTOS (1999 e 2006); *lugar, espaço, território e territorialização*, a partir de um diálogo proposto entre os autores HAESBAERT (2004, 2005 e 2007), ARAÚJO (2007 e 2009) e SANTOS (2006); e por último serão definidos os conceitos de *etnicidade* e *grupos étnicos*, com base na teoria de BARTH (1998) e discutida por POUTIGNAT & STREIFF-FENART (1998).

O **segundo capítulo** apresenta o modo como se deu a coleta de dados durante o período de campo. Devido à diversidade de atuação e à longa duração do período em campo, foi gerada uma grande diversidade de registros escritos, gráficos e audiovisuais. Esses registros constituem as fontes de dados e foram agrupados a partir dos eventos, no sentido discutido no capítulo teórico. A apresentação dos eventos tem por objetivo explicitar o contexto de uma abordagem discursiva do fenômeno quilombola.

O **terceiro capítulo** refere-se à análise dos dados propriamente dita. Serão apresentados, em um primeiro momento, os instrumentos utilizados para a análise e a interpretação dos discursos. O processo de territorialização quilombola será abordado a partir da construção de sentido, por parte da comunidade, em três níveis de relações dialógicas: 1) dialogismo interno à comunidade; 2) a comunidade em relação dialógica com o Estado; 3) a comunidade em relação dialógica com a sociedade brasileira. Com base nos conceitos trabalhados de *territorialidade*, *etnicidade* e *evento*, serão identificados os sujeitos discursivos e os valores e analisadas as formas como esses são operados pela comunidade em sua construção de sentido acerca de sua identidade quilombola e seu processo de territorialização.

O **quarto capítulo** apresenta os resultados das análises nos três níveis de relações dialógicas propostos. Esses resultados, antes de uma conclusão, constituem uma interpretação, um discurso científico sobre as dinâmicas de constituição do Quilombo de Morro Alto. Os sentidos de comunidade e territórios quilombolas construídos nas diferentes esferas relacionais do processo de territorialização da comunidade serão postos em relação entre si e com os conceitos discutidos no capítulo teórico, revelando, assim, a imagem do mosaico.

## **CAPÍTULO 1. TERRITORIALIZAÇÃO QUILOMBOLA: A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE UM PROBLEMA**

Nesse capítulo serão abordados os conceitos teóricos chaves utilizados na construção do processo de territorialização quilombola enquanto problema teórico. Esses conceitos foram construídos a partir das proposições teóricas de autores que abordam os temas da identidade, território e grupos, além de instrumentos de interpretação de discursos.

### **1.1. EVENTO COMO CATEGORIA ANALÍTICA: INSTANTE DO TEMPO EM UM PONTO DO ESPAÇO**

O primeiro desafio teórico decorrente da experiência empírica junto à comunidade quilombola de Morro Alto foi de ordem cosmológica. Ao estabelecer diálogos com a comunidade relativos à sua história e seu território, foi possível perceber que suas narrativas transitavam entre passado, presente e futuro em uma trama não linear e bastante complexa. As referências aos tempos antigos surgiam sempre que projetos ou planos futuros eram explicitados, ao mesmo tempo em que as expectativas com relação à legalização da situação territorial surgiam como seleção de lembranças ou mitos ancestrais.

A noção de tempo linear não daria conta, metodologicamente, de compreender o processo de territorialização desta comunidade a partir de seu próprio ponto de vista. Havia um impasse metodológico. O processo de titulação do território propõe uma agenda de mobilização e organização social que conduz as comunidades a reconhecerem uma identidade coletiva. Esse olhar sobre si mesmo é, ao mesmo tempo, baseado no passado e orientado ao futuro, na construção de um projeto de território quilombola.

O conceito de *evento*, segundo a abordagem de Milton Santos, parece resolver esse impasse, uma vez que o autor afirma ser o evento uma categoria de

análise que permite unir “o futuro e o passado, que aparece como presente” (SANTOS, 1999, p. 15). Apesar de um tanto abstrato em um primeiro momento, ao estudar mais profundamente o conceito enquanto categoria analítica aos estudos espaciais, como sugere o autor, foi possível visualizar sua aplicabilidade nesse caso. Segundo ele, o evento surge como conceito capaz de unir tempo e espaço em uma mesma categoria. O mundo, enquanto totalidade, deve ser encarado como um conjunto de possibilidades:

Então o mundo se dá como latência, como um conjunto de possibilidades que ficam por aí, vagando, até que, chamadas a se realizar, transformam-se em extenso, isto é, em qualidades e quantidades. Tais essências seriam, então, o Real Possível, possibilidades reais, e não ideais. Esse Real se dá como configuração viável da natureza e do espírito, em um dado momento: uma técnica nova ainda não historicizada, uma nova ação apenas pensada. (SANTOS, 2006, p. 80).

O evento se dá, então, como veículo de realização de uma ou outra dessas possibilidades em um determinado lugar. Teria a capacidade de unir o mundo ao lugar, pois a partir da ação as possibilidades se tornam realizadas, historicizadas, espacializadas, criando particularidades que irão refletir uma nova totalidade.

Uma primeira abordagem do conceito poderia traduzi-lo em uma espécie de recorte no tempo ou espaço, um momento específico da história. Porém, ele vai além desse instante fotográfico. Ele é a própria manifestação de um tempo empírico, onde um acontecer histórico se realiza.

A análise de um evento presente deverá levar em consideração a história cristalizada no lugar e o conjunto de possibilidades que constituem a realização de um futuro possível. Os eventos são sempre dados no presente, mas a partir dos pólos passado e futuro. É a partir da sequência de eventos que se atribui história a um lugar (SANTOS, 1999, p. 16).

A ideia de *ação* está intimamente ligada à de *evento*, podendo ser encarados como sinônimos. É a partir da ação, em um determinado instante, que o homem realiza o mundo em um lugar. Os eventos são a realização dessas ações humanas, onde o mundo se realiza simultaneamente em diversos lugares. Na atualidade, com a globalização e a intensificação dos meios de comunicação, podemos distinguir

eventos de ordem global e eventos de ordem local. Os eventos, contudo, não estariam condicionados, necessariamente, à ação humana.

Ao apresentar as estratégias de classificação dos eventos, o autor distingue dois tipos principais: os eventos naturais e os eventos sociais ou históricos. Os primeiros independem de ação humana e estariam relacionados aos próprios movimentos da natureza como, por exemplo, o início de uma tempestade ou um terremoto. Já os eventos sociais resultariam da interação humana, com efeitos na natureza. Os eventos que irão interessar nesse estudo são os de caráter social e histórico produzidos pela ação humana em nível local.

Os eventos poderiam ainda ser classificados em finitos e infinitos, de acordo com a distribuição de possibilidades e de recursos. No caso dos eventos finitos, o autor cita como exemplo: o tempo de cada um, o dinheiro de que dispomos ou ainda a população de um país. No caso dos eventos infinitos, as possibilidades e recursos não se esgotam com o uso; ao contrário, são cumulativas e não competitivas. São apresentados como exemplos: a liberdade, a democracia e a informação (SANTOS, 2006, p. 96).

O autor apresenta algumas características dos eventos que se tornam oportunas, tanto para sua identificação, quanto para sua análise. As ideias de duração, de escala e de superposição permitem identificar, delimitar e, assim, definir melhor os eventos.

A duração diz respeito ao período do tempo em que se dá o evento. Esse é sempre o presente, mas o presente, nesse caso, não se limita ao instante imediato. A duração está relacionada ao período de tempo em que um evento se faz sensível, presente, sem alterar suas características originais. Além de sua duração natural, própria, o evento pode ter uma “duração organizacional” (SANTOS, 2006, p. 97), na qual seu período de existência pode ser prolongado ou reduzido por ações externas a ele. O autor nos traz como exemplo a ação organizacional, a ação de uma lei ou o calendário escolar.

A ideia de escala – ou área de abrangência – de um evento se dá relacionando sua duração com a espacialização. Pode-se definir a escala segundo a área de onde emergem os vetores que irão constituir o evento (escala de origem) ou

segundo a área de incidência, ou a área afetada pelo evento em sua realização. O autor chama a atenção para o fato de que os eventos sociais ou históricos não se dão de forma isolada, mas sim de forma solidária com outros eventos. A relação – ou a solidariedade – ocorre sempre mediada pela totalidade, por isso não se poderia falar em eventos superpostos, mas sim combinados.

A superposição se dá quando consideramos um conjunto de eventos com duração e escala variáveis, que compartilham total ou parcialmente de uma mesma área ou um mesmo lugar. Esses eventos superpostos irão formar um novo evento.

Tomando como exemplo o estudo de caso da comunidade quilombola de Morro Alto, é possível abordar sua relação histórica com o território a partir dessa nova categoria. Se tomarmos como evento – o qual se manifesta no presente da comunidade – o processo de regularização de suas terras e todos os elementos, possibilidades e recursos distribuídos nesse contexto (espaço-tempo presente), é possível compreender a carga histórica de suas narrativas, pois são elementos acionados como recurso para compreender o presente e planejar o futuro. Os fatos históricos (verdadeiros ou míticos) que fundamentam a origem da comunidade e que orientam o sentimento de pertença ao lugar em questão são as bases de sua reivindicação pela posse da terra e constituição de seu território ao mesmo tempo em que a concretude de sua reivindicação está em um tempo futuro. Só é possível compreender essa comunidade hoje a partir do evento que se estabelece em sua existência, e esse evento é orientado tanto para o seu passado quanto para o futuro.

O processo de titulação do território, por sua vez, se constitui a partir de uma série de outros eventos que compõe a história atual da comunidade e do território. Dentro desse evento maior, podemos apontar: a autoidentificação da comunidade como remanescente de quilombo; a reivindicação de seus direitos constitucionais junto ao Estado; a constituição de uma Associação representativa; o contato com a universidade quando da elaboração de Laudo Antropológico; a reivindicação de medidas compensatórias devido aos impactos sofridos pela duplicação da BR-101; o contato com a equipe executora das medidas compensatórias; dentre outros. Cada ação realizada tanto nesse período como nesse lugar, ou ainda por alguns dos

atores envolvidos, pode – ou não – corresponder a um elemento do evento analisado.

Nessa relação de eventos, é possível identificar diversos tempos e espaços imbricados. Se for traçada a linha de tempo dos eventos citados, pode-se afirmar que a duração do evento maior analisado corresponde a praticamente uma década. Nesse sentido, a ideia de presente enquanto instante imediato, temporal, não se configura. Essa categoria analítica será fundamental não só na compreensão dos discursos, mas também na seleção dos dados a serem analisados no decorrer da pesquisa.

## 1.2. TERRITORIALIZAÇÃO: UMA ABORDAGEM SÓCIO-ESPACIAL

Ao se trabalhar com o tema da espacialidade humana de maneira geral e da relação sociedade x território em especial, deve-se considerar atentamente a diversidade de enfoques dados a diferentes conceitos que o circundam. *Lugar* e *espaço*, por exemplo, são termos que, por seu uso frequente na linguagem cotidiana, podem ser confundidos e até mesmo utilizados como sinônimos dependendo do contexto em que se encontram. Quando nos referimos ainda a *território*, aumentam as distorções. Ao utilizamos esses termos como categorias de análise, mais necessário ainda se faz a explicitação das diferenciações e filiações teóricas a que estamos nos referindo. O próximo item se dedica a conceituar e referenciar *lugar*, *espaço* e *território* na construção da ideia de territorialização enquanto categoria de análise.

As considerações de Bourdieu (1997) sobre o *lugar* podem ser tomadas como ponto de partida para a delimitação desse conceito e de sua relação com a ideia de espaço, nos âmbitos desta pesquisa. Para o autor, o lugar diz respeito simplesmente a uma localização, a uma determinada coordenada do espaço físico onde um objeto está situado, posicionado. Não seria mais do que a referência, no espaço, de algo que existe. O lugar é então definido por ele como “a extensão, a superfície e o

volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico”. (BOURDIEU, 1997, p. 160). Sob essa perspectiva, o lugar, por si próprio, é vazio de conteúdo e de significado. Ele surge apenas como uma referência, uma localização. Nessa mesma linha, Michel de Certeau irá afirmar que “um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade” (CERTEAU, 1994, p. 201).

Se o lugar vem a ser esse referente acionado para designar um ponto, ou uma determinada área na superfície, o espaço surge no momento em que o conteúdo social, que se realiza no lugar, passa a ser considerado. Certeau irá defini-lo enquanto um “lugar praticado”. Para ele, “o espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada.” (CERTEAU, 1994, p. 202). Os percursos e os relatos são elementos que definem uma prática em determinado lugar, constituindo espaços. “São os que transformam em espaço a rua geometricamente definida pelo urbanismo como lugar.” (CERTEAU, 1994, p. 202).

Tomando-se como exemplo uma estação de trem a partir apenas de sua edificação, sem considerar seu uso cotidiano, tem-se a designação de um lugar situado em determinado ponto da cidade e que pode ser utilizado como referência para designar outros lugares. Porém, ao se considerar seu funcionamento, com os seus usuários, tem-se então um espaço. É nele que se dão os fluxos, as ações. O espaço vem a ser a realização, no lugar, da relação entre sociedade e natureza. Milton Santos resume bem essa questão ao afirmar que “o espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais.” (SANTOS, 2006, p. 71).

Para compreender a afirmação de Milton Santos, é preciso explicitar aqui sua discussão sobre a categoria forma-conteúdo. Para o autor, a ideia de forma e conteúdo refere-se, justamente, a essa realização humana do espaço a partir das práticas do cotidiano. O cotidiano passa a ser a quinta dimensão do espaço. O espaço é visto, então, como “uma forma que, por ter um conteúdo, realiza a sociedade de uma maneira particularizada” (SANTOS, 1999, p. 16). É a realização desse cotidiano, ou seja, da prática e ação dos atores, que constitui o espaço, onde havia apenas um lugar.



Outros autores contradizem essa ideia de lugar desprovido de significado. Marc Augé (1994), ao discutir o conceito de *não-lugar*, acaba por delimitar sua ideia de lugar. Baseando sua discussão no trabalho de Certeau, dirá que sua definição de espaço aplica-se ao que ele denomina de “lugar antropológico”:

O lugar, como o definimos aqui, não é em absoluto o lugar que Certeau opõe ao espaço, como a figura geométrica ao movimento, a palavra calada à palavra falada ou o estado ao percurso: é o lugar do sentido inscrito e simbolizado, o lugar antropológico. Naturalmente, é preciso que esse sentido seja posto em ação, que o lugar se anime e que os percursos se efetuem, e nada proíbe falar de espaço para descrever esse movimento. Porém, esse não é nosso propósito: incluímos na noção de lugar antropológico a possibilidade dos percursos que nele se efetuem, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza. (AUGÉ, 1994, p. 76).

Como sugere Augé, não cabe aqui julgar qual termo se faz mais correto. O que importa é diferenciar as escalas e delimitar os conceitos necessários ao entendimento das categorias que se pretende utilizar. Nesse caso, lugar e espaço serão definidos, no âmbito desta pesquisa, seguindo as proposições de Bourdieu e Michel de Certeau. Aqui, o lugar antecede ao movimento, aos percursos e aos discursos. Antecede à ação significativa dos sujeitos. Quando praticado, lembrado ou dotado de sentido, tem-se o espaço.

Estabelecidos os conceitos de lugar e espaço, cabe ainda definir o conceito de *território* que será trabalhado para construir a noção de territorialidade e territorialização. A abordagem de espaço defendida por Milton Santos, enquanto imbricação de formas espaciais que carregam um conteúdo social, dialoga com algumas definições de território presentes na literatura, principalmente nas áreas da geografia e das ciências sociais. Segundo Haesbaert (2004), ao longo da história, o conceito de território vem sendo transformado em função das questões priorizadas por áreas distintas do conhecimento. Por exemplo, a geografia tende a enfatizar aspectos relativos à materialidade do território, enquanto que a antropologia enfatiza sua dimensão simbólica. O mesmo ocorre com outras áreas como a economia e a ciência política.

A partir da compilação realizada por Haesbaert (2004) sobre as diversas abordagens de território, é possível verificar essa constante transformação do conceito, moldando-se de acordo com o contexto analisado ou com intenções

específicas de enfatizar determinado aspecto. No caso dessa pesquisa, em se tratando de comunidade ditas tradicionais – remanescentes de quilombo – não poderia ser diferente. Ao analisar a territorialidade dessa comunidade a partir de diferentes pontos de vista, provavelmente surgirão diversas concepções do território. No entanto, será feito aqui o esforço de buscar um conceito, não rígido e absoluto, mas que possibilite essas diferentes abordagens.

Segundo Haesbaert (2004, p.40), as várias noções de território poderiam ser agrupadas em quatro vertentes básicas. A primeira delas seria a vertente política, na qual o território “é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado”. A segunda vertente diz respeito à abordagem cultural ou simbólico-cultural, em que o território “é visto como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”. A terceira vertente refere-se à abordagem econômica. Nesse caso, o território é encarado como “fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho”. A quarta e última vertente, acrescentada posteriormente pelo autor, diz respeito às abordagens naturalistas, pouco utilizadas pelas ciências sociais, uma vez que baseiam a noção de território na “relação entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento ‘natural’ dos homens em relação ao seu ambiente físico”.

Cabe enfatizar a pertinência de todas essas vertentes, no sentido de possibilitar o uso do conceito de acordo com intenção do pesquisador em salientar esse ou aquele aspecto. No entanto, tomados isoladamente, acarretam sempre em uma concepção parcial do território. É possível priorizar, por exemplo, o caráter simbólico do território ao lidar com comunidades tradicionais, mas não se pode deixar de considerar as dimensões políticas, materiais e naturais que o constituem.

É nesse sentido que uma abordagem integradora parece responder de forma mais eficiente à questão. Segundo Haesbaert, é necessário compreender o território “a partir da concepção de espaço como um híbrido (...) entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação espaço-tempo” (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Para o autor, prevalece ainda a concepção – já consolidada em outras abordagens – de território enquanto relação de poder. Tal concepção, porém, refere-se às múltiplas relações de poder: de ordem política, econômica, material, simbólica e/ou cultural. O território seria o suporte de interação entre os macropoderes institucionalizados que atuam sobre ele (muitas vezes vinculados ao Estado) e os micropoderes, realizados pelo cotidiano dos grupos locais. O território seria, portanto, esse elemento integrador entre diferentes formas e escalas de poder, “capaz de reconhecer e tratar o espaço social em todas as suas múltiplas dimensões” (HAESBAERT, 2004, p. 76).

Considerando que essas múltiplas relações de poder se dão no e a partir do cotidiano, há de se concordar com Milton Santos quando esse afirma que o território só pode ser considerado como uma categoria de análise a partir de seu uso, e não do território em si (SANTOS, 1999). É esse acontecer social – ou, retomando o conceito de evento, é a sequência de eventos –, realizado no cotidiano da sociedade na natureza – ou no lugar –, que configura o território.

Nesses termos, os conceitos de território e de espaço são muitas vezes tidos como sinônimos. Ambos se realizam a partir da relação homem-natureza. O que diferencia o território é justamente a dimensão das relações de poder, ou da intencionalidade da apropriação e/ou dominação do espaço, impondo fronteiras, mesmo que múltiplas ou flexíveis em muitos casos.

Resumindo as definições a que se propôs esse item, teríamos, em ordem escalar, as categorias *lugar*, *espaço* e *território*, definidas da seguinte forma: o lugar, como coordenada geográfica, vazio de significado; o espaço como produto da relações que se estabelecem entre a sociedade e ou no lugar – o espaço como “lugar praticado”; o território, por sua vez, surge quando há um sentido de apropriação ou dominação social, política ou simbólica, de determinado espaço por um grupo social.

### 1.2.1. *Definindo territorialidade enquanto processo*

Baseando-se na abordagem de território desenvolvida anteriormente, enquanto um híbrido de relações de poder e formas espaciais, será construída aqui a ideia de *territorialidade*, conceito chave para compreender os processos de territorialização por que passam hoje as comunidades remanescentes de quilombo.

A territorialidade pode ser vista como uma característica intrínseca da própria existência do território. Só existe território quando existe territorialidade. Essa traduz a forma como se dá a apropriação e/ou dominação do espaço pela sociedade, a qual utiliza a terra (ou o lugar) e se organiza no espaço a partir de um sistema de ações e objetos (SANTOS, 2006). Se só existe território quando há apropriação e/ou dominação de um espaço pela sociedade, só existe território quando há territorialidade. Porém, atribui-se ainda à territorialidade uma dimensão simbólica que se estabelece entre a sociedade e o espaço. Segundo Haesbaert, a territorialidade “enquanto imagem ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado” (HAESBAERT, 2005, p. 10), podendo a territorialidade ocorrer somente no campo da memória, das práticas discursivas, ou em estratégias e projetos futuros.

Assim como na definição de território, o conceito de territorialidade que será aqui definido corresponde a uma abordagem integradora. A territorialidade, ao expressar a realização do território pela sociedade, irá se manifestar nas diferentes relações de poder envolvidas nesse processo, já mencionadas anteriormente. Assim como para Haesbaert (2004), a territorialidade será encarada aqui como uma categoria abstrata, que também pode ser definida e transformada segundo o campo de conhecimento e as questões emergentes da pesquisa empírica.

É a partir da ideia de territorialidade que se pode compreender a relação entre identidade e território. Admitindo o caráter relacional e situacional tanto do território como da identidade de um grupo, ambos devem ser encarados enquanto processos. Não existe uma territorialidade tampouco uma identidade estática e absoluta. No âmbito dessa pesquisa, essa relação será relevante, sobretudo, por tratar-se de um

grupo étnico – remanescente de quilombo, como será abordado mais à frente. Segundo Haesbaert (2004), “toda a relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais” (HAESBAERT, 2004, p. 89).

Tanto Haesbaert (2004, 2005) como Santos (2005) afirmam estar ocorrendo, na atualidade, como reação aos processos de globalização, uma retomada dos territórios locais ou territórios de identidade. A territorialidade, em sua dimensão mais simbólica, é acionada estrategicamente para a construção ou consolidação de um território e esse, da mesma forma, pode ser encarado como um elemento importante na construção e consolidação de identidades. No caso das comunidades remanescentes de quilombo, esse fenômeno evidencia-se claramente nos processos de regularização e titulação de seus territórios.

Para Haesbaert, pode-se falar em "identidades territoriais" quando

escolhem-se (ou, concomitantemente, reconstróem-se) espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem, de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns. (HAESBAERT, 2007, p. 44).

Esse processo poderia ser percebido hoje como reação à ideia de globalização através da capacidade de acessar e se conectar a múltiplos territórios, concreta ou virtualmente: a multiterritorialidade. O que ocorre é uma essencialização das identidades locais, ou tradicionais, e, conseqüentemente, de territórios locais ou étnicos.

Em uma perspectiva não essencialista, trata-se de compreender os processos de construção de identidade como identificação. Logo, mesmo a pluralidade intrínseca ao processo de territorialização não se restringiria apenas a uma multiplicação de territorialidades, mas seria considerada em uma perspectiva processual: territorializações.

Ainda com relação aos processos de identificação e territorialização de grupos sociais, manifestos a partir da territorialidade, Araújo (2007) apresenta, em seu artigo “Identidade e Território enquanto simulacros discursivos”, uma reflexão

epistemológica sobre o dizer a respeito dos processos de construção identitária e territorialização. A partir das categorias *objeto*, *significante*, *significado* e *sentido*, o autor propõe a construção de signos como instrumento para operar e/ou analisar discursivamente as questões de ordem identitária e territorial. Partindo do princípio de que todo o vínculo social é, sobretudo, linguístico, o autor analisa, enquanto exercício reflexivo, o processo de autorreconhecimento identitário em sua dimensão relacional e o processo de territorialização.

Territórios são constituídos como parte indissociável de processo identitário quando a identidade propugnada, pelo juízo valorativo constituído em determinada relação interdiscursiva (sentido) e por circunstâncias históricas definidas (significado), importa na necessidade estratégica de – face ao intuito de reconhecimento / legitimação social (interna e externa) – ser afirmada sob modalidade que remeta a um acontecimento originário, fundador, instituído como mito. (ARAÚJO, 2007, p. 31-32).

Em outras palavras, o processo de construção da identidade se dá de forma associada ao processo de territorialização, pois esse é a base para a objetivação da própria identidade. A existência inevitável do mito de origem, citado pelo autor, tem o poder de “enraizar” a comunidade àquele espaço desde sua origem enquanto grupo e conferir-lhe o caráter de “relação sacra entre similares” (ARAÚJO, 2007, p. 32).

### 1.3. ETNICIDADE: CONSTRUINDO A CATEGORIA A PARTIR DA TEORIA DE FREDRIK BARTH

A questão da etnicidade e da relação entre grupos sociais vem sendo discutida nas ciências sociais sob diversas abordagens. Em revisão bibliográfica realizada por Poutignat & Streiff-Fenart (1998), são apresentadas abordagens que variam desde as mais estáticas, ditas primordialistas, até as mais relacionais e interacionistas. Segundo os autores, a extensa bibliografia produzida sobre o tema apresenta muitas confusões e poucos conceitos consistentes. O objetivo desse tópico é o de desfazer alguns conflitos conceituais e situar, nessa constelação de conceitos e abordagens, a definição de etnicidade e grupos étnicos que será considerada nesse trabalho.

Uma das grandes questões que advém com a modernidade é o paralelismo entre a crescente uniformização cultural, devido aos avanços no transporte e nos meios de comunicação, e a permanência ou mesmo a ressignificação de antigas distinções étnicas. Ao contrário do esperado, as distinções culturais que identificam diferentes grupos sociais não só se mantiveram presentes como passaram a ser utilizadas como fontes de mobilização coletiva. “Muitos autores acentuam a conexão entre o sistema internacional de comunicação do mundo moderno e a difusão da universalização dos sentimentos nacionalistas e étnicos.” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 28).

Primeiramente, cabe aqui, senão desfazer uma das grandes confusões que sempre acompanharam esse debate sobre a etnicidade, ao menos estabelecer as referências utilizadas para essa pesquisa. Refiro-me às distinções entre *raça* e *etnia*. Muitas vezes, esses conceitos andam juntos, mas é necessário compreender seus limites e interfaces.

A autora Cicilian Sahr (2010) apresenta uma distinção entre o conceito de *etnicidade* e o conceito de *raça* que, simplificada, resume o ponto chave de discussão sobre essa dicotomia. Para a autora, “o conceito de *raça* implica a noção de algo definitivo e biológico, sendo baseado nos atributos biologicamente fundamentados. O conceito de *etnicidade* não pressupõe nada inato, trata-se de um fenômeno puramente social, produzido e reproduzido ao longo do tempo” (SAHR, 2010, p. 25).

Pode-se considerar, então, que a distinção entre *raça* e *etnia* baseia-se no fato de a *raça* estar associada objetivamente a um fenótipo herdado e transmitido hereditariamente, enquanto que a *etnicidade* está baseada na crença em uma origem comum, que pode ser construída coletivamente. Nesse sentido, assim como a origem comum é realizada subjetivamente e não fundada em uma verdade histórica, a identidade étnica e o conteúdo cultural que a constitui não necessariamente encontram-se em suas práticas comunitárias no cotidiano, podendo ser construídas apenas enquanto discurso.

O debate acerca da etnicidade passa a ganhar importância frente ao aumento dos conflitos nos quais grupos sociais se opõem ou reivindicam direitos em nome de

um pertencimento étnico. A partir da década de 70, a questão da etnicidade levou a uma verdadeira indústria acadêmica em torno da etnicidade (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998). A própria Constituição Federal Brasileira, datada de 1988, incentivou o debate ao admitir a existências de outras formas de apropriação e usos da terra além da lógica da propriedade privada e conceder espaço e direitos às chamadas comunidades tradicionais, com o intuito de assegurar a sobrevivência de sua cultura.

Segundo Barth (1998), a antropologia clássica baseia-se no fato de que a cultura não é algo estático; ao contrário, está sempre em processo de transformação. Os estudos científicos, principalmente os produzidos pelas ciências sociais, pautaram-se no fato de que, historicamente, grupos humanos compartilham uma cultura comum, constituindo unidades étnicas. Durante muito tempo o foco das pesquisas nessa área esteve em analisar os conteúdos culturais que constituíam essas unidades. O isolamento geográfico e social seria imprescindível para a manutenção dos traços culturais que constituem sua etnicidade. Surgem, nesse período, uma série de estudos etnográficos de “grupos étnicos” analisando sua identidade étnica a partir de traços culturais objetivamente identificados pelo etnólogo, com o intuito de comparar e categorizar os diferentes grupos que compõem a sociedade.

O autor Fredrik Barth foi um dos principais críticos a essas abordagens culturalistas. Em seus estudos sobre grupos étnicos, busca substituir essa visão estática da etnicidade (referindo-se às abordagens culturalistas tradicionais) por uma concepção mais dinâmica. O autor desloca o olhar dos traços culturais e das diferenças objetivas dos grupos étnicos para os elementos considerados significativos pelos próprios indivíduos que se identificam enquanto partes de um grupo étnico. Segundo Poutignat & Streiff-Fenart (1998), a contribuição mais significativa de Barth no debate sobre a etnicidade foi a de

enfocar os aspectos generativos e processuais dos grupos étnicos. Estes são considerados não como grupos concretos, mas como tipos de organização baseados na consignação e na auto-atribuição dos indivíduos e categorias étnicas (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 112).



Barth (1998) considera os grupos étnicos como categorias de identificação realizadas pelos próprios indivíduos, no sentido de organizarem as interações sociais. A ideia de isolamento como fator responsável pela manutenção da diversidade cultural é confrontada por essa definição. É justamente no contato entre diferentes culturas e nas relações com outros grupos que as identidades étnicas se manifestam a partir de processos de exclusão e inclusão. A ideia de fronteira estará presente em sua teoria como o instrumento de manutenção dessa identidade étnica. “Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos nesse sentido organizacional” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 194).

Com base em seus estudos empíricos, Barth (1998) chega a duas conclusões que irão derrubar as teorias que defendem o isolamento geográfico e social como responsável pela permanência dos grupos étnicos. A primeira constatação é a da permanência das fronteiras apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. A outra descoberta do autor é a de que relações sociais estáveis e de grande importância social são mantidas através dessas fronteiras, e são “frequentemente baseadas nos estatutos étnicos dicotomizados” (BARTH, 1998, p. 188). A partir dessas duas conclusões, Barth desloca o foco de suas investigações da história e da tipologia de grupos distintos para analisar os processos envolvidos na constituição e manutenção dos grupos étnicos bem como de suas fronteiras.

Segundo Barth, a identidade étnica se constrói e se transforma constantemente nesse espaço de fronteira. Os grupos passam a fazer uso de determinada identidade étnica no intuito de categorizar a si e aos outros. O autor considera a etnicidade como um fenômeno no qual, por meio da socialização, o indivíduo incorpora modos de vida, valores, crenças e ritos do grupo no qual se insere. Ele passa a compartilhar uma identidade étnica que lhe possibilita identificar-se como pertencente ao grupo e diferenciar-se dos demais.

Para o autor, “as categorias étnicas formam um cadinho organizacional dentro do qual podem ser colocados conteúdos de formas e dimensões várias em diferentes sistemas socioculturais” (BARTH, 1998, p. 194). Nesse sentido, os traços culturais que demarcam as fronteiras poderão se transformar ao longo do tempo,

mas a dicotomia entre “os de dentro” e “os de fora” se mantém. O conteúdo cultural que caracteriza a dicotomia étnica se dá em duas instâncias: nos aspectos que os indivíduos utilizam para explicitar sua identidade e nos padrões morais implicados em suas avaliações e julgamentos. Mais importante que os próprios conteúdos culturais, são as fronteiras que definem os grupos. Tais fronteiras podem ser de ordem cultural, social, ou territorial. As fronteiras definem o grupo étnico e não o conteúdo cultural que o faz identificar-se como tal.

Poutignat & Streiff-Fenart (1998), ao analisarem as diversas teorias sobre a etnicidade, formulam uma definição bastante simplificada, mas que costura de forma competente vários aspectos relevantes. Para os autores,

eticidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores. (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 141).

A partir dessa definição de etnicidade, os autores explicitam as questões chaves que surgem em todas as abordagens acerca da etnicidade, mas que até então não eram vistas sob uma perspectiva integrada. Seriam elas: “o problema da atribuição categorial”; “o problema das fronteiras dos grupos que servem de base para a dicotomização nós/eles”; “o problema da fixação dos símbolos identitários que fundam a crença em uma origem comum”; “o problema da saliência que recobre o conjunto dos processos pelos quais os traços étnicos são realçados na interação social” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 141).

Ao discutirem a questão da atribuição categorial, Poutignat & Streiff-Fenart (1998) salientam que a identidade étnica não se define somente de maneira endógena, mas sim na relação dialética entre a categorização pelos “de fora” e a identificação com um grupo étnico determinado. A existência de um grupo étnico só pode ser atestada quando os membros do grupo se definem e igualmente são designados por outros grupos a partir de um nome específico. A nomeação, por si só, pode ser produtora de etnicidade, bem como de estigma.

Os autores aprofundam a questão da nomeação nessa relação entre definições exógenas e endógenas. O racismo e o preconceito se realizam quando a

definição exógena opera sozinha. Quando “os de fora” atribuem uma identidade étnica a uma coletividade, negando-lhe o direito de se definir sozinha. Nesse sentido, reforça que “é esta relação dialética entre as definições exógena e endógena da pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição.” (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 1998, p. 142). A partir dessa relação, estabelecem a distinção entre grupos étnicos e minorias. Os grupos étnicos seriam aqueles que constroem sua identidade a partir do autorreconhecimento enquanto grupo e do reconhecimento, enquanto tal, por outros grupos. Já as minorias seriam aqueles grupos definidos apenas pelos outros (geralmente o grupo dominante) em atos de estigma e preconceito. O ato de nomear não seria apenas revelador de relações interétnicas, mas ele mesmo, produtor de etnicidade.

Com relação às fronteiras étnicas, os autores reconhecem a importante contribuição das teorias de Barth, segundo as quais as identidades étnicas só se manifestam, ou são manifestadas, em uma relação de alteridade e a etnicidade implica sempre em estabelecer os critérios pelos quais se distinguem “nós” e “eles”.

A primeira característica relativa às fronteiras étnicas seria sua relativa estabilidade. Elas podem sofrer transformações, tanto no sentido de reforçarem-se, tornarem-se mais rígidas, como no sentido de tornarem-se mais flexíveis ou até mesmo desaparecerem, dependendo dos contextos nos quais se realizam ao longo do tempo.

A segunda característica refere-se ao fato das fronteiras não representarem barreiras. As fronteiras são fluídas, permeáveis e permitem o fluxo de indivíduos entre grupos, sem que a existência da fronteira e, portanto, a existência dos grupos distintos se altere.

A terceira característica diz respeito a não dependência do conteúdo cultural do grupo para a sua manutenção. Um grupo poderia incorporar traços culturais de outro, sem, com isso, deixar de reconhecer-se ou de ser reconhecido como distinto.

A quarta característica consiste no fato de que as identidades étnicas são construídas e se reproduzem nas interações sociais. Sua manutenção depende,

necessariamente, no reconhecimento e na validação do conteúdo cultural distintivo no decorrer das interações sociais, principalmente com outros grupos.

A quinta e última característica refere-se ao fato de as fronteiras serem manipuláveis pelos grupos. Dependendo da situação, os grupos podem reivindicar, por exemplo, uma identidade nacional, ao passo que em outra situação podem se valer de distinções étnicas para reconstruir a relação entre “nós” e “eles”, reivindicando uma identidade cultural local.

Ao debater o problema da fixação dos símbolos identitários, fundados na crença em uma origem comum, os autores salientam que a etnicidade, muitas vezes, baseia-se em um princípio de nascimento, permanecendo enquanto critério subjetivo de pertença. Para os autores, seria esse o elemento diferenciador da identidade étnica de outras formas de identidade coletiva: o fato de a identidade étnica ser orientada para o passado e baseada em uma ideia de parentesco, mesmo que fictício.

O último problema abordado pelos autores diz respeito à saliência, ou realce, dos traços étnicos em processos de interação social. Para os autores, a noção de realce atribui à identidade étnica um caráter situacional. A etnicidade seria, assim, um recurso disponível para a ação social. Em determinada situação, um grupo poderá se valer de uma identidade étnica, ao passo que, em outras, poderá se valer de outras formas de identificação como a classe ou a religião.

Ao fim dessa explanação, pode-se afirmar que uma teoria sobre a etnicidade que se pretenda legítima, assim como os conceitos de *território* e *territorialidade*, devem manter-se flexíveis e incorporarem as peculiaridades de estudos empíricos, uma vez que, por tratarem-se de um processo subjetivo, a significação por parte dos grupos ou indivíduos envolvidos é que irá fornecer parâmetros de análise e comparações. Cabe ressaltar a afirmação de Barth de que “o que se precisa é de uma abordagem teórica e empírica combinadas” (BARTH, 1998, p. 189).

#### 1.4. DO EVENTO ÀS TERRITORIALIZAÇÕES QUILOMBOLAS

Enquanto síntese dos conceitos tratados nos itens anteriores, pode-se definir o que será designado aqui de “fenômeno quilombola”. Desde 2003, com a publicação do Decreto Federal 4887, que regulamenta os procedimentos para o processo de titulação de territórios para comunidades remanescentes de quilombo, várias comunidades em todo o território nacional identificaram-se com a condição de remanescente de quilombo expressa no Decreto.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (BRASIL, Decreto Nº 4887, de 20 de novembro de 2003).

O Decreto atualiza o termo “quilombo”, tradicionalmente associado aos territórios de negros fugidos, a um conceito que contempla a complexidade e diversidade de relações que se estabeleceram entre as comunidades negras e seus territórios de origem. O conceito elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) atribui a condição de remanescente de quilombo a aspectos históricos, identitários e territoriais, a serem identificados e declarados pelas próprias comunidades negras. Desde então, essas comunidades, presentes em todo o país e organizadas em associações quilombolas, reivindicam seus direitos junto aos órgãos públicos. Atualmente, no Rio Grande do Sul, cerca de 130 comunidades já foram reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes de quilombo, enquanto que no Brasil o número de certidões expedidas ultrapassa 1.500. No entanto, a titulação dos territórios não acompanha os números. Em nível nacional, somente 117 comunidades receberam o título do território e no Rio Grande do Sul apenas duas.

Esse processo de reconhecimento das comunidades visando à titulação dos territórios será encarado aqui como disparador do fenômeno quilombola, pois, enquanto política pública, provocou uma grande transformação no cotidiano dessas comunidades, seja na resignificação de sua própria identidade coletiva como na sua relação com o território. Talvez pela primeira vez na história a atribuição étnica

se dá como a garantia de direitos e não como estigma social. A história de opressão dos antepassados que viveram a escravidão, a ancestralidade africana, as relações de parentesco e elementos culturais são operados em uma nova perspectiva orientada para o futuro "de se reconhecer como coletividade de destino e de fazer-se reconhecer" (O'DWER, 2004, p. 204). As comunidades negras que resistiram em seus territórios de origem e se identificam a partir de uma identidade coletiva passam a ser consideradas comunidades de direito.

A questão da etnicidade se manifesta exatamente nesse contexto. O grupo, em relação ao outro, reconhece em seu interior elementos que os diferenciam e os identificam como tal. No caso das comunidades quilombolas, é a política pública de reconhecimento e titulação de seus territórios que, de certa forma, estabelece uma fronteira. É na intenção de afirmar sua diferença com relação ao outro que a comunidade passa a reconhecer elementos culturais que a identifica enquanto grupo étnico.

Considerando o fenômeno quilombola como esse processo recente, produtor de novos significados acerca das comunidades quilombolas e seus territórios de origem, tanto as comunidades em questão como o Estado e mesmo a sociedade brasileira passam por um processo de apropriação desses significados na construção de novos sentidos nos processos de identificação e territorialização.

## **CAPÍTULO 2. TERRITORIALIZANDO MORRO ALTO: FONTES DO TRABALHO DE CAMPO**

Essa pesquisa se deu de forma inversa ao usual em pesquisas científicas, cujo trabalho de campo é realizado para comprovar ou problematizar uma teoria ou hipótese. Ao contrário, foram as relações estabelecidas durante o trabalho de campo e as informações apreendidas através delas que, somadas ao referencial teórico apresentado, possibilitaram chegar a algumas conclusões importantes acerca do processo de territorialização das comunidades remanescentes de quilombo.

O presente capítulo apresenta a entrada e atuação em campo e o processo de coleta, seleção e organização dos dados a partir de três etapas: 1) o trabalho de campo; 2) apresentação dos registros feitos em campo; 3) e organização dos dados para análise.

O fato de estar desenvolvendo um trabalho específico junto à comunidade em estudo coloca o observador como mais um dos atores que constroem aquela realidade. Poder atuar em dois papéis na relação com a comunidade permitiu que eu assumisse mais o papel de arquiteta do que o de pesquisadora. Esse fato permitiu que eu tivesse acesso a uma série de informações que, caso contrário, não seriam reveladas com tanta clareza e abertura. O papel de arquiteta me colocava no centro de conversas nas quais os assuntos eram construção, usos de espaços, técnicas construtivas etc. Ouvi muitos planos, projetos e sonhos para o território, com a expectativa de que o PMC pudesse materializá-los.

A comunidade se mostrava receosa com as pesquisas acadêmicas. O quilombo já havia sido objeto de diversos trabalhos e a opinião predominante era de que os resultados dos estudos não retornavam para a comunidade e a Universidade não se comprometia de fato com a luta quilombola. Se, por um lado, o fato de haver um corpo técnico de uma Universidade Federal como parceiro era frequentemente utilizado pela Associação como algo positivo, por outro as críticas dirigidas aos acadêmicos que só vinham perguntar e olhar a comunidade e nunca mais voltavam, assim como a resistência a entrevistas, reuniões de grupo e palestras eram claramente percebidas.

Após praticamente um ano trabalhando e circulando pelo território, o estranhamento foi diminuindo. Minha presença foi deixando de ser novidade e o trabalho técnico que estava desenvolvendo passou a despertar o interesse da comunidade, ajudando a abrir muitas portas em campo. Não raras vezes fui convidada a fazer um lanche ou almoçar na casa de alguém para ouvir histórias do quilombo, mas, na verdade, a intenção do convite era obter informações sobre os recursos e o andamento do Projeto, esclarecer dúvidas sobre programas de crédito e financiamentos para habitação, ou mesmo solicitar algum tipo de consultoria particular. Tal condição gerou um tipo de relação em que a posição de observador e sujeito se alternava constantemente.

O'Dwer (2004), em estudo realizado junto às comunidades remanescentes de quilombo da Amazônia brasileira, conta que, ao demonstrar conhecimento e interesse sobre a história dos antigos e a origem da comunidade em questão, ganhou a confiança dos moradores e aquele conhecimento passou a funcionar como moeda de trocas para obter as informações de que precisava. O mesmo tipo de relação ocorreu em Morro Alto. A moeda de troca eram as informações sobre o processo de titulação e sobre as ações da Universidade no território. Em troca, a comunidade se mostrava mais disposta a participar das reuniões, entrevistas e oficinas propostas.

## 2.1. FONTES DO TRABALHO DE CAMPO

Aproveitando os espaços institucionais e domésticos que se abriam em campo, tive a oportunidade de interagir com a comunidade e observar seus pontos de vista, posturas e ações em diversas situações, principalmente naquelas onde os temas do território e da organização social da comunidade se fizessem presentes. Além de acompanhar de perto o cotidiano de cinco famílias bastante envolvidas com a luta quilombola, pude frequentar, ao longo dos anos de 2010 e 2011, um número considerável de instâncias políticas nas quais a questão da construção de identidade coletiva e a posse do território fossem pauta. O momento político proporcionou



debates importantes sobre a história, os limites, características e potencialidades do território. Além disso, a própria comunidade se perguntava o que significava ser quilombola e quem podia ser ou não considerado membro da comunidade. Buscava-se uma identidade coletiva que representasse sua etnicidade, seus ancestrais, e os legitimasse perante o Estado e a sociedade em geral.

Particpei de reuniões entre a equipe da UFRGS e a comunidade, de assembleias mensais da Associação, de audiências públicas em Porto Alegre e Morro Alto, de manifestações e ocupações da sede do INCRA, além do cotidiano de algumas famílias da localidade de Morro Alto. Cada uma destas situações envolvia uma série de atores e agentes que, de certa forma, estavam relacionados ao processo de territorialização. Como “atores” serão considerados todos aqueles que se fizeram presente ou foram referidos nos discursos da comunidade durante o trabalho de campo. Já os “agentes” são dotados de ação significativa, tendo consciência e intencionalidade ao agir e o poder de interferir no curso da história.

A própria comunidade e seus membros, os técnicos da equipe da UFRGS, os políticos locais, o advogado da Associação, militantes do MNU e da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas, o MPF, a Fundação Cultural Palmares, a Caixa Econômica Federal, e mesmo os agricultores não quilombolas são considerados atores por desempenharem papéis específicos no cotidiano do território. Já os agentes que se destacaram em campo foram a Associação Comunitária, a UFRGS e o INCRA. As diferentes situações ocorridas em campo possibilitaram observar esses atores e agentes em momentos de interação, configurando o que as Ciências Sociais denominam Observação Participante:

O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversações com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou. (BECKER, 1999, p. 46)

Uma das primeiras ações do PMC foi instalar um escritório/alojamento em Morro Alto. Esse funcionava tanto como alojamento da equipe como escritório do PMC, onde trabalhavam os técnicos da Universidade e membros da comunidade. O processo de busca de uma casa que desse conta desses dois usos – alojamento

para cerca de 10 pessoas e escritório aberto à comunidade – não foi simples e envolveu vários membros da comunidade.

Os critérios estabelecidos pela equipe para a escolha da casa foram que o imóvel fosse de posse de quilombolas e que estivesse situado na localidade de Morro Alto, devido à centralidade e facilidade de acesso. No entanto, não havia muitas casas disponíveis e a maioria era muito pequena ou não apresentava segurança adequada para abrigar equipamentos. A ideia de reverter recursos para uma família não quilombola não agradava à comunidade, tampouco à equipe, mas, por fim, a alternativa encontrada foi recorrer a uma casa situada exatamente no centro urbano de Morro Alto, área loteada pela prefeitura de Maquiné, onde praticamente todos os proprietários são brancos, não quilombolas. A decisão de alugar essa casa foi tomada junto às lideranças da comunidade. Em situações de conflito, no entanto, esse fato era sempre trazido à tona como uma atitude negativa da equipe.

Por ser uma área urbanizada pela prefeitura de Maquiné, a própria morfologia da área, com lotes retangulares e de dimensões padronizadas, separados por muros, difere completamente da morfologia das áreas ocupadas pelos quilombolas. Os lotes quilombolas são maiores e irregulares e, na maioria das vezes, abrigam mais de uma família nuclear. Não há cercamento ou muros e as entradas principais das casas não são voltadas para a rua, mas sim para o quintal ou interior de um pátio comum, no caso de mais de uma família.



Figura 3 - Imagem aérea da localidade de Morro Alto identificando as áreas de ocupação quilombola, o loteamento feito pela prefeitura de Maquiné (de ocupação predominantemente branca) e localizando a casa/escritório alugada pela equipe da UFRGS. Fonte: imagem do Google Earth trabalhada pela autora.

A casa alugada pela equipe era a única de dois pavimentos. No térreo vivia o proprietário, caminhoneiro que passava fora a maior parte do tempo, e o andar superior era ocupado pela equipe e pela comunidade. Era uma casa grande, com três quartos, dois banheiros, sala e cozinha integrada. A mistura da vida doméstica da equipe e das atividades do escritório era inevitável, e atribuo a isso a relação fraternal que pude estabelecer com algumas pessoas mais assíduas, principalmente as que moravam nas proximidades.

Durante todo o ano de 2010, frequentei esse espaço semanalmente. Basicamente, passava a semana em Porto Alegre e os finais de semana em Morro Alto. Fazia o deslocamento em meu carro particular, um Fusca 79. Devo salientar a importância que teve o automóvel no meu envolvimento com a comunidade. O carro antigo conquistava a simpatia de todos, principalmente homens e crianças, facilitando a interação em muitos casos. A mecânica e o desempenho eram assunto entre os homens e os passeios com as crianças possibilitavam momentos raros de interação com essa faixa etária. Durante todo o trabalho de campo me desloquei de carro pelo território e dei muitas caronas tanto para deslocamento entre as localidades como para Porto Alegre. Se fosse possível mensurar, seriam horas de conversas em trânsito.

Além de servir como alojamento, a casa funcionava como escritório permanente da Associação, onde trabalhavam dois membros da comunidade que, com o acompanhamento da equipe, revezavam 40 horas de trabalho por semana. Ali ocorriam reuniões entre a equipe e a Associação, nas quais, sem a formalidade das assembleias, eram debatidos assuntos da comunidade e do PMC. Além disso, ocorriam encontros semanais do grupo de artesanato e, quando não se dispunha de outro espaço disponível, havia oficinas de capoeira.

Rapidamente, a casa/escritório se tornou um ponto de encontro de pessoas que queriam se envolver, discutir ou simplesmente se informar. As pessoas apareciam para visitar e para ver o que acontecia naquele espaço. As conversas informais que eram travadas ali traziam informações muito ricas acerca do cotidiano da comunidade e da relação de seus antepassados com o território, relação constantemente enfatizada nas histórias. Descreviam a forma como seus antepassados viviam em cima dos morros, deixando as áreas de várzea para plantação e criação de gado. Contavam os percursos que faziam na mata para o deslocamento entre as localidades, onde estavam espalhadas as famílias. Explicavam que boa parte do território foi sendo perdida ou vendida e que os negros acabaram ficando apenas com as encostas para cultivar. Contavam dos bailes em que havia uma corda separando negros de brancos. Enfim, narravam suas histórias em divertidas rodas de chimarrão.

Em muitas das situações ocorridas em campo, estive presente no papel de observadora, sem interferir ou tomar parte nas discussões. Em outras situações, além de observar, atuei enquanto membro do PMC, apresentando projetos ou discutindo questões relativas ao planejamento do espaço. Em muitos casos expus meu ponto de vista técnico sobre diversos assuntos, ora em conformidade com o ponto de vista da comunidade, ora divergindo ou problematizando suas posições. Em outros casos, atuei ainda como uma espécie de mediadora entre a comunidade e o INCRA, no sentido de tentar traduzir ou aproximar os discursos de ambos.

Muitos dos atores de Morro Alto se tornaram meus amigos, alguns bastante próximos, com os quais mantenho contato até hoje. Perto da casa, viviam os descendentes de um líder importante, muito estimado por todos por sua atuação em

defesa do território e por ser o ancião da comunidade. Tive um envolvimento muito próximo com suas filhas e respectivas famílias que compartilhavam uma área próxima ao escritório e eram muito envolvidos com a Associação. Ainda nas imediações, havia um núcleo familiar que acabou por desempenhar um importante papel de interlocução entre a equipe e a comunidade. Foram os primeiros a receber a equipe em sua casa no início dos trabalhos e essa residência serviu como ponto de encontro com outros quilombolas das suas redes de relações.

Outras duas famílias foram ainda muito importantes durante o campo, pelo afeto e aprendizado que proporcionaram. Uma delas possui um mercadinho em uma das localidades. O marido era frequentador assíduo das assembleias da Associação. Já a esposa não ia aos encontros por ser a proprietária do estabelecimento e não poder ausentar-se do local, porém se mantinha informada sobre as reuniões e tinha opiniões muito lúcidas acerca dos assuntos do quilombo, além de uma forte tendência a contrariar o marido. As discussões entre os dois eram frequentes e traziam muitas informações sobre a história do território a partir das relações familiares.

A outra família, composta de mãe e filho, vive em um sítio à beira de uma das lagoas do território e foi sempre de uma amorosidade tão grande que a relação de amizade se deu desde a primeira vez que estive lá e perdura até hoje. Em sua propriedade, ocorreu o IX Encontro de Práticas e Debates em Agroecologia, encontro reunindo cerca de 40 pessoas discutindo o tema a partir das experiências da comunidade quilombola. Tive a oportunidade de passar 15 dias vivendo com essa família, dormindo em seu galpão, ao lado da casa, e construindo a infraestrutura de banheiros e chuveiros para o encontro.

Nesse convívio acompanhei a rotina, tipicamente rural, desta família: acordam por volta das cinco horas da manhã, o filho cuida dos animais e da roça, a mãe cuida da casa, do quintal e da comida, além de receber as visitas, constantes durante o ano todo, mas principalmente no verão. A beleza natural da propriedade atrai muitos visitantes, os quais são considerados como amigos e não turistas. Durante a construção dos banheiros, conversei muito com mãe e filho sobre as técnicas construtivas utilizadas pelos antigos, sobre as relações familiares do

quilombo e sobre a relação de amizade que estabelecem com os visitantes. A senhora praticamente não sai da propriedade, mas está sempre muito bem informada sobre os acontecimentos do quilombo e sobre o cotidiano das outras localidades. Prova de que há uma forte rede de comunicação dentro do território.

O fato de passar muito tempo em campo, convivendo diariamente com a comunidade, contribuiu para intensificar essas relações de amizade e solidariedade. Ao mesmo tempo, as circunstâncias da inserção, por vezes, geravam situações de conflito, como no período em que minha atuação no campo estava vinculada à construção da sede da Associação quilombola. Ao fim do longo processo que se desenvolveu desde o projeto arquitetônico até sua inauguração, minha relação com algumas lideranças foi bastante abalada por problemas de repasses por parte do DNIT, ocasionando atrasos e complicações na obra.

Ao fim dos dois anos de permanência em campo, havia uma experiência profissional bastante rica a ser compreendida, assim como uma grande variedade de informações e memórias provenientes de fontes e momentos distintos. A maior parte delas em forma de registros realizados por mim e pelos demais membros da equipe executora e os demais, em reportagens, textos, relatórios e documentos da época. Tal processo assemelha-se ao que Goldman (2006) refere como “catar folha” ao descrever seu envolvimento com o Movimento Negro em Ilhéus. Em analogia ao termo utilizado pelo Candomblé, sugere que as informações são reunidas ao longo do trabalho de campo, pacientemente, "com a esperança de que, em algum momento, um esboço plausível de síntese será produzido" (GOLDMAN, 2006, p. 24).

Minha contribuição para os registros de campo foram, além das memórias em meu diário de campo e contribuição nos relatórios trimestrais, a elaboração, junto aos demais colegas, de uma cartilha apresentando o resultado do Diagnóstico Participativo e as ações previstas pelo PMC. Essa cartilha contém uma série de informações acerca das dinâmicas socioeconômicas, produtivas e culturais da comunidade nas diferentes localidades. Um dos produtos da cartilha foram os cinco mapas mentais produzidos pela comunidade nas reuniões destinadas a aplicar as ferramentas de Diagnóstico Participativo, nas localidades de Morro Alto, Aguapés,

Ribeirão, Prainha e Faxina. O mapa tinha o intuito de localizar espacialmente as referências culturais e naturais do território, a partir do ponto de vista de cada uma das localidades.

Os registros audiovisuais foram produzidos, em sua maioria, pelos demais membros da equipe, principalmente pelo grupo de antropólogos responsável pelo eixo Patrimônio Cultural e Arqueológico. Realizei algumas fotografias com câmera própria, mas essas não se comparam, nem em número, nem em qualidade, com as que foram feitas pelo grupo de audiovisual. Todo o material produzido, com exceção de diários de campo individuais, compõe o acervo coletivo do PMC e está devidamente autorizado para uso acadêmico.

Ao reunir os registros de campo, me deparei com um panorama bastante complexo. A variedade de registros era grande e compunha um quadro muito rico da realidade da comunidade de Morro Alto e seu território. Os registros revelavam uma série de eventos importantes no processo de territorialização, em muitos casos, tendo o próprio como tema de debate. A complexidade se torna uma dificuldade no momento em que esse debate se apresenta em registros de contextos e naturezas muito distintos.

Como relacionar, em um mesmo nível epistemológico, o registro de uma reunião oficial com o secretário da Presidência da República e minhas anotações sobre a longa conversa que tive com uma interlocutora sobre a vida de sua mãe em cima do morro antes da abertura da estrada, enquanto passávamos e dobrávamos toalhas de mesa para o casamento de sua filha? A imagem de mosaico, utilizada por Becker (1999), surge como um método capaz de organizar tamanha diversidade.

A ideia de mosaico é útil para pensarmos sobre este tipo de empreendimento científico. Cada peça acrescentada num mosaico contribui um pouco para nossa compreensão do quadro como um todo. (...) Diferentes fragmentos contribuem diferentemente para nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor, outros porque realçam os contornos de um objeto. (BECKER, 1999, p. 104).



Figura 4 - Imagem em mosaico. Fonte: *internet*.

Antes de se iniciar a construção de um mosaico é preciso uma ideia, um tema ou uma imagem que se queira revelar. A partir daí, selecionam-se as peças que irão formar a imagem. Dependendo da imagem, precisa-se de mais ou menos variedade de peças. Essas poderão diferenciar-se no formato, no tamanho, na cor, no material e na textura. Ao fim, a ideia inicial cede lugar a uma nova imagem, revelada pelo mosaico ao fim do encaixe de todas as peças. Aproximando essa ideia ao conceito de mosaico utilizado por Becker, podem-se definir os passos para a construção do mosaico da comunidade quilombola de Morro Alto.

O tema do mosaico em questão refere-se ao problema central dessa pesquisa, qual seja, o processo de territorialização das comunidades remanescentes de quilombo. As peças utilizadas para compor essa imagem serão os dados coletados a partir dos registros provenientes do trabalho de campo. Para facilitar o início do trabalho e garantir que as peças sejam dispostas da melhor forma possível, é necessária uma manipulação prévia, agrupando as peças por características comuns, o que possibilita uma melhor visualização e controle do material disponível.

O processo de compilação dos dados empíricos foi longo e passou por diversas etapas. A primeira delas foi a de coletar todos os registros da época, independente do tipo ou conteúdo. Comecei por garimpar em meu computador os arquivos referentes ao campo que pudessem ser úteis para a pesquisa. Nesse material havia os relatórios técnicos, escritos pela equipe da UFRGS para encaminhar ao DNIT, contendo uma síntese do discurso da equipe acerca não só da comunidade em questão como dos projetos previstos para o território. Além do relatório trimestral, havia alguns relatos individuais de membros da equipe,



compartilhados por *e-mail*, assim como uma série de produtos realizados durante o campo. Os produtos consistem em desenhos de projetos arquitetônicos, material de divulgação do quilombo para divulgação em feiras, cartografia da região indicando os limites do território quilombola e um informativo de veiculação trimestral editado pela equipe. Havia ainda o arquivo de áudio de uma entrevista aberta que realizei com as filhas do presidente de honra da Associação enquanto elas passavam toalhas de mesa para o casamento da neta.

A reunião dos registros se deu em uma época em a equipe estava dispersa, tal qual o próprio material. Consegui, todavia, reunir uma parte significativa dos registros com meus colegas. Dentre eles, arquivos de áudio de gravações de assembleias e reuniões e fitas de vídeo em formato mini-DV com os registros de alguns acontecimentos. As fotografias tiradas com a câmera oficial do PMC estavam à disposição no computador central, já organizadas por evento e data.

O processo de reunir os registros foi acompanhado de uma primeira seleção, baseada no conteúdo, ou seja, na situação que apresentava, no tema a que se referia e nos agentes envolvidos, optando-se pelos registros que apresentassem elementos relacionados ao processo de territorialização e identificação da comunidade. Os registros selecionados foram agrupados de acordo com as fontes, para melhor visualizar as possibilidades de utilização e facilitar a identificação dos eventos mais significativos para a compreensão do processo de territorialização. Tal organização possibilitou também identificar se havia sobreposição de registros de um mesmo evento.

### 2.1.1. Vídeos

Os registros em vídeo que consegui reunir totalizam 27 horas de gravação. Essas filmagens, realizadas pela equipe da UFRGS durante a execução do PMC, foram selecionadas como potenciais fontes de dados. Nem todos os registros serão considerados como eventos, mas o conhecimento de seu conteúdo certamente

contribuiu para as análises, sendo considerados dados secundários, que complementam ou contrapõem os dados principais. Foram identificados nos vídeos nove registros, dispostos a seguir em ordem cronológica:

1) Assembleia da Associação do dia 23 de janeiro de 2010. Esse evento marca o início efetivo dos trabalhos do PMC, com a apresentação, por parte de equipe da UFRGS, do Plano de Trabalho aprovado pela comunidade e pelo DNIT.

2) Reunião entre a equipe da UFRGS e membros da Associação, onde, em um ambiente mais íntimo, as ações previstas pelo Plano de Trabalho são apresentadas minuciosamente e questionadas pela comunidade.

3) Comemoração do Dia da Consciência Negra, evento organizado pela comunidade e pela equipe da UFRGS para celebrar a data pela primeira vez no território.

4) Participação da comunidade no IV Encontro de Práticas e Debates em Agricultura Sustentável, que ocorreu no território, na localidade do Borba. Alguns membros da comunidade foram convidados a falar aos participantes do evento sobre a história do território. Esse registro apresenta ainda a leitura, por parte do secretário da Associação, de uma carta enviada pelo presidente, que não pôde comparecer ao evento.

5) Ocupação da sede do INCRA pela comunidade exigindo do órgão um prazo para a publicação do RTID no Diário Oficial da União. Com o apoio de outros quilombos e de entidades ligadas ao MNU e à Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas, a comunidade passou dois dias no prédio, deixando o local apenas mediante a posição favorável do Superintendente.

6) Segunda ocupação da sede do INCRA em função do não cumprimento do prazo estipulado no ato anterior.

7) Assembleia geral da Associação em que é anunciada a publicação do RTID. Nessa assembleia é apresentado o resultado do Diagnóstico participativo pela equipe da UFRGS e são discutidas as ações do PMC para cada localidade.

8) Inauguração da sede da Associação Quilombola. Evento organizado pela comunidade, com a participação de diversos representantes políticos da região, para anunciar e apresentar à comunidade e convidados o novo espaço.

9) Reunião com o Secretário da Presidência da República, com o objetivo de negociar com a comunidade sua participação no evento de inauguração do túnel da BR-101, localizado dentro do território. A intenção do Secretário era evitar manifestações por parte da comunidade que, por sua vez, via no evento com a presença do Presidente da República uma oportunidade para pressionar o Estado quanto à titulação do território.

### 2.2.2. *Áudio*

Em muitas situações de campo não foi possível efetuar filmagens em vídeo, somente registros de áudio. Foram selecionados quatro registros como possibilidades de análise, excluindo os que já haviam sido registrados em vídeo. Nesses casos, optou-se pelos vídeos por apresentarem mais informações a partir da imagem. Os eventos são os seguintes:

1) Assembleia ordinária da Associação, no dia 12 de junho de 2010. Nessa assembleia, uma liderança da Associação apresenta o advogado do MNU, que irá acompanhar a comunidade em suas tratativas com o INCRA. A discussão inicial gira em torno do envolvimento da comunidade de Morro Alto com a luta quilombola e com a Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas. Logo após, a comunidade escolhe novos representantes para compor a secretaria da Associação e trabalhar junto à equipe da UFRGS no escritório que estava sendo montado. O líder apresenta diversos projetos para o território, os quais, segundo ele, poderiam ser executados pela equipe da UFRGS.

2) Reunião entre a equipe da UFRGS e alguns membros da secretaria da Associação, ocorrida no dia 22 de junho de 2010 na casa alugada pela equipe da UFRGS. Essa reunião foi convocada com o objetivo de preparar a comunidade para

a assembleia extraordinária com representantes do INCRA no dia seguinte. Foram discutidos os limites do território pleiteado e a postura da comunidade, até então, de não aceitar negociações sobre a área apontada. Não estava presente o presidente da Associação e outras lideranças se manifestaram sobre a questão.

3) Assembleia extraordinária da Associação, realizada no dia 23 de junho de 2011, no Esporte Clube Maracanã. Esse evento contou com a participação de representantes do INCRA, além das lideranças da Associação, membros da comunidade, a equipe da UFRGS, o advogado da Associação e alguns militantes da luta quilombola ligados ao MNU e à Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas. A pauta da assembleia foi conflito entre os limites do território de pleito apontados pela comunidade e pelo Laudo Antropológico. O INCRA propôs a adoção dos limites indicados no Laudo Antropológico, além da retirada de algumas áreas, dentro do território, onde haveria grande concentração de pequenos proprietários não quilombolas. Tal proposta gerou grande discussão, com manifestação de muitos integrantes da comunidade e demais presentes.

4) Reunião entre a equipe da UFRGS e alguns membros da Associação, no dia 12 de janeiro de 2011. Essa reunião não contou com a presença do presidente da Associação e proporcionou um debate mais informal sobre as expectativas da comunidade sobre a titulação do território e a gestão coletiva através da Associação. A equipe da UFRGS apresentou alguns dados provenientes de ferramentas de Diagnóstico aplicadas em todo o território. A comunidade debateu alguns desses dados e expôs algumas insatisfações e expectativas com relação ao futuro.

### 2.1.3. Reportagens

Durante o período de trabalho de campo, Morro Alto esteve em evidência na mídia, principalmente nos espaços de atuação da imprensa alternativa, como a *internet* e informativos locais. Foram selecionadas algumas reportagens veiculadas na época. Essas reportagens constituem vídeos ou matérias de jornal impresso, e

apresentam situações onde a comunidade se expõe para fora de seu território e para um público anônimo: a sociedade em geral.

1) Vídeo-reportagem, realizada por rede de TV em 2007, sobre a comunidade e sua luta pela terra em virtude da reivindicação, por parte da comunidade, de indenização devido aos impactos da duplicação da BR.

2) Vídeo-reportagem realizada pelo Coletivo Catarse de Comunicação, em dezembro de 2010, sobre a luta da comunidade pelas terras. O vídeo narra a trajetória de luta da comunidade a partir de depoimentos registrados no dia da inauguração do túnel da BR-101. Esse vídeo foi veiculado no programa Outro Olhar, da TV Brasil, e na *internet* através do *site* do coletivo e das redes sociais virtuais.

3) Vídeo-reportagem realizada pelo Coletivo Catarse de Comunicação, em reunião entre a comunidade e o Superintendente do INCRA, no dia 13 de outubro de 2011. A reunião ocorreu na recém-construída sede da Associação e teve o objetivo de pressionar o Estado para proceder com a titulação da terra. A comunidade foi extremamente acolhedora com o convidado. Além das palavras de boas vindas, foi oferecido um almoço que, durante a reunião, era preparado na cozinha integrada ao salão. Ao mesmo tempo, não tendo suas reivindicações atendidas, pois o Superintendente esperava uma posição de Brasília, a comunidade ameaça prendê-lo na sede até que obtivesse uma posição. Ao fim da reunião, o Superintendente é liberado com um prazo para se manifestar. Essa reportagem foi veiculada no site do coletivo.

4) Vídeo-reportagem realizada pelo Coletivo Catarse de Comunicação sobre audiência pública, realizada no Esporte Clube maracanã dia 16 de novembro de 2011, com a participação de representantes do Governo Federal, do MPF, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Defensoria Pública da União, equipe da UFRGS e pequenos agricultores quilombolas e não quilombolas. O objetivo da audiência era prestar esclarecimentos a toda a comunidade envolvida sobre o processo de titulação do quilombo. Pela primeira vez a comunidade quilombola recebe, em seu espaço, representantes dos agricultores não quilombolas. Essa reportagem foi veiculada no site do Coletivo.

5) Matéria intitulada “Morro Alto e demais quilombolas: agora será tensão e possibilidade de morte”, realizada pelo Coletivo Catarse de Comunicação e veiculada em seu site no dia 22 de novembro de 2011. O texto se posiciona ao lado das comunidades quilombolas e indígenas, ao relatar, de forma crítica, a audiência pública ocorrida na Assembleia Legislativa de Porto Alegre, no dia 14 de novembro do mesmo ano. A audiência teve como objetivo dar voz a todos os envolvidos nos processos de demarcação e titulação de territórios indígenas e quilombolas. No entanto, esses dois grupos tiveram sua participação limitada, pois horas antes do início da sessão a plenária estava lotada de agricultores trazidos pela bancada ruralista do Rio Grande do Sul. O registro apresenta não exatamente um debate, mas a exposição de diversos pontos de vista acerca do processo.

6) Matéria intitulada “Quilombolas ocupam o INCRA em porto Alegre no Dia Internacional de Luta Contra o Racismo”, realizada pelo Coletivo Catarse de Comunicação e veiculada em seu site no dia 21 de março de 2012. O texto, acompanhado de fotografias, relata a manifestação, que teve como objetivo pressionar o órgão acerca da titulação do território de Morro Alto.

7) Matéria intitulada “INCRA-RS descumpre ordem judicial e não notifica invasores do Quilombo Morro Alto”, realizada pelo Coletivo Catarse de Comunicação e veiculada em seu site no dia 22 de junho de 2012. O texto, acompanhado de dois vídeos, relata a segunda ocupação da sede do INCRA pela comunidade de Morro Alto, acompanhada de militantes da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas e da equipe da UFRGS, cujo objetivo era, novamente, obter do superintendente do INCRA um posicionamento quanto ao início das notificações.

8) Matéria intitulada “Drama no Litoral: o quilombo que pode gerar novos sem-terra”, realizada pelo jornal Zero Hora, de Porto Alegre, em 25 de setembro de 2011. A reportagem retrata a disputa de território entre a comunidade quilombola e os agricultores que serão desapropriados no processo de titulação do território. Contrapondo essa matéria às demais reportagens realizadas pelo Coletivo Catarse, esse discurso coloca-se, ainda que nas entrelinhas, ao lado dos agricultores não quilombolas, questionando as desapropriações e acusando o Estado de reparar um erro histórico com outra injustiça.

9) Matéria intitulada "Impasse sobre quilombo no litoral norte está em Brasília", realizada pelo jornal digital Sul21 e veiculada em seu site no dia 17 de outubro de 2011. O texto, acompanhado de fotografias da região e da comunidade, relata a complexidade do processo de titulação do território de Morro Alto, com base na afirmação do Superintendente de que o processo havia sido mandado para Brasília.

10) Crônica publicada em 18 de outubro de 2010, na coluna do jornalista Juremir Machado, no jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, intitulada "O drama de Morro Alto". O texto defende os direitos constitucionais das comunidades quilombolas como medida reparatória ao dano histórico marcado pela escravidão, a partir do caso de Morro Alto.

#### 2.1.4. *Documentos*

Nessa categoria foram reunidos documentos oficiais do PMC que apresentam informações relevantes acerca do tema de pesquisa. Tais documentos fazem parte do acervo coletivo da equipe executora do projeto e seu uso para fins acadêmicos foi autorizado pela coordenação e demais membros da equipe. São eles:

1) Relatórios Técnicos Trimestrais, desenvolvidos ao longo do período de vigência do projeto, com o intuito de prestar contas quanto ao cumprimento das metas previstas. Os relatórios não serão analisados, apenas servirão de suporte na construção dos eventos.

2) Plano de dinamização econômica e cultural da alça de contorno de Morro Alto e turismo. Trata-se de relatório, elaborado por parte da equipe, sobre os impactos do trecho da BR-101 que terá grande parte do fluxo de veículos desviado para o túnel. O texto denuncia a ação das pedreiras localizadas no morro danificando as edificações próximas e propõe a implementação de infraestrutura para divulgação e comercialização de produtos locais, como quiosques e pontos de

parada ao longo do trecho. Esses planos apresentam as intenções e projetos da comunidade para o território, sistematizados pela equipe.

3) Cartilha elaborada pela equipe da UFRGS contendo os resultados do Diagnóstico Participativo realizado no início do Projeto e as ações previstas para cada localidade.

#### 2.1.5. *Fotografias*

Os registros fotográficos serviram tanto para resgatar à memória alguns detalhes de fatos ou eventos importantes quanto para tentar demonstrar, no corpo do texto, um pouco da realidade local. Um dos objetivos da equipe da UFRGS era constituir um registro fotográfico que seria utilizado não só para ilustrar os relatórios técnicos, como para compor o acervo da comunidade quando da construção do Centro Cultural. A equipe contava com uma fotógrafa profissional, além de outros integrantes com talento. O resultado de dois anos de campo foi um acervo imensurável, que se encontra centralizado em um banco de dados, o que facilitou a busca das imagens por evento. As fotografias utilizadas para essa pesquisa estarão inseridas no decorrer das análises.

#### 2.1.6. *Diário de campo*

Grande parte dos acontecimentos que presenciei em campo referentes ao cotidiano das famílias com as quais me relacionei mais intimamente foi registrado em diário de campo. Esse diário funcionava como uma agenda/registro de minhas ações em campo. A formação em Arquitetura e Urbanismo teve forte influência em meu estilo sucinto de escrita e meus relatos não são descritos de forma tão detalhada a ponto de reproduzir uma situação. Construí meu diário como uma



referência, até bastante completa, para acessar esses detalhes na memória. Relato as situações a partir de um tema central, identificando os atores envolvidos e reproduzindo algum diálogo ou acontecimento que tenha chamado a minha atenção.

Com exceção de algumas assembleias e reuniões, nunca me senti à vontade para fazer anotações na presença das pessoas envolvidas ou para gravar minhas conversas com a comunidade. Assim como Goldman (2006), o tipo de relação que acabei por estabelecer em campo não se baseava na ideia de informantes ou entrevistados. Ao final do dia, em outro ambiente, tomava nota, em meu caderno de campo, dos principais acontecimentos e informações obtidas. Evitava ao máximo me colocar na postura de observadora, mas sim de alguém que estava ali, vivendo, dialogando e contribuindo na construção daquela realidade. Tomo aqui as palavras de Goldman:

[...] nunca tomei notas na frente de meus 'informantes'. Por um lado, porque ninguém era apenas informante, termo infame que a antropologia compartilha com a polícia: tratava-se, muitas vezes, de amigos (com os quais eu não me sentia à vontade de agir como 'pesquisador') e, sempre, de interlocutores, no sentido mais abrangente, ou seja, pessoas com quem eu dialogava, concordava e discordava, expunha e escutava pontos de vista. (GOLDMAN, 2006, p. 24).

Os fatos apontados em meu diário de campo constituem dados relativos principalmente ao cotidiano da comunidade e serão apresentados no capítulo seguinte, inseridos nos eventos aos quais se correspondem.

Cada uma das fontes apresentadas contém um ou mais registros. Alguns mais próximos do tema que do mosaico, outros nem tanto, mas que apresentam informações relevantes à compreensão do fenômeno como um todo. Todos os dados extraídos de cada registro são encarados como peças disponíveis para melhor compor a imagem que se deseja revelar com o mosaico. Após uma revisão do todo o conteúdo de cada uma das fontes apresentadas, foram identificados oito eventos principais para serem analisados.

## 2.2. EVENTOS DA TERRITORIALIZAÇÃO

Os registros serão apresentados a partir de uma organização por evento, cuja atribuição de sentido fora discutida no capítulo teórico. Cada evento, em seu contexto, apresenta um conjunto de informações relativas a temas variados. Alguns eventos são mais importantes no processo de análise por apresentarem situações onde questões envolvendo o processo de territorialização e identificação quilombola eram temas centrais, outros servirão de complemento com informações específicas sobre temas relacionados. Um evento pode ser construído a partir de mais de um registro. Ele pode ter sido filmado, relatado em diário de campo e ao mesmo tempo ter sido tema de uma reportagem, por exemplo.

Foram construídos nove eventos para compor o mosaico de Morro Alto. Cada um deles, constituído por um ou mais acontecimentos do campo, será considerado fonte de discursos para a análise. São eles: 1) assembleias ordinárias da Associação (esse evento é constituído por dois acontecimentos: a assembleia do dia 11 de abril de 2009 e a assembleia do dia 23 de janeiro de 2010); 2) assembleias extraordinárias para a tratativa com o INCRA sobre os limites do território e o processo de titulação (composto por dois acontecimentos: as assembleias extraordinárias dos dias 2 de junho de 2010 e 04 de fevereiro de 2011); 3) reunião de projeto envolvendo a equipe da UFRGS e as lideranças da Associação (constituído unicamente pela reunião de prestação de contas ocorrida no dia 13 de agosto de 2010); 4) fatos do cotidiano da comunidade, constituídos de diversos acontecimentos extraídos do diário de campo; 5) Diagnóstico Participativo realizado pela equipe da UFRGS junto à comunidade; 6) duas manifestações em que a sede do INCRA foi ocupada pela comunidade, com o apoio do MNU e da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas; 7) comemoração do Dia da Consciência Negra realizada no Clube Maracanã; 8) inauguração da sede da Associação (incorpora acontecimentos do processo de desenvolvimento do projeto, da construção e da inauguração da edificação); e 9) participação de liderança da comunidade no seminário de abertura da 8º Bienal do MERCOSUL, intitulado Ensaio de Geopoética.

### 2.2.1. Assembleia da Associação



Figura 5 - Imagens da Assembleia da Associação do dia 11 de abril de 2009. Apresentação das metas do PMC pela equipe no final da reunião. Fonte: acervo do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS).

O primeiro evento refere-se, justamente, à primeira vez em que estive no território de Morro Alto, em função da apresentação do Plano de Trabalho do PMC, na assembleia da Associação do dia 11 de abril de 2009. A reconstituição desse evento se deu a partir das anotações em diário de campo, bastante detalhadas, transcrevendo, de forma simplificada, algumas falas que pareceram importantes na época. As fotografias, em grande número, constituíram uma narrativa que contribuiu consideravelmente para complementar as informações e orientar a memória. As lembranças desse dia são ainda muito vivas, mas certamente influenciadas pela ansiedade e emoções daquele primeiro contato.

A equipe se deslocou de Porto Alegre no sábado de manhã em seus carros particulares, chegando ao Esporte Clube Maracanã com cerca de meia hora de atraso. Quando entramos no salão, a comunidade já se encontrava disposta em um grande círculo. Nossa chegada causou certo burburinho. Ainda não conhecíamos muitas pessoas e éramos os únicos de fora. O objetivo da reunião era a apresentação do Plano de Trabalho, a partir das 17 metas que haviam sido estabelecidas pelo IBAMA como compensação aos impactos causados pelas obras do túnel. Algumas das metas estavam bastante defasadas, previam ações de integração entre os trabalhadores da obra da estrada e a comunidade, sendo que essa convivência já se dava há muito tempo e as obras estavam quase concluídas.

Às 14hs de sábado, a sede do Esporte Clube Maracanã estava cheia. A maior parte dos presentes era composta por mulheres, já de certa idade, alguns homens e crianças brincando ao redor. As pessoas estavam sentadas em um grande círculo e o clima era muito familiar. As assembleias acabavam por ser uma oportunidade de as famílias se reencontrarem, além de configurarem o espaço político onde se discutiam os assuntos do quilombo.

O presidente da Associação conduziu a reunião, começando por relatar um histórico da luta da comunidade frente ao Estado, desde o tempo de seus ancestrais escravos até a recente luta pela titulação do território. A presença da equipe da UFRGS e o trabalho que seria desenvolvido ali foram apresentados como uma grande conquista dessa luta e foi recebida por todos com entusiasmo, salva de palmas e palavras de boas vindas.

A pauta da reunião foi definida e incluía a fala do presidente da Associação e a apresentação do Plano de Trabalho pela equipe. Já na fala do presidente, foi possível perceber que sua expectativa com relação às medidas compensatórias ia muito além do que estava estabelecido nas metas. Demandas como pavimentação de estradas, aquisição de barco para turismo, auxílio a projetos habitacionais, construção de campo de futebol e agroindústria surgiram em sua fala, porém não estavam incluídas nas metas. Ao terminar seu discurso, a expectativa da comunidade era grande e o PMC lhes parecia capaz de resolver todos os seus conflitos políticos e econômicos.

Após a leitura e explicação das metas pela equipe da UFRGS, os limites das ações previstas, que não incorporavam muitas de suas demandas, ficaram evidentes. O presidente retomou a palavra deixando clara a sua insatisfação frente ao Plano de Trabalho (PT). A partir daí, todas as falas que se seguiram foram no sentido de desqualificar e rejeitar as metas. Muitas das críticas não eram dirigidas exatamente ao grupo, mas ao Estado, que historicamente não cumpria os acordos com a comunidade, aos acadêmicos, que se utilizavam da comunidade para promoção pessoal e a políticos e grupos que já prometeram muitas melhorias e mudanças sem nunca apresentarem resultados. A reação da comunidade foi bastante negativa. Além das metas defasadas, poucas previam ações práticas ou aquisição de bens, como o esperado. Com exceção da construção do Centro Cultural e de investimentos específicos em infraestrutura, as metas previam diagnósticos, cursos de capacitação, articulações, palestras em escolas etc. A maior parte das metas e o Plano de Trabalho como um todo foi rejeitada com muita firmeza pela assembleia. A postura ao mesmo tempo defensiva e reativa da comunidade demonstrou o grande poder de articulação do grupo e a forte influência das lideranças sobre as ações coletivas. É o que constata um dos Relatórios produzidos pela equipe da UFRGS durante o período de campo:

Foi preciso superar uma série de impasses, a começar pela inconformidade dos membros da comunidade quilombola em aceitar integralmente as metas definidas pelo compromisso IBAM/DNIT, considerando a defasagem entre o momento de elaboração desse compromisso (janeiro de 2007) e a tramitação do PT elaborado por nossa equipe segundo metas a nós fornecidas pelo DNIT. (Relatório Técnico 1º trimestre, 2010, p. 10).

Praticamente todo o ano de 2009 transcorreu em negociações, tanto com a comunidade quanto com o DNIT, acerca da substituição das metas rejeitadas pela comunidade por novas demandas sugeridas e discutidas nas assembleias. Foi um período de poucas ações, mas muitas reuniões, de trocas de *e-mails* e produção de planilhas solicitando a substituição de metas. A comunidade, ao reivindicar as novas metas, demonstrava saber muito bem o que queria de seu território e todas as suas reivindicações compunham um ambicioso projeto de dinamização da economia local, baseada em uma ideia de comunidade autônoma e autossuficiente, como viria a ficar mais claro com o passar do tempo. Em dezembro de 2009, foi finalmente

aprovado em assembleia o Plano de Trabalho, ainda que sem a aprovação total das metas alteradas.

Em 23 de janeiro de 2010, ocorreu a primeira assembleia após a aprovação do PT. Era o início oficial do Projeto e a equipe da UFRGS foi chamada a apresentar as metas aprovadas, uma vez que a comunidade optou por dar início nos trabalhos com essas metas, enquanto o DNIT avaliava as substituições solicitadas. A equipe organizou o espaço de forma diferente do usual. Haveria projeção de *slides*, portanto as cadeiras foram dispostas em fila na parte dos fundos do salão, mais escura e com menos aberturas. Por se tratar de janeiro, quando normalmente as assembleias estão em recesso devido à temporada no litoral, não era esperado um grande público. Havia, ao todo, cerca de 30 pessoas da comunidade.

Enquanto as pessoas se acomodavam nas cadeiras, a imagem de satélite do território com os limites do quilombo estava projetada no telão improvisado. A imagem foi tema das conversas até que a reunião tivesse início. As pessoas tentavam localizar o Maracanã, suas casas, as lagoas e apontavam os marcos que delimitavam o território: os dois cemitérios, da Costa e de Aguapés, e a barra do João Pedro. Grande parte do grupo demonstrava não estar familiarizada com a imagem planificada do território.

A reunião começou com a fala de uma liderança da Associação, pedindo desculpas pelo baixo quórum da reunião, justificada pelas oportunidades de trabalhos no litoral. Ao apresentar os presentes, disse que todos eram quilombolas por estarem envolvidos com a luta quilombola, à qual ele se refere como "nossa luta". A luta que mencionava dizia respeito à luta pela titulação, mas trazia imbuída nas falas do presidente e demais quilombolas que se manifestavam na reunião os esforços de seus ancestrais escravos pela liberdade, pela sobrevivência e pela manutenção de suas terras. Após esse discurso introdutório, a palavra foi passada à equipe da UFRGS.

O membro da equipe iniciou a apresentação informando a comunidade acerca dos impasses burocráticos do Projeto com relação à substituição das metas e apresentando uma série de dados estatísticos sobre a comunidade e o território, extraídos do levantamento socioeconômico realizado pela UFRGS em 2006,

salientando a necessidade de iniciar os trabalhos verificando esses dados para poder distribuir as ações de forma justa nas diferentes localidades, de acordo com as potencialidades locais. Antes de prosseguir, abriu o debate para perguntas e o líder da Associação pediu a palavra para, novamente, dar boas vindas à equipe. Em seu discurso, salientou a importância da parceria entre a UFRGS e a comunidade para o desenvolvimento do território e enfatizou a importância que esse trabalho teria para a carreira acadêmica dos membros da equipe.

A seguir, foi projetado o vídeo de uma reportagem realizada pela TVE, em 2006, sobre a existência do quilombo e a reivindicação pela posse da terra. Nessa época, a comunidade reivindicava a indenização pela suplicação da estrada e estava em evidência na mídia local. A reunião seguiu com a apresentação do Plano de Trabalho, com as metas aprovadas pela comunidade e pelo DNIT. A explicação da equipe foi rápida, porém detalhada, exemplificando as metas com as ações previstas até então. Relato a seguir as metas mais importantes, aquelas que de alguma forma referem-se à questão da identidade quilombola ou a intervenções e projetos que influenciam diretamente o território. O *folder* com o resumo das metas\* elaborado para distribuir na reunião contém a totalidade das metas, incluindo as que já haviam sido aprovadas pelo DNIT e as que ainda estavam em tramitação.

A meta de número cinco, primeira das aprovadas, refere-se à "integração das atividades tradicionais quilombolas, aproveitando o fluxo turístico na alça de contorno de Morro Alto para dinamização da economia local". Segundo o coordenador, o desvio do fluxo da BR-101 pelo túnel não teria somente impacto negativo para a comunidade, pois parte dos turistas que se deslocam para o litoral norte continuaria passando por ali e a comunidade poderia se beneficiar utilizando esse movimento para divulgar o quilombo, comercializar produtos locais e desenvolver o turismo étnico.

A meta de número seis diz respeito a "cursos de aperfeiçoamento em Morro Alto e municípios da região sobre questões étnico-raciais, negritude e afro-descendência, políticas afirmativas, impactos, direitos diferenciados, patrimônio material e imaterial, referências culturais e históricas, bens artísticos e sítios

---

\* Encontrado na seção "Anexos" dessa dissertação. As frases destacadas com aspas nas páginas 72 e 73 foram retiradas desse *folder*.

arqueológicos" e prevê a realização de oito palestras em escolas da região, a serem ministradas pelos antropólogos da equipe, responsáveis pelo eixo Patrimônio Arqueológico e Cultural. A apresentação salientou a importância dessa meta para difundir e desmistificar a questão quilombola entre as comunidades vizinhas e colocou a Universidade como instrumento para sensibilizar a sociedade e os órgãos públicos como o DNIT, no qual havia ainda quem questionasse a legitimidade do quilombo.

A meta de número oito prevê uma "reunião em Morro Alto com representantes do DNIT, INCRA, MPF, Fundação Palmares, Setores do Governo do Estado e dos Municípios para esclarecer sobre os processos de desapropriação e indenização gerados pela duplicação da BR-101". A intenção dessa meta era compor uma grande audiência pública com a participação da comunidade e dos agentes externos envolvidos diretamente nas questões territoriais como o INCRA, o DNIT, Fundação Palmares e MPF, com a Universidade mediando o debate para que as responsabilidades sejam definidas e a morosidade do processo de titulação seja explicada.

A meta de número nove prevê a "aplicação de metodologia participativa para elaboração de projeto para construção de Centro Cultural e a construção de Centro Cultural Quilombola". Essa meta trazia um impasse que viria a se repetir em outras situações e demonstrava a dificuldade da comunidade em acessar as políticas públicas. Enquanto o território estivesse em litígio, não haveria um terreno disponível para a construção da edificação. O mesmo impasse surgiria nas tramitações com a Caixa Econômica Federal em negociações para acessar programas de habitação popular e com relação à agroindústria. A apresentação ressalta ainda a importância do projeto dessas edificações para escolher materiais, técnicas e formas que transmitam a identidade do quilombo. O exemplo utilizado pela equipe para explicar a questão foi a escolha de materiais locais como resgate de técnicas tradicionais de construção, utilizadas pelos antepassados, que prezem pela sustentabilidade.

A meta de número dez correspondia à aplicação de "Diagnóstico Participativo das vocações de trabalho e renda dos troncos familiares quilombolas; promover a coesão e qualificação da mão-de-obra quilombola; e envolver setores externos para



ampliação de oportunidades de trabalho e renda" e estava vinculada ao eixo Agricultura e Meio Ambiente. A ideia era identificar as potencialidades de produção do território e incentivar o cultivo com base nos resultados. A produção e beneficiamento de produtos orgânicos e a criação de um selo de produto quilombola foram apontados como possíveis ações.

Após a apresentação, houve um debate sobre a forma de execução das metas apresentadas. A comunidade criticou o PT alegando ser esse muito teórico. Não compreendia as ações práticas e quais seriam os produtos das metas. Além disso, as demandas que haviam sido apontadas para substituir as metas rejeitadas ainda não haviam sido aprovadas pelo DNIT. Mesmo cientes da decisão de iniciar o Projeto sem essa definição, as cobranças sobre a equipe eram inevitáveis. A reunião foi encerrada com o compromisso, por parte da comunidade, de colaborar com a equipe no que fosse preciso e, por parte da equipe, em apoiar a comunidade com relação ao processo de titulação junto ao INCRA.

Ao longo de dois anos, 2010 e 2011, tive a oportunidade de acompanhar outras assembleias da comunidade e perceber a importância política gradativamente adquirida pelas mesmas. As ações do PMC, a presença constante da Universidade no território e as articulações políticas e institucionais que decorriam daí contribuíram para que as assembleias, além de constituir um espaço de congregação e deliberação da comunidade como de costume, passassem a ter um caráter de mobilização política envolvendo mais agentes externos, como membros dos poderes executivos locais e lideranças de outros movimentos sociais.

### 2.2.2. Assembleia extraordinária da Associação



Figura 6 - Assembleia extraordinária com a participação do INCRA, dia 23 de julho de 2010. Fonte: acervo do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS).

Outro evento significativo fora a assembleia extraordinária, convocada em uma sexta-feira, em 23 de julho de 2010, com a presença do Superintendente interino do INCRA, para discutir o impasse que existia com relação aos limites do território. Já era sabido que a localidade da Prainha e os cemitérios da Costa e do Agupés haviam ficado fora do Laudo Antropológico. Por essa razão, a comunidade não aceitou o documento e o processo de titulação do Morro Alto ficou parado por um longo período.

Na véspera da assembleia, fora realizada uma reunião preparatória entre a equipe da UFRGS e a Associação para discutir qual seria o posicionamento com relação à proposta do INCRA. Sem a presença das principais lideranças da Associação, o grupo ali reunido decidiu que a melhor alternativa seria aceitar o limite apontado no Laudo Antropológico e, uma vez expedido o título, entrariam com novo recurso para ampliação, incluindo as áreas não contempladas. A posição da comunidade nessa reunião era de que conseguir uma parte do território titulada, nesse momento, já seria uma vitória, uma vez que, devido à indefinição com relação

ao território, a comunidade vinha deixando de ser atendida por diversas políticas públicas.

No dia da assembleia, a comunidade se fez presente em peso no Esporte Clube Maracanã. Havia representantes das cinco localidades que constituem o território, A mesa foi composta pelo procurador do MPF, pelo representante do INCRA, o coordenador do PMC e o advogado da Associação, que chegou mais tarde com apoiadores. Dentre eles, militantes do MNU e da Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas. A assembleia, como de costume, teve início com um discurso de uma liderança da Associação sobre a luta da comunidade pela posse das terras:

O que a gente quer é que o Governo do estado e o Governo federal sejam parceiros no cumprimento do nosso direito constitucional. A gente aqui não quer briga com ninguém. A gente ta em cima de uma luta pra consolidar nosso direito sobre esse território que é centenário. É um povo que ta a mais de trezentos anos em cima dessa área e que tem esses entraves, né? Tem os fazendeiros que tão em cima da nossa área, com boas terras de plantação, de criação. Enfim. Aqui ouve uma resistência negra pelo direito da terra. Aqui se instalou um quilombo. Aqui nós temos um direito de testamento. Então a gente ta amparado em todas as formas legais da Constituição. Nós estamos amparados. Então, é a maneira de ver como é que o INCRA, que a responsabilidade é dele de titular essa área, como é que ele vai fazer pra iniciar esse trabalho? Pra concluir esse trabalho de titulação dessa área. Eu tenho certeza que a comunidade toda, a comunidade negra, comunidade branca, amarela, enfim, todo mundo sabe desse direito nosso aqui nesse território. Tem os especuladores? Tem. Tem a especulação imobiliária? Tem. Mas eles vão ter que lidar com essa gente. (equipe da UFRGS, reunião de projeto, registro de vídeo, dia 13 de agosto de 2010).

Logo após, o procurador do Ministério Público apresentou os representantes do INCRA que, com o auxílio de *slides*, explicaram detalhadamente os passos que constituem o processo de titulação dos territórios quilombolas. O processo de Morro Alto encontrava-se na reta final, faltando apenas a aprovação do Relatório Técnico de Identificação (RTID) e sua publicação no Diário Oficial da União, para dar início às notificações de desapropriação necessárias.

O INCRA apresentou sua proposta para resolver o conflito relativo aos limites do território de pleito, visando a acelerar o processo e minimizar os impactos sociais do processo de desintrusão. A proposta consistia em adotar os limites apresentados pelo Laudo Antropológico que excluía os cemitérios e a localidade da Prainha, e

identificar algumas áreas onde houvesse grandes concentrações de pequenos proprietários não quilombolas, os quais permaneceriam no território com o título de propriedade dessas áreas, formando verdadeiras ilhas não quilombolas dentro do território. As propostas não foram aceitas pela comunidade e a assembleia terminou em clima bastante tenso, com discursos inflamados tanto por parte da comunidade como das lideranças dos demais quilombos e movimentos sociais, e sem que se chegasse a um acordo.

No dia 4 de fevereiro de 2011 o INCRA convocou nova assembleia extraordinária com a intenção de rediscutir a questão com a comunidade e tentar chegar a um consenso. Devido ao período de veraneio, houve pouca participação da comunidade e o forte calor obrigou a reunião a ocorrer ao ar livre, do lado de fora do Maracanã. Estavam presentes as lideranças e o advogado da Associação, parte da equipe da UFRGS e alguns membros da comunidade. A postura do INCRA nessa assembleia foi diferente da anterior. Apoiou a comunidade em sua decisão de não acatar a proposta prévia de deixar as ilhas de pequenos proprietários não quilombolas no interior do território. No entanto, com relação ao conflito entre os limites reivindicados pela comunidade e os apontados no Laudo Antropológico, o INCRA ponderou que, nesse momento, seria mais interessante para a comunidade aceitar o Laudo como está, caso contrário, esse deveria ser refeito e o processo retrocederia consideravelmente. Após a expedição do título de propriedade, a comunidade poderia entrar com um pedido de complementação do Laudo e com novo processo de regularização das áreas que ficaram de fora. Tal proposta vinha ao encontro do que já havia sido discutido pela própria comunidade.

A assembleia terminou com a assinatura da ata contendo o aceite do Laudo Antropológico por parte da comunidade, documento que faltava para a publicação do RTID e com a promessa do INCRA de que esse seria encaminhado na semana seguinte. O clima ao final da reunião era de vitória, com direito a palmas, abraços e foguetes. Porém, após quase um mês de expectativas, o RTID ainda não havia sido publicado.



Figura 7 - Assembleia extraordinária com a participação do INCRA, dia 04 de fevereiro de 2011.  
Fonte: acervo do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS).

Além das assembleias, acompanhei diversas reuniões específicas entre a Associação e a equipe da UFRGS, com o objetivo de trabalhar em conjunto e buscar alternativas tanto para o desenvolvimento das ações previstas no Plano de Trabalho quanto de outras demandas e projetos da comunidade que não eram contemplados por esse. As Reuniões de Projeto ocorriam na casa alugada pela equipe, ou na casa de líderes da Associação. Na maioria das vezes, estavam presente a equipe, ou parte dela, as lideranças da Associação e os membros da comunidade mais próximos às lideranças.

A relação entre a equipe e a Associação, que nas assembleias gerais era baseada em cobrança por parte da Associação e explicações por parte da equipe, se alterava completamente nesses espaços mais informais e intimistas. As reuniões foram propostas justamente com o objetivo de minimizar conflitos e cobranças a partir de um trabalho conjunto entre as duas instâncias. Nesse contexto, tive a oportunidade de ouvir ideias e projetos da Associação para o território e participar de longas discussões de avaliação desses projetos por parte do corpo técnico da equipe.

Alguns desses projetos eram um tanto utópicos aos olhos técnicos, como a construção de uma estátua de Zumbi dos Palmares, nas proporções do Cristo

Redentor, em cima do Morro da Vigia. Segundo a Associação, esse projeto já havia sido discutido com a Prefeitura de Osório, que estaria disposta a apoiá-lo. Já outros projetos eram mais viáveis, como a formação de grupos de trabalho, criação de *campings* e infraestrutura turística junto aos morros e lagoas, produção de artesanato quilombola e comercialização de produtos locais. Os técnicos da Universidade também tinham seus projetos para o território e, às vezes, esses não estavam de acordo com os ideais da Associação. A equipe propunha ações de menor visibilidade e de resultados a longo prazo, já a comunidade ansiava por resultados mais imediatos. Era justamente o debate acerca desse grande projeto para o território, discutido por lideranças locais, técnicos da academia e o Estado, no que tange a regularização da situação fundiária, que fazia dessas reuniões importantes espaços de observação.

### 2.2.3. Reunião de Projeto



Figura 8 - Imagem de reunião de projeto na casa/escritório, dia 22 de agosto de 2010. Fonte: acervo do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS).

No dia 13 de agosto de 2010, ocorreu, na casa/escritório, uma reunião para prestação de contas do PMC e apresentação dos primeiros resultados do

Diagnóstico realizado nas localidades. As principais lideranças da Associação não estavam presentes, mas havia um número considerável de pessoas da comunidade, uma vez que, após a reunião, seria comemorado o aniversário do presidente de honra, que fazia 90 anos. A sala e a cozinha estavam cheias de gente, na maior parte mulheres e crianças da família do aniversariante e alguns homens ligados à Associação.

A apresentação do Diagnóstico pela equipe da UFRGS trouxe alguns dados interessantes acerca dos projetos para o território. Apesar de baseados nos dados do Diagnóstico, a equipe projetou ações que, no seu ponto de vista, seriam as melhores para o desenvolvimento da comunidade e do território. Saliento a seguir alguns pontos importantes da reunião levantados no debate sobre os projetos e as ações previstas pelo PMC, a partir do Diagnóstico. A apresentação iniciou com a fala de um dos membros da equipe sobre os projetos referentes ao eixo Patrimônio Arqueológico e Cultural:

A primeira coisa importante é a história da comunidade do Morro Alto. É a história dos negros no Morro Alto que fez o DNIT, o INCRA, o IBAMA, todo mundo se voltar pra comunidade. A história dos negros não é esquecida. A história foi lembrada e a gente tem essa história como a legitimidade de porque que vocês estão nessa guerra, né? por um território. Nessa luta por uma política de vocês. Porque essa história fez importância pro Estado brasileiro e eles não podem mais virar as costas pra história dos povos negros, dos povos índios e das camadas mais excluídas da comunidade. Então essa história, a gente veio aqui pra ouvir um pouco disso. Pra pegar as partes mais importantes e construir projetos em cima disso. (discurso de membro da equipe).

Essa fala gerou uma discussão sobre a história dos antigos que foi ressaltada pela comunidade como o princípio de tudo. O reconhecimento de que os antepassados escravos construíram e defenderam o território para que hoje a comunidade pudesse existir é consenso e, aparentemente, é o que move a luta pela titulação. Muitos dos quilombolas são proprietários de seus lotes e terrenos, mas a luta é pela justiça com os antepassados e por condições de sobrevivência dessa história, pois entendem que sem investimentos e desenvolvimento econômico no território as gerações futuras não irão permanecer na luta.

A apresentação seguiu com os demais eixos e o problema da falta de terra surgira em cada um deles. Grande parte das ações do PMC, assim como o acesso a

recursos de outras políticas públicas do Governo Federal, foi impedida pela indefinição do processo de titulação do território. A discussão girou em torno da ideia de propriedade particular e coletiva. Havia muitas questões sobre o assunto e poucas respostas: E se um quilombola ceder uma área para a construção do Centro Cultural, por exemplo, como ficaria a questão da propriedade? A pessoa seria indenizada? Então seria a compra de uma área; não seria melhor então comprar de um não quilombola? O impasse se tornou cobrança sobre a Universidade Federal, vista como representante do Estado. Muitas vezes os papéis eram confundidos. Eram tantos os agentes envolvidos em seu cotidiano nos últimos anos que dificultava-se o entendimento das responsabilidades de cada um. Em um discurso de defesa, um dos membros da equipe interrompe a discussão para tentar esclarecer o assunto:

A gente tem um atropelo gigante aqui que não é culpa da Universidade, que não é culpa da comunidade. Então é o seguinte. Vocês receberam uma indenização do Governo, baseado num território quilombola que não existe de verdade. Que não existe físico. O Governo tá atrapalhando nós todos. (discurso da equipe).

Ao ouvir essa colocação, outro membro da equipe da UFRGS fez uma ressalva. "Existir ele existe, só não foi reconhecido legalmente, mas existir ele existe". As três pessoas da comunidade que aparecem no enquadramento do vídeo assentem com a cabeça nesse momento. Novamente o membro da equipe se pronuncia:

Sim. Desculpe os termos. Ele existe porque vocês estão aqui, mas vocês entenderam o que eu quis dizer, né? Vocês não têm o usufruto dessa terra. Se tudo tivesse sido feito na medida do certo, e não dessa disputa e desigualdade que é o país, este recurso chegaria numa comunidade quilombola que teria domínio do seu território. (discurso da equipe).

A intensidade da afirmação gerou diversas manifestações da comunidade. Algumas emocionadas, falando em união e espírito comunitário. Outras no sentido de encaminhar a questão propondo algumas áreas para desapropriação imediata ou que pudesse ser cedida temporariamente. Houve muitas especulações, mas ao fim nada foi de fato encaminhado. A reunião se encerrou de repente com a entrada do bolo de aniversário de uma liderança tradicional. Foi uma grande festa. Ele é uma pessoa muito querida por todos da comunidade.



#### 2.2.4. Cotidiano



Figura 9 - Imagem de encontro em família para matança do porco, em setembro de 2010. Fonte: acervo do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS).

O convívio intenso no território por um longo período proporcionou não só o estreitamento de laços com algumas pessoas, como a observação de suas interações diárias com o espaço, com os percursos, as infraestruturas e de suas relações com os vizinhos não quilombolas. Participei de almoços em família, aniversários, festejos religiosos, além de horas de conversas de varanda e de bar. Nesses contextos, era possível observar as conseqüências e as impressões do processo de titulação do território não só para as famílias quilombolas com as quais eu convivia, mas também para os vizinhos, na maioria não quilombolas.

A casa/escritório se tornou um dos principais espaços de troca e diálogo com a comunidade e de observação, principalmente porque reunia diferentes atores para discutir o futuro do território. Era possível observar esses diálogos em um ambiente quase que doméstico, sem a formalidade das assembleias e, principalmente, sem a presença das lideranças. O convívio mais íntimo possibilitou perceber que o discurso acerca do fenômeno quilombola e da constituição do território coletivo nem sempre convergia com o discurso das lideranças. Tal constatação reforçou a necessidade de aprofundar os laços com as famílias que não frequentavam as reuniões da

Associação e cujo convívio era dificultado pela dispersão da comunidade nas diferentes localidades espalhadas pelo território.

Com o início das atividades do escritório, o convívio com algumas lideranças e pessoas mais engajadas se intensificou, principalmente com os dois funcionários, jovens da comunidade escolhidos por votação em assembleia que passaram a trabalhar junto à equipe. Dentre eles, um africano, com uma relação bastante peculiar de parceria e incorporação ao quilombo. A história de sua chegada ao território, contada por vários membros da comunidade, é rodeada de mitos e símbolos relacionados à ancestralidade africana. Conta-se que ele teria vindo para o Brasil fugido da guerra civil da costa do Marfim, escondido em um navio, associado a um "navio negreiro" que teria naufragado em Pernambuco. Ele e mais um companheiro receberam asilo político do governo brasileiro e foram trazidos por uma liderança para o quilombo de Morro Alto, mas apenas um deles permaneceu. Foi acolhido pela comunidade, teve um filho com uma quilombola e, com ajuda da Associação, formou-se em Administração para um dia contribuir na gestão do território.

O ano de 2011 foi de intensas atividades no escritório. Além de reuniões, cursos e oficinas de capoeira, um grupo de mulheres passou a reunir-se semanalmente nas oficinas de artesanato. A ideia era constituir um grupo e comercializar os produtos em feiras e eventos em Morro Alto e cidades vizinhas. Por muitas quartas-feiras esse grupo discutiu técnicas de artesanato com tecido, fuxico, material reciclado etc. A intenção era criar produtos que de alguma forma expressassem a identidade quilombola. Algumas mulheres já faziam bonecas de pano e passaram a produzir bonecas negras. Essas bonecas tiveram grande aceitação dentro e fora da comunidade e passaram a ser expostas para venda nos eventos sociais e políticos da comunidade.



Figura 10 - Exposição do artesanato local na Feira prove Capão, em dezembro de 2010. Fonte: acervo do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS).

Além das bonecas, as mulheres passaram a fazer cobertores de trapos, forradas com chita, como eram feitos antigamente. Os cobertores eram uma forma de referenciar as práticas cotidianas do passado, pilares da identidade do grupo. Além das bonecas e dos cobertores, o grupo optou por resgatar a técnica de trançar a palha da bananeira para fazer tapetes, cestos e outras peças. Passaram a visitar outra mulher da comunidade, que conhecia a técnica e se dispôs a ensinar. Em uma feira de natal, que ocorre todo o ano em Capão da Canoa, as mulheres de Morro Alto alugaram um espaço para comercializar seus produtos. Além das bonecas, cobertores e artesanatos com fibra de bananeira, havia algumas comidas apresentadas como "típicas quilombolas". Além de pamonha e pastéis, havia o Nego Deitado, espécie de massa de panqueca doce ou salgada.

Fora dos espaços de interação profissional, pude perceber, no convívio cotidiano com algumas famílias, que as relações de parentesco constituem o elo

principal da comunidade. A relação com os ex-escravos é sempre referenciada nas conversas. Os descendentes diretos são designados herdeiros, já os cônjuges de fora da comunidade são tratados como coerdeiros. O sentido de comunidade não se restringe às relações de parentesco. Engloba também aqueles que, estabelecendo-se no território, construíram e consolidaram laços de solidariedade e compadrio. Essas pessoas, na maior parte pequenos agricultores brancos, eram reconhecidas como parte da comunidade e tinham o aval para permanecerem no território mesmo após a titulação.

A flexibilidade da comunidade em acolher e incorporar indivíduos “de fora” manifesta-se, basicamente, através de quatro tipos de relações: casamentos com negros ou brancos de fora da comunidade; compadrio e apadrinhamentos entre negros e brancos vizinhos; identificação, pela comunidade, de potencial ou símbolo que conceda ao externo o mérito de pertencer à comunidade; e autoidentificação com a luta quilombola.

Os casamentos com pessoas de fora eram vistos pela comunidade sob dois pontos de vista distintos. Havia aqueles em que o cônjuge externo se identificava com a luta e assumia a condição de quilombola. Na maior parte, esses eram casamentos envolvendo quilombolas e negros de fora da comunidade. Em pelo menos dois casos, esses cônjuges externos incorporaram de tal forma o discurso quilombola a ponto de se tornarem lideranças importantes da Associação. O outro ponto de vista expõe exatamente o oposto. O cônjuge quilombola abandona ou até mesmo se volta contra a comunidade e a luta. Esses casamentos envolvem famílias quilombolas e famílias de agricultores brancos com conflitos históricos com a comunidade negra.

As relações de compadrio e apadrinhamento com pessoas de fora é frequente, inclusive entre quilombolas e brancos vizinhos. O apadrinhamento de crianças quilombolas por brancos e vice-versa é comum e obedecem, principalmente, a relações de vizinhança. O processo de titulação do território, de certa forma, tencionou essas relações sem vínculos legais, mas sua legitimidade e importância no cotidiano é o que impulsiona a flexibilidade da comunidade em aceitar sua permanência no território. Determinada família costumava receber muita

gente devido à beleza natural de seu sítio. No final da década de 70, eram comuns os acampamentos em seu terreno e duas famílias brancas se tornaram muito próximas. Tão próximas que tratam a matriarca quilombola como mãe, da mesma forma com que ela os trata como filhos. Hoje as duas famílias possuem casa dentro do território e são considerados seus filhos adotivos. Uma relação de amizade, mas que se manifesta discursivamente enquanto relação de parentesco.

As pessoas de fora, identificadas pela comunidade como merecedoras de serem incorporadas, o são por diversas razões. O próprio morador africano, citado anteriormente, foi incorporado tanto por sua origem, que representa a ancestralidade negra da comunidade, quanto pela relação de parceria, ensinando o dialeto africano em troca de acolhimento e formação. Por último, havia aquelas pessoas que, devido à militância política ou a relações de vizinhança, estabeleceram vínculos ideológicos e de afinidade a ponto de serem reconhecidas como pertencentes ao grupo. As tensões entre a comunidade e as famílias não quilombolas se intensificaram com o processo de titulação e o início das ações do PMC, fazendo com que esses critérios de pertencimento estivessem constantemente em discussão e construção.

O trabalho de campo permitiu acompanhar ainda a reestruturação de uma das principais manifestações culturais da comunidade: o Maçambique. Essa dança em devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito mistura ritos católicos, representações de entidades africanas como a Rainha Jinga e o Rei Congo, tambores e a massacraia (um guizo preso ao tornozelo dos dançantes, representando o barulho das correntes dos escravos). Os dançantes são necessariamente negros, membros da comunidade que possuem relações de parentesco com os primeiros dançantes, uma vez que as posições de dançante, tamboreiro, capitão de espada e festeiro são hereditárias, sendo transmitidas a cada geração desde o século XIX. O rito conta a história dos negros escravos que eram livrados da morte e dos açoites por Nossa Senhora do Rosário, quando, na hora da sentença, eram sorteados, significando que esses eram chamados por Ela para organizar a próxima festa, ficando livre para trabalhar.



Figura 11 - Apresentação do Maçambique no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro de 2010.  
Fonte: acervo do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS).

Apesar de reconhecerem a origem e a diversidade de símbolos africanos presentes no Maçambique, esse é apresentado pelos quilombolas como uma manifestação religiosa católica, sem qualquer referência às religiões Afro-Brasileiras. A referência africana se dá em sua origem, que, nos relatos, aparece relacionada a uma espécie de mito de origem da comunidade. Conta-se que ao norte de Capão da Canoa havia o Capão da Negrada, lugar onde, após a extinção do tráfico, ainda desembarcavam navios negreiros clandestinos. Um desses navios teria naufragado e muitos negros teriam fugido e se escondido no mato, especificamente nas encostas entre o Morro Alto e Aguapés, dando origem a um quilombo. Segundo relatos, é possível ver, ainda hoje, as ruínas de um engenho e de outras construções em cima do morro. O mito legitima o vínculo ancestral com a África e confere ao território uma dimensão clássica do termo quilombo, como local de negros fugidos.

### 2.2.5. Diagnóstico Participativo



Figura 12 - Reunião do Diagnóstico na localidade da Faxina, em maio de 2010. Fonte: acervo do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS).

A necessidade de começar um contato mais próximo com a comunidade nessas localidades, distantes do centro urbano de Morro Alto, impulsionou a elaboração e aplicação de um Diagnóstico Participativo descentralizado. O Diagnóstico se constituía em uma série de ferramentas, baseadas no Diagnóstico Rural Participativo (VERDEJO, 2006), e tinha como objetivo atualizar os dados socioculturais de cada localidade, além de apresentar e discutir o Plano de Trabalho. As ferramentas eram aplicadas em reuniões convocadas especificamente para esse fim, geralmente aos sábados. Após uma breve apresentação do Projeto, os presentes eram divididos em grupos de trabalho de acordo com as ferramentas que seriam aplicadas. Além da localidade de Morro Alto, o Diagnóstico foi aplicado nas localidades da Prainha, Faxina, Ribeirão e Aguapés, nessa ordem.

Dentre as diversas ferramentas aplicadas nas reuniões, duas delas foram importantes fontes de dados para essa pesquisa: os Mapas de Referências Culturais e Naturais. A comunidade, em grupos, era incentivada a desenhar um mapa da sua localidade, referenciando os elementos culturais e naturais importantes para a comunidade. Os mapas mentais ajudaram a territorializar lendas, histórias e espaços



importantes que a comunidade compreende como referências culturais, ou elementos naturais considerados marcos do território. Como referências, foram citados: lendas e mitos locais, elementos simbólicos relacionados ao trabalho no campo; o Maçambique; as ruínas da antiga fazenda, como as casas grandes e as senzalas; os cemitérios; e lugares e patrimônios naturais como as lagoas, os morros e cachoeiras. A outra ferramenta importante diz respeito ao Centro Cultural. A comunidade foi indagada sobre os elementos simbólicos que pudessem ser incorporados à construção para expressar a identidade da comunidade. Alguns elementos, já citados nos mapas, foram acrescidos de técnicas construtivas utilizando pedra, barro e palhas naturais, em referência às construções antigas.

A principal contribuição do Diagnóstico para essa pesquisa foi constatar a pluralidade de discursos acerca do fenômeno quilombola, da comunidade e do território. Dependendo do nível de informação ou da relação com o cotidiano das assembleias, a própria ideia de quilombo e da luta pelo território era diferente. As referências culturais apontadas nos mapas mentais nas reuniões apresentavam variações de acordo com a localidade, assim como as expectativas quanto à titulação do território. No entanto, havia a preocupação, por parte da Associação, em construir o discurso oficial sobre Morro Alto.

#### 2.2.6. Ocupações da sede do INCRA



Figura 13 - Primeira ocupação da sede do INCRA em Porto Alegre, dia 28 de fevereiro de 2011.  
Fonte: acervo do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS).



A organização da comunidade em torno desse discurso oficial pôde ser verificada em algumas situações onde essa se expunha a agentes externos à comunidade ou ao território. Entre dezembro de 2010 e março de 2011, a comunidade concentrou esforços no sentido de pressionar o Estado quanto à titulação do território até a publicação do RTID no Diário Oficial da União. Praticamente um mês havia se passado desde a assinatura da ata na assembleia extraordinária e o Relatório ainda não havia sido publicado. Além disso, a morosidade do processo vinha gerando diversos conflitos cotidianos. Quilombolas que trabalhavam para os posseiros eram proibidos de frequentar as assembleias sob ameaça de demissão. O clima de tensão se agravou quando o presidente da Associação, frequentemente ameaçado, sofreu uma emboscada e acabou por levar um tiro de raspão.

A forma encontrada para pressionar o INCRA foi ocupar sua sede administrativa em Porto Alegre. Foram duas grandes ocupações em um intervalo de 15 dias. A primeira delas durou dois dias e contou com o apoio de lideranças de outros quilombos de Porto Alegre e do MNU e de militantes de outros movimentos sociais. Cerca de vinte pessoas da comunidade deslocaram-se de ônibus para a sede do INCRA, munidos de faixas, microfone e amplificador. O protesto começa com discursos no microfone em frente ao prédio, reivindicando transparência e andamento no processo de titulação. Em seguida foram convidados a ocuparem uma sala e aguardar a presença do Superintendente. Esse tempo de espera foi um importante momento de diálogo entre a comunidade. As lideranças expunham o histórico de luta e os problemas decorrentes da morosidade do processo. Após uma longa reunião com o Superintendente que não resultou em um acordo, a comunidade e demais parceiros passaram a noite em vigília na sede. No dia seguinte, deixam o prédio com a promessa de encaminhamento do RTID para publicação imediata.

Cerca de dez dias depois, tendo em vista o não cumprimento do prazo acordado, a comunidade voltou a ocupar a sede do INCRA, dessa vez em maior número, tanto de pessoas da comunidade como dos demais movimentos. Após protesto em frente ao prédio, com o microfone amplificado, todos passaram à sala de espera. Dessa vez, o diálogo com o Superintendente resultou em uma nova data

para a publicação, lavrada em ata. Dias depois a publicação era festejada com foguetes em Morro Alto.

Essas ocupações configuraram eventos muito relevantes à observação, pois reuniram em torno do tema do território quilombola uma grande diversidade de agentes em uma situação de embate discursivo sobre no processo de territorialização. Em muitos momentos, o que estava em jogo não era apenas o território de Morro Alto, mas sim o futuro das demais comunidades que da mesma forma aguardam o título de suas terras.

### 2.2.7. *Dia da Consciência Negra*



Figura 14 - Comemoração do Dia da Consciência Negra no Maracanã, dia 20 de novembro de 2010.  
Fonte: acervo do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS).

Em novembro de 2010, a comunidade, incentivada pelas ações do PMC junto às escolas públicas de Maquiné e Osório, decidiu celebrar pela primeira vez no território o dia da Consciência Negra. A equipe de antropólogos havia realizado palestras sobre a questão quilombola nas escolas, pois Morro Alto era praticamente um mito entre crianças e adolescentes. A data seria uma boa oportunidade para que esses pudessem conhecer de fato a comunidade e seu território.

A ideia da Associação era promover, durante todo o dia, atividades culturais e lúdicas que, de alguma forma, estivessem relacionadas à questão do negro no Brasil e ajudasse aqueles que não estão familiarizados com a luta da comunidade a refletir sobre o direito de posse do território, uma vez que muitos jovens de famílias brancas do território estariam presentes. A equipe da UFRGS foi acionada para ajudar nos preparativos, assim como o grupo de mulheres do artesanato que, nos últimos meses, vinha assumindo a tarefa de cozinhar e ajudar a produzir os eventos da Associação.

A mim, coube ajudar na decoração. Havia faixas de tecido com as cores da África (vermelho, amarelo e verde), folhas de bananeira, cipós e alguns galhos e outras plantas em vasos. Montamos o palco enfeitado com as faixas coloridas e algumas plantas. As paredes receberam diversas fotografias do cotidiano da comunidade, tiradas pela equipe da UFRGS durante o campo, e uma exposição sobre o negro no Brasil emprestada pelo museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O balcão do bar, onde seria servido o almoço e vendidas as bebidas, também foi decorado com as cores africanas e folhas de bananeira. Na frente do Esporte Clube Maracanã havia uma faixa com os dizeres "Zumbi dos palmares, Morro Alto segue sua luta!"

Na véspera do dia 20 de novembro, data da comemoração, me foi solicitado pela Associação que fizesse contato com um "Pai de Santo", pois haviam decidido que a cerimônia começaria com a bênção de representantes de todas as religiões praticadas pela comunidade. O padre católico e o pastor evangélico já estavam confirmados, mas não havia ninguém para representar as religiões Afro-Brasileiras. Infelizmente, não obtive sucesso com os contatos, que me foram passados por algumas pessoas da comunidade. O fato, associado a outras declarações da comunidade, sugere que religiões Afro-Brasileiras como a Umbanda, ou o Candomblé, não são praticadas pela comunidade, embora algumas lideranças explicitem sua simpatia e conhecimento sobre os orixás.

As atividades concentradas no turno da manhã previam, além do discurso de abertura, palestras educativas sobre temas relacionados à história do negro no Brasil, da comunidade de Morro Alto e de seu território. O morador africano da Costa

do Marfim fez uma breve apresentação de *slides* sobre a África e sobre seu país. Imagens coloridas das pessoas e das paisagens ilustravam sua fala sobre a guerra civil que enfrentava quando decidiu pedir asilo no Brasil. Após a apresentação, foi reproduzida uma música, cuja letra fala da contribuição do negro na construção do Brasil e sua eterna busca pela liberdade. Todos foram incentivados a dançar e darem as mãos em ato de comemoração aos direitos conquistados ao longo do tempo e por estarem todos reunidos naquele momento.

Após esse período de falas, um grupo de capoeira de Capão da Canoa fez uma apresentação de capoeira regional, danças e outras manifestações culturais Afro-Brasileiras, convidando o público a participar. Todos dançaram até o almoço ser servido: um galeto, com arroz e saladas, prato típico dos eventos da Associação. As atividades retomaram com a retirada das mesas do salão para a apresentação do Maçambique. Essa era a primeira apresentação do grupo com a nova rainha Jinga e foi um momento emocionante para a comunidade, já que fazia algum tempo que o Maçambique de Morro Alto não se reunia.

Após a apresentação, houve roda de capoeira angola e samba de umbigada com um mestre de Porto Alegre que realizava oficinas na comunidade através do PMC. O samba se estendeu até o final da tarde, quando um grupo de amigos, incluindo lideranças importantes, assumiu o palco com o tradicional pagode. Ao longo de todo o dia, foram vendidos salgados e quitutes típicos da comunidade, como a pamonha e o "nego deitado", espécie de panqueca doce ou salgada. Havia ainda uma cabeleireira fazendo e ensinando "penteados afro" com trancinhas para as meninas. A festa foi se encerrando ao cair do sol em clima de samba, com direito a dança e bateria de foguetes.

### 2.2.8. Inauguração da sede da Associação



Figura 15 - Inauguração da obra da sede da Associação, dia 14 de agosto de 2011. Foto: acervo do Laboratório de Arqueologia e Etnologia (LAE/UFRGS).

Uma das últimas ações que desempenhei durante o trabalho de campo, entre o final de 2010 e o primeiro semestre de 2011, foi a elaboração do projeto e a construção da sede da Associação Rosa Osório Marques, certamente a ação de maior impacto e visibilidade do PMC. Em função da indefinição da questão territorial, não havia área disponível para a construção do Centro Cultural, como era previsto no Plano de Trabalho. Após várias tentativas mal sucedidas de resolver a questão, a comunidade optou por investir parte do recurso na construção da sede da Associação, obra de menor porte, em um terreno cedido pelo presidente de honra da Associação e membro mais velho da comunidade. A sede foi construída sobre as ruínas de uma antiga igreja evangélica, no cruzamento entre a antiga BR-101 e a RS-40, no ponto mais central da localidade de Morro Alto.

Durante o período de projeto e de execução da obra, tive a oportunidade de discutir, tanto em conversas informais como em assembleia, ou a partir de ferramentas específicas do Diagnóstico Participativo, questões relativas à espacialidade, estética, técnicas construtivas e formas de representação de uma identidade quilombola. A inauguração da sede foi um marco no histórico da Associação. Em tempos de incertezas quanto à titulação, a comunidade

materializara sua existência em um dos pontos mais centrais do território, com uma edificação visivelmente diferenciada das demais.

O evento da inauguração da sede ocorreu no dia 13 de agosto de 2011 e constituiu um rico discurso de afirmação identitária e principalmente territorial da comunidade. A solenidade contou com a presença de representantes políticos da região, lideranças de vários movimentos sociais e entidades ligadas à luta quilombola. Nesse dia, o discurso oficial da Associação era dirigido ao público convidado, mas, principalmente, aos vizinhos posseiros, ao pessoal da mercearia, da rodoviária, a todos que agora se encontravam ao redor da sede da Associação Quilombola.

Foi após a inauguração da sede da Associação que, de certa forma, me afastei do PMC e pude, a partir do referencial teórico com o qual vinha trabalhando, refletir sobre essa experiência empírica, buscando as inquietações para essa pesquisa. O problema que estava colocado naquele momento dizia respeito ao processo de territorialização e de *construção* de uma identidade coletiva frente à política pública de reconhecimento da comunidade enquanto remanescente de quilombo e do direito à posse coletiva e permanente de seu território.

#### 2.2.9. *Seminário Ensaios de Geopoética*

Durante o processo de escrita dessa dissertação, tive a informação de que uma das lideranças da Associação havia sido convidada a participar como palestrante no seminário de abertura da 8ª Bienal do MERCOSUL, denominado Ensaios de Geopoética, no dia 10 de setembro de 2011 e cujo tema central era o *território*. Dividindo o palco com o curador da mostra, uma pesquisadora especialista em Milton Santos e um antropólogo da pós-modernidade contribuiriam no debate apresentando o projeto de território para o quilombo de Morro Alto.

Esse evento destaca-se pela peculiaridade de seu contexto. O discurso quilombola era dirigido a uma platéia constituída por pessoas muito mais ligadas à

arte do que aos movimentos sociais, fato único durante todo o trabalho de campo. O teatro da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul estava lotado. O seminário começou com uma performance, na qual um grupo de pessoas, cada uma com um microfone, lia um texto ao mesmo tempo e em diferentes línguas. Ao fundo havia um mapa do mundo, que ia se descolorindo na medida em que os textos iam terminando. Após cerca de 30 minutos, todos já haviam parado de ler e o cenário foi alterado para que tivesse início o seminário propriamente dito.

No palco, ficaram quatro cadeiras dispostas em semicírculo e voltadas para a plateia, com mesinhas de apoio e água para os convidados. O curador da Bienal fez um breve discurso de abertura em um português fortemente marcado pelo espanhol, sua língua materna, e chamou para o palco a liderança quilombola. Sem grandes introduções, passou a palavra ao convidado. O desconforto desse com a situação era visível e o nervosismo produziu um discurso bastante confuso, em que uma história ia cedendo lugar a outra sem que qualquer argumento se completasse. Em um determinado momento, começaram a passar *slides* com dados sobre a comunidade e o território e sua fala passou a seguir um fio condutor.

A intervenção do quilombola buscou apresentar a comunidade e o território a partir de dados históricos e quantitativos. O histórico de luta pela permanência e pela posse do território foi contado desde a época da abolição, quando o território fora deixado em testamento, até o presente, marcado pelos conflitos causados pelo processo de titulação junto ao INCRA. A liderança passou então a falar de sua história de vida pessoal e novamente confundiu-se com as várias histórias até ser interrompida devido ao limite de tempo para cada palestrante. Ainda falaram os outros dois convidados, um sobre arte contemporânea e o tema da Bienal, que trazia a ideia de território e fronteiras como argumento central, e o segundo sobre os conceitos de Milton Santos, oportunos à discussão como território usado, território normado e acontecer solidário.

Após a rodada de intervenções dos convidados, foi aberto um espaço para perguntas. A primeira delas, feita pelo próprio curador, foi dirigida ao quilombola e dizia respeito às diferenças de tratamento dado aos negros e aos índios pelo Estado brasileiro. Em resposta, a liderança passou a falar de diversos projetos para o futuro

do território e não estabeleceu a relação proposta na pergunta. Em seu discurso, surgiram ideais de comunidade e território que não haviam se revelado antes de forma tão explícita, como a ideia de autonomia total do Estado e gestão coletiva do território baseado em valores como cooperação e confiança. Por fim, esse evento inesperado teve uma importância fundamental na pesquisa, pois é um exemplo no qual o discurso da comunidade se constrói não só para fora, como para um público completamente desconhecido e alheio às disputas políticas.



### **CAPÍTULO 3. TRÊS NÍVEIS DE AUTO-CONSTRUÇÃO: DISCURSOS DE CONSTITUIÇÃO**

Os eventos apresentados, construídos como fontes de dados, expressam situações de relações dialógicas que se referem, principalmente, a debates sobre o tema do território e da identidade quilombola, envolvendo os principais agentes imbricados nessas questões: a comunidade, a Associação Quilombola, o INCRA e a Universidade. O conceito de *evento* (SANTOS, 1999) permite encarar cada um dos registros como situações únicas, onde passado, presente e futuro se manifestam enquanto conjunto de possibilidades de ações, com ênfase, no caso, nas práticas discursivas. Araújo (2009), ao explicar o contexto do que determinou “questão territorial identitária”, descreve o que Alain Badiou denomina de *acontecimento*, cuja descrição aplica-se perfeitamente à uma abordagem discursiva dos eventos, no sentido teórico elaborado por Milton Santos e adotado nessa pesquisa:

indicando períodos históricos inaugurados por rupturas ou inflexões, diz respeito à incidência particular de forças sociais no campo do embate, constituindo uma singularidade reorientadora dos rumos do processo social, determinante de novos sujeitos e/ou novas maneiras de ser dos pré-existentes" (ARAÚJO, 2009, s p.).

Retomando a ideia de Araújo (2007) de que todo o dizer sobre o mundo constitui um discurso, uma vez que destinado a outro sujeito social, é possível afirmar que os processos de territorialização e identificação das comunidades quilombolas se dão de forma discursiva, ou seja, constroem-se a partir de relações dialógicas internas e externas ao grupo para além das ações objetivadas no uso cotidiano do território geográfico.

A apresentação dos eventos no capítulo anterior teve como objetivo explicitar as diferentes situações onde a comunidade teve de se manifestar discursivamente com relação ao seu território e/ou à sua condição de remanescente de quilombo, estabelecendo, nesses momentos, novas territorializações. Os eventos permitem conhecer os atores envolvidos nessa relação dialógica. A partir de sua história, formação ideológica, visão de mundo e forma de expressão, esses atores assumem

diferentes posições, as quais permitem identificar o lugar epistemológico de onde são evocados os sujeitos na construção de sentido sobre o fenômeno quilombola.

A partir dos registros analisados, foram identificadas relações dialógicas envolvendo três principais agentes sociais: 1) a Associação comunitária, que representa a comunidade; 2) o Estado, representado pelo INCRA e pela Universidade; 3) a sociedade brasileira, que surge como um destinatário anônimo com o qual a comunidade dialoga indiretamente. Nesse sentido, os enunciados selecionados a partir dos eventos foram classificados em níveis de construção discursiva de acordo com as condições de produção e as formações ideológicas envolvidas.

Os três níveis de autoconstrução são: 1) Discursos construídos em relação à própria comunidade (isso não significa que os discursos tenham sido emitidos apenas na presença de membros da comunidade, sem a interlocução com outros atores externos, mas sim destinados a si próprios, pois buscam ou explicitam um sentido interno à comunidade); 2) Discursos construídos em relação a agentes políticos externos (reunindo os discursos da comunidade onde o sentido se constitui com relação ao Estado, não necessariamente em relação dialógica direta, e que apresentam situações de disputa discursiva acerca do processo de territorialização); e 3) Discursos voltados à sociedade em geral (os discursos da comunidade que são direcionados a um agente externo, porém indefinido, diluído no que representa a sociedade brasileira).

1) Discursos construídos em relação à própria comunidade. Nesses casos, a comunidade fala para si própria, autoconstruindo um sentido compartilhado e interno ao grupo. Em discussões sobre pertencimento, limites territoriais, mitos e histórias dos antepassados, buscam um sentido comum em seus discursos. Esses discursos foram extraídos das assembleias, reuniões de projeto e de eventos cotidianos.

2) Discursos onde há interlocução com agentes políticos e institucionais, externos à comunidade. A construção de sentido se dá com relação a um agente externo definido e não no interior do grupo. As assembleias extraordinárias com a presença do INCRA e as ocupações de sua sede em Porto Alegre são os principais eventos onde essa situação foi identificada. As reuniões de projeto com a equipe da

UFRGS apresentam situações semelhantes, porém a condição de disputa se dá em nível distinto. Enquanto que a disputa com o INCRA se dá em torno da legitimidade e reconhecimento da existência desse território como direito da comunidade, com, a disputa a Universidade gira em torno de avaliações e projetos para esse território.

3) Discursos voltados à sociedade em geral. Essa categoria reúne situações em que a comunidade se expõe a um público anônimo e que fogem ao contexto do embate político ou institucional. Há uma construção de sentido com relação a um agente externo indeterminado, a sociedade brasileira. Esse item, apesar de bastante genérico devido à abrangência das situações, é livre de tensões políticas ou disputas.

Para compreender quais os sentidos de identidade e território quilombola para a comunidade e como esses são operados em seu processo de territorialização, serão analisados os três níveis de elaborações discursivas: autoconstrução de sentido no interior do grupo; construção de sentido com relação a um destinatário específico, o Estado; e construção de sentido com relação a um destinatário anônimo, a sociedade brasileira. Essa categorização pode ser considerada como níveis de interação do processo de territorialização a partir das práticas discursivas. O objetivo dessa análise é identificar padrões e diferenças entre os três tipos de discursos.

### 3.1. A COMUNIDADE COM ELA MESMA

Esse nível de análise reúne os discursos proferidos em situações em que o grupo aciona elementos para autoconstruir e atribuir um sentido à sua condição de remanescente de quilombo, ou quilombola, e ao seu território de origem. Dessas situações, emergem discursos nos quais é possível perceber a resignificação, por parte da comunidade, das histórias, práticas cotidianas e relações familiares frente à política pública de reconhecimento e titulação desses territórios. Tratam-se de discursos voltados ao interior da comunidade, porém não significa que, no momento

dos enunciados, não haja agentes externos em diálogo. Por vezes, um discurso direcionado a um outro está, na verdade, incorporando elementos externos, ou voltados ao externo, para constituir um sentido próprio, interno.

Para referir-se a si própria, sua condição quilombola e ao território, sujeitos como o quilombo, a família, os antepassados ex-escravos e o africano surgem nos enunciados carregados de valores e adjetivos que permitem interpretar a intenção significativa na construção de um discurso que represente o sentido interno da comunidade. Foram identificados ainda dois sujeitos, os não quilombolas e o turista, os quais, por representarem algo externo e diferente da comunidade, contribuem para a definição do que é interno e o que define a própria.

Sempre lutei pela terra, desde os tempo do meu pai. Aí vieram os quilombo. Eu me entreguei de corpo e alma pros quilombo. (liderança da Associação, reunião de projeto, arquivo de áudio, julho de 2010).

Em conversas cotidianas com a comunidade, os quilombos aparecem enquanto sujeitos para justificar a luta pela titulação do território e toda a sua organização política e social em torno dela. No enunciado acima, "os quilombo" surge como um sujeito que interfere em sua ação dentro da comunidade. O fato de se referir aos quilombos como algo externo e recentemente estabelecido salienta o distanciamento do sujeito presente no enunciado e implícito na não correspondência entre a luta pela terra (anterior) e o quilombo (posterior). Esse discurso permite supor que já havia uma luta pela posse da terra em gerações anteriores, e "os quilombos" surgiram no decorrer desse processo e intensificaram essa luta. O sujeito é acionado para referir-se à política pública de identificação das comunidades remanescentes de quilombo e a titulação de seus territórios, regulamentada pelo Decreto 4887/2003.

A utilização do termo "quilombo" com essas mesmas características foi percebida em diversas outras situações, principalmente em conversas cotidianas. Em conversa informal, um jovem da comunidade explicava que não se envolvia com a luta quilombola porque não tinha muitas esperanças, não via resultados, pois após seus pais terem lutado a vida toda pelos direitos dos negros, ainda sofria discriminação e racismo por parte da sociedade. Ele sabia dos movimentos da Associação, mas não participava. Mantinha-se informado por parentes que frequentavam as reuniões. Durante a conversa, quando um membro da equipe da

UFRGS explicava as ações do PMC, o rapaz salientou que "agora sim, com os quilombola, a coisa vai". Nesse caso, o termo "os quilombola" não foi utilizado para referir-se à política pública de titulação do território, como no caso anterior, mas às ações do PMC. No entanto, a ideia de que "os quilombolas" surgem como algo recente, decorrente de uma política externa, se mantém explícita no discurso.

Da mesma forma, outras pessoas se referiam ao quilombo como algo recente, que veio para ajudar a comunidade a lutar pelos seus direitos. Além da referência em terceira pessoa, era comum a troca da palavra quilombo e quilombola por outras semelhantes foneticamente como "quilômetro" e "carambola", principalmente pelos mais velhos.

Nós não temos nada com água de quem for pra botar a não ser dentro do quilômetro. O dinheiro é nosso, a propriedade é nossa, nós temos que botar é dentro do quilômetro. Não vamo bota lá em Maquiné. Não vamo bota lá pra frente nem pra [incompreensível]. E nós não faz faltar desses quilômetro. Que o quilômetro aqui é inteiro que nós tem que fazer. (comunidade, reunião de projeto, registro de áudio, agosto de 2010).

O "quilômetro" foi empregado nesse enunciado como referência ao termo "quilombo", o qual, enquanto sujeito, representa o território. De certa forma, esse ato demonstra a falta de familiaridade com o termo quilombo, presente no artigo constitucional, e reforça a ideia de que o termo foi incorporado recentemente ao cotidiano discursivo da comunidade. Nesse caso, o sujeito reitera ainda que, o que está dentro do "quilômetro", ou seja, dentro do território definido pela comunidade como seu de direito, é de propriedade da comunidade. No caso, ao acionar uma política pública de abastecimento de água para comunidades tradicionais, o discurso salienta que essa política deve ser implementada dentro do território, acionando o termo "quilômetro" para delimitar, geograficamente, essa área de abrangência.

Outro sujeito evocado com frequência para referir-se aos elos que constituem a comunidade quilombola é a família, ou melhor, são as relações familiares que formam uma verdadeira rede sobre o território e conectam a comunidade de hoje com os antepassados ex-escravos da Fazenda do Morro Alto. Além disso, as relações de parentesco constituem, atualmente, o principal vínculo entre as diferentes localidades.

Nós aqui, por exemplo. É tudo uma grande família. Como se fosse uma família só. Vai vê. É tudo primo, prima, tio, parente, né? Tudo neto dos escravos da Rosa. Foram ficando e foram se espalhando por aí pelos morro tudo aí. (comunidade, reunião de projeto, registro de áudio, julho de 2010).

O enunciado acima retrata a intenção com que a família é acionada quando se trata de discutir quem faz parte da comunidade quilombola ou do território. Ao afirmar que a comunidade pode ser vista como uma única família, na qual todos são parentes, o discurso reitera o sentimento de grupo, do comunitário, pois associa as relações comunitárias a laços de sangue. Relacionando toda a comunidade a uma mesma família, distribui a condição quilombola a todos os seus membros, uma vez que tal direito está vinculado, dentre outros aspectos, ao legado do território aos ex-escravos e, conseqüentemente, a seus descendentes.

Cabe salientar que, no mesmo enunciado, os ex-escravos de Rosa aparecem complementando essa ideia de que a comunidade resume-se a uma grande família. É sabido de todos que a fazenda de Morro Alto foi deixada em testamento aos seus ex-escravos, portanto, o termo é operado como a referência ancestral, a origem desta grande família que constitui a comunidade, o que legitima legalmente o pertencimento à comunidade e ao território. O sentimento de grupo, de união, está justificado pelas relações de parentesco. Ao dizer que os descendentes dos ex-escravos "foram ficando e foram se espalhando por aí pelos morro tudo", a comunidade está usando um elemento que justifica seu envolvimento com o território desde sua origem:

Aqueles que vivem em harmonia com a gente, eu tenho repetido isso, que sempre viveram como uma irmandade, eu acho que eles têm que viver como irmandade nossa hoje. Os filhos deles são nossos amigos, é, e aí a gente sabe. No núcleo a gente sabe quem foi parceiro dos nossos pai, dos nossos avós e quem não foi. Quem veio tomar na marra, botar cerca na marra. [...] Quem foi irmão, vai seguir sendo nosso irmão, vai entrar nos projetos, vai ser desenvolvido que nem nós. Isso sempre foi irmandade. (comunidade, assembleia com o INCRA, registro de vídeo 23.06.2010).

O termo "irmandade" surge como um valor fundamental articulado à ideia de pertencimento. Designa um tipo de relação estabelecida entre a comunidade negra e algumas das famílias brancas que se instalaram no território no último século. As famílias brancas que sempre viveram "em harmonia" com a comunidade, como uma

"irmandade", são consideradas parceiras e adquirem o direito a permanecer no território e usufruir dos projetos e políticas voltadas à comunidade.

A relação de parceria entre negros e brancos surge, no enunciado, tanto relacionada ao presente – "vivem em harmonia" – como orientada ao passado e ao futuro, pois aqueles que mantiveram relações harmoniosas com as gerações anteriores e vivem em harmonia hoje seguirão parceiros no futuro e serão "desenvolvidos" junto à comunidade. Cabe grifar que a ideia de desenvolvimento aparece nesse discurso como uma condição atribuída ao pertencimento. O desenvolvimento viria para aqueles que fazem parte da comunidade, mesmo na condição de parceiros, e relaciona-se diretamente com o Estado, a titulação do território e as políticas públicas específicas para comunidades tradicionais, como o PMC.

As relações de parceria que implicam em acolhimento por parte da comunidade se dão em vários níveis. Desde que acrescentem algo no cotidiano ou apoiem e contribuam na luta pelo reconhecimento e posse do território, pessoas "de fora" são de tal forma incorporadas à comunidade que passam a ser tratadas e a se autodefinirem como quilombolas.

[...] se formou. Fala francês, fala inglês e fala...é... da Costa do Marfim. Fala a língua...a língua nativa deles...o dialeto lá. [...] a gente puxou pra dentro do quilombo. Ele ficou. Hoje tem uma filha quilombola e a gente conseguiu fazer uma parceria com Osório e ele faz esse trabalho. Ensina as crianças lá na vila e a prefeitura conseguiu negociar a faculdade pra ele. Ele se formou e é um menino que seria importante. Eu quando fui buscar ele lá, busquei já com esse vínculo, da gente fazer uma parceria pra ele ta passando o dialeto pra nós. (Associação, assembleia da Associação, registro de vídeo, 23/01/2010).

O sujeito de que trata o enunciado refere-se ao africano que foi integrado à comunidade. Segundo a liderança, ele foi trazido para o quilombo para ensinar seu dialeto à comunidade. Tal situação explicita outro tipo de relação e acolhimento de atores externos por parte da comunidade. Nesse caso, a parceria está baseada na troca e reciprocidade. Esses aspectos são percebidos no discurso na afirmação de que foi buscá-lo com a intenção de que ele ensinasse o dialeto, em troca de negociações para que pudesse estudar e se formar. O acolhimento por parte da comunidade está implícito quando afirma que o africano permaneceu no território e

hoje tem uma filha quilombola. Esse fato o inclui como membro da comunidade. O dialeto africano representa aqui a moeda de troca entre a comunidade e esse estrangeiro, que, simbolicamente, representa a ancestralidade e a origem da identidade quilombola.

A relação de troca, a qual implica em pertencimento, manifesta-se também nesse discurso quando sugere que o africano teria se formado por influência da comunidade junto à prefeitura que financiou seus estudos em troca de prestação de serviços na vila. Em conversas informais, ficou claro que o fato de ter estudado Administração é visto pela Associação como um investimento a ser revertido em serviços e consultorias à Associação na administração do território, uma vez titulado. Ao afirmar que "ele se formou e é um menino que seria importante", o discurso está sugerindo sua incorporação na equipe da UFRGS, já que o PMC era a pauta da reunião onde foi proferido.

A relação ancestral com o território se manifesta discursivamente em diversas circunstâncias, como no dia do aniversário de uma importante liderança. Após uma reunião de projeto, a equipe da UFRGS, juntamente com alguns familiares, preparou uma festa e o aniversariante, em meio à emoção da surpresa, proferiu as palavras que seguem:

Aqui. Eu nasci aqui dentro do Morro Alto. Eu sou dono da fazenda porque a minha vó morreu e a minha bisavó morreu. Eu sou... A minha bisavó era uma africana. Então eu não sei aonde é que, que, que... Que tem os osso... Dos meus amigos, da minha avó, da minha bisavó mas o Manoeli ainda quer terminar a vida dele é aqui. O resto da minha terra tá ali. O restinho do meu terreninho tá ali. É pouco, tá ali pra mim ser guardado. Se deus quiser e há de me ajudar, vai custar. Muito agradecido a vocês. Que vocês seja feliz. Que um dia a gente vai fazer um... Que nós resolvendo o nosso caso, nós vamos reunir todos pra nós ver o que vai fazer. Se deus quiser. (comunidade, comemoração de aniversário, registro de vídeo 13/08/2010).

O sentido desse discurso é compartilhado por grande parte da comunidade. Ele, de certa forma, relaciona diversos sujeitos discursivos já mencionados, como a família, os ex-escravos e a África, para justificar sua relação ancestral com o território. O enunciado inicia com a afirmação "Aqui. Eu nasci aqui dentro do Morro Alto", já apresentando o principal sujeito: o território. A afirmação traz a ideia de que



existe o de dentro e o de fora do território, ou seja, objetiva uma fronteira, mesmo que não a defina.

A relação da comunidade com seu território surge, mais uma vez, fortemente vinculada à ancestralidade, ao citar a bisavó africana e o lugar de enterro dos ossos de seus ancestrais como produtor de territorialidade. Reforçando essa ideia, afirma: "o restinho do meu terreninho ta ali. É pouco. Ta ali pra mim ser guardado." Nessa afirmação, pode-se constatar a relação entre a permanência dos ossos de seus ancestrais no território com a vontade de que os seus próprios permaneçam ali, guardados, em seu pedaço de terra.

Percebe-se ainda uma orientação ao futuro atribuída às incertezas quanto aos projetos, ao desenvolvimento do território. "Nós resolvendo o nosso caso, nós vamos reunir todos pra nós ver o que vai fazer." O futuro depende da resolução de conflitos, no caso, a titulação somada aos entraves burocráticos e financeiros que retardavam as ações do PMC. Na visão da liderança, o projeto será definido coletivamente, quando os entraves forem superados.

No entanto, no contexto das reuniões de projeto, diversas propostas e planos de desenvolvimento social e econômico foram apresentados pela comunidade. Dentre eles, destaca-se o plano de turismo, elaborado pela equipe da UFRGS com base nessas propostas apresentadas. Em debates sobre a ideia de promover o que os técnicos chamaram de "turismo étnico", a comunidade se viu obrigada a refletir sobre aspectos que lhe caracterizavam como tal.

Vem o turista e passa a noite na casa dum, pra ver como é que é. Como é que vive um quilombola. Tem lá um quartinho, come com a família, tudo mais. Tem uns lugar bonito, nas lagoa, nos morro. Tem cachoeira. Tem comida boa. Tudo que o turista gosta. Aí assim, rústico né? Pra ver como é que é. Faz uns quiosque assim de Santa Fé. (comunidade, reunião de projeto, registro de áudio, julho 2010).

Nas palavras da liderança, ao definir o que compreendia por turismo quilombola, explica que o turista passaria um tempo com a comunidade para "ver como é" que vive um quilombola. O cotidiano determinaria algo que diferencia a comunidade do outro – no caso, o turista. A concepção de um modo de vida peculiar está implícita na afirmação "ver como vive um quilombola". Somado ao cotidiano, o território é acionado discursivamente a partir das riquezas naturais, como lagoas,

cachoeiras e morros, da mesma forma atrativas ao turismo. A culinária, igualmente, surge como uma característica positiva da comunidade.

O enunciado não explicita exatamente como seria o modo de vida característico da comunidade, mas, ao referir-se ao “rústico”, evoca uma imagem que não necessariamente corresponde à realidade atual, mas que deseja revelar ao turista. A palha de Santa Fé é referenciada como técnica construtiva para os quiosques de venda de produtos locais. Não pude verificar nenhuma construção desse tipo no território, mas sempre que mencionado o modo de vida dos antigos, as técnicas utilizando materiais locais como a pedra, o barro e diversas fibras vegetais foram referenciados por todos.

O rústico surgiu também como um atributo da comunidade em alguns resultados das ferramentas do Diagnóstico Participativo relativas ao Centro Cultural. Ao discutir as técnicas construtivas como expressão da identidade do grupo, foi feita a seguinte pergunta: “Quais os materiais e os símbolos que caracterizam a região?” Mesmo sendo região um termo muito genérico e que não faz referência ao território quilombola, o contexto da ferramenta permitiu esse entendimento. O método consistia em uma chuva de ideias em que as pessoas foram dizendo palavras conforme elas lhes vinham à cabeça.

O resultado foi: engenho tocado a boi, alambique, lagoas (paisagem), palmito, o trabalho na roça, o trabalho na pedreira, a noiva da lagoa (lenda), os morros (Morro Alto, Morro da Vigia), caminho das praias, Maçambique, carreta de boi, carroça, senzala, palha (bananeira, milho), junco, taboa, barro, pedra, areia, taquara, bambu, madeira, costaneira e rústico. Todos esses elementos representariam, para aquele grupo, o território quilombola. Além do rústico e dos materiais associados a ele, foram ressaltados elementos do cotidiano rural. Cabe salientar que a maior parte das referências está ligada ao passado, através de técnicas e elementos que a comunidade não realiza mais, mas que são referências de seus antepassados.

Todos os enunciados apresentados até então foram emitidos de forma oral, por membros da comunidade ou lideranças da Associação, em situações diversas. Além dessa prática discursiva, destacam-se algumas práticas cotidianas, as quais, pela carga simbólica e/ou pela intenção por trás da ação, contribuem

discursivamente no processo de territorialização e construção da identidade quilombola. A principal delas é a ação de soltar foguetes a cada vitória ou conquista política da comunidade. Essa prática se repetiu por três vezes durante o trabalho de campo. Enumeradas, são elas: 1) a comemoração do Dia da Consciência Negra, feita pela primeira vez no território; 2) a inauguração da publicação do RTID no Diário Oficial; 3) a festa de inauguração da sede da Associação. A intenção dos foguetes, segundo liderança da Associação, é comunicar que a comunidade está avançando mais um passo. De certa forma, constitui-se em um discurso voltado aos ocupantes do território, principalmente àqueles que não se envolvem ou são contra a luta pelas terras.

Essas histórias, mitos, práticas e conceitos, enquanto sujeitos, compõem um conjunto de referências, valores e significados que constituem o sentido de identidade quilombola. Essa identidade étnica, por sua vez, vem sendo evocada enquanto sujeito no processo de territorialização da comunidade, atualmente marcado por situações de disputa e luta por sua legitimidade.

### 3.2. A COMUNIDADE EM RELAÇÃO COM ESTADO

Foram considerados, nessa categoria, os discursos constituídos na relação entre a comunidade e o INCRA, principal agente de interlocução durante o período de campo. Basicamente, essa relação se dá em situações de conflito, nas quais a comunidade sente a necessidade de defender ou legitimar seu território frente à instabilidade ocasionada pela demora no processo de titulação. O sentido de identidade e território quilombola, nesses casos, se constrói em relação a esse agente externo. As construções discursivas da comunidade incorporam sua presença e os sujeitos acionados nos discursos podem diferir de situações em que não há essa interlocução. Em tais casos, os enunciados se restringem aos eventos envolvendo o INCRA, em diálogo direto com a comunidade.

Ao contrário do esperado, mesmo reduzindo o número de eventos, limitando, portanto, a diversidade de discursos com relação à categoria anterior, percebe-se uma maior variedade de sujeitos discursivos associados à comunidade e ao processo de territorialização. Além dos sujeitos já citados na construção de sentido interna à comunidade, destaca-se ainda o próprio Estado brasileiro, através da Constituição, como o principal sujeito operado pela comunidade para reivindicar a garantia de seus direitos. A comunidade aciona, ainda, outros parceiros, como o MNU e a Frente Nacional de Luta Quilombola, cujas lideranças e militantes se faziam presentes no ambiente, inserindo sua luta em um contexto mais amplo, de nível nacional.

Não queremos favor. Queremos que o INCRA cumpra o que a lei determina [...] Se aqui vocês têm poder, nós também temos poder dentro da comunidade. Nós somos amparados pela Constituição [...] Ninguém aqui vai rasgar a Constituição na nossa cara (comunidade, ocupação do INCRA, registro de vídeo dia 28.02.2011).

Esse enunciado, proferido por liderança da comunidade na primeira ocupação da sede do INCRA, revela a principal característica dos discursos agrupados nessa categoria: a presença de uma alteridade na situação de disputa discursiva. Esse “outro” é o INCRA, referido como “vocês”, que é não só diferente como contrário à comunidade “nós”. O enunciado começa com uma intenção da comunidade em estabelecer o tom de conflito ao diálogo, uma vez que vem reivindicar o descumprimento de um acordo por parte do INCRA. Ao dirigir-se ao órgão, a primeira sentença é uma negativa: “Não queremos favor”, que exclui a comunidade de uma posição de carência ou dependência. Ao contrário, o discurso se utiliza da própria Constituição brasileira para amparar legalmente sua posição enquanto comunidade de direito e reivindicar a posse do território.

O contexto de disputa se evidencia em torno de outro elemento importante: o poder. Esse surge enquanto um valor acionado como elemento territorializador para estabelecer espaços e relações de poder. “Se aqui vocês têm poder, nós também temos poder dentro da comunidade”. O INCRA teria poder em seu espaço institucional, representado pela sede administrativa onde se encontravam no momento, e a comunidade teria poder em seu território, representado pela própria comunidade. O INCRA tem o poder de decisão e ação, já a comunidade sustenta

seu poder na segurança de que seus direitos estão garantidos pela Constituição brasileira, na declaração de que "ninguém aqui vai rasgar a Constituição na nossa cara".

Então, é um direito, e esse direito tem que ser exercido, por nós como cidadãos, pelo Estado como respeitador das leis, né? Então é isso que a gente quer. (comunidade, assembleia extraordinária, registro de áudio dia 23.06.2010).

A Constituição Federal de 1988 surge novamente nesse enunciado como o sujeito principal de sua reivindicação: o direito constitucional à posse do território. Pode-se perceber a intenção explícita da comunidade em pressionar o INCRA, enquanto Estado, a fazer cumprir esse direito. Para isso, a comunidade se coloca na mesma condição, enquanto cidadãos, de obrigação em respeitar e cumprir a Lei: o "direito tem que ser exercido por todos nós como cidadãos, pelo Estado como respeitador das leis". O argumento atribui ao Estado a responsabilidade de fazer cumprir seu próprio discurso fundamental: a Constituição.

A gente é coração aberto. Somos de paz, mas também somos de briga. Isso já é uma herança de família. Quando tem que brigar se briga pelo que é nosso, né? Aquilo que é nosso se tiver que correr sangue vai correr sangue. (comunidade, ocupação do INCRA, registro de vídeo dia 28/02/2011).

Esse enunciado traz uma das principais características da comunidade em sua relação com o Estado: o espírito de luta. Aqui, o termo utilizado para referir-se a essa característica foi "briga". Ao afirmar que "somos da paz, mas também somos de briga", o sujeito está trazendo para o discurso o contexto em que esse se dá. A comunidade está em vigília na sede do INCRA para reivindicar um direito que não se fez cumprir ao longo da história. Essa bagagem histórica, de luta e resistência, surge no discurso na medida em que atribui esse espírito de luta a uma herança de família. Pressupõe-se que, historicamente, tenham havido outras situações de conflito nas quais a comunidade teve que lutar ou brigar por algo. Segundo o enunciado, essa luta sempre se deu pelo que a comunidade entende por seu por direito, "aquilo que é nosso".

É importante pros nossos pais, pros nossos avós, nossos bisavós, é uma luta deles que lá iniciaram, lá na Abolição, e que a gente ta tentando consolidar agora. Muitos anos se passaram. É muito sofrimento. A gente teve aqui muita perseguição, todos nós, todos aqueles que escutaram seus

pais, suas mães, seus avós, eles sabem o que eles passaram aqui nessa terra. A humilhação, a exploração, a judiação [...] Mas eles têm que vestir a nossa pele, e saber o sofrimento que a gente passou até agora." (comunidade, assembleia extraordinária, registro de áudio, dia 23.06.2010).

O enunciado condiciona a luta atual da comunidade pela titulação do território à luta dos ex-escravos pela permanência no local. Uma é continuação da outra, o que confere um peso de, pelo menos, três gerações ao conflito. A conquista do direito é vista aqui como uma dívida da comunidade às gerações anteriores, referidas pelos pais, avós e bisavós, que teriam iniciado a luta nos tempos da abolição, quando a fazenda do Morro Alto lhes foi deixada em testamento.

Outro elemento importante nesse discurso, que reforça e legitima o espírito de luta como um valor positivo da comunidade, é o sofrimento vivido ao longo da história. Mais uma vez os antepassados são referenciados como aqueles que deixaram um legado de resistência à perseguição, humilhação, exploração e judiação, sofridas historicamente. Esse legado foi deixado às gerações atuais de forma discursiva, e é passado, discursivamente, de geração a geração. "A gente teve aqui muita perseguição, todos nós, todos aqueles que escutaram seus pais, suas mães, seus avós, eles sabem o que eles passaram aqui nessa terra". Esse trecho do enunciado demonstra a intrínseca relação entre a opressão vivida e contada pelos antepassados, com a realidade vivida hoje pela comunidade.

Foi um momento lindo de resistência. É assim que a gente deve proceder. Quem tem a Constituição por trás não pode ter medo de nada! (comunidade, assembleia extraordinária, registro de áudio, dia 23.06.2010).

A resistência surge aqui de forma diferente das anteriores. Atualizada para o momento presente, é referenciada como um aspecto positivo das últimas ações da comunidade. O discurso, proferido na assembleia ordinária da comunidade logo após a ocupação do INCRA, refere-se a esse ato. O prédio foi ocupado por cerca de 30 integrantes da comunidade que viajaram de ônibus até Porto Alegre, somados a representantes de outros quilombos e movimentos sociais. Essa união e a postura de enfrentamento ao Estado são designados como "um momento lindo de resistência".

Segundo a liderança, o espírito de resistência e de luta deve orientar a forma como a comunidade precisa sempre proceder. A Constituição surge, mais uma vez, como o instrumento legal que legitima e ampara as ações da comunidade e a protege perante o Estado e à sociedade.

As reuniões da comunidade com representantes do INCRA para discutir os limites do território constituem importantes eventos do processo de territorialização. Os limites apontados pela própria comunidade são defendidos para reivindicar áreas que não foram incluídas no Laudo Antropológico. Nesses casos, a comunidade relaciona referências históricas ao cotidiano atual ao expressar a importância dessas áreas excluídas:

O território é importante pra nós. Mas ele como um todo. De cemitério até cemitério. Ali do Irineu. Do rio Irineu ao rio da Sanga Funda. Ou de cemitério a cemitério mesmo. Mas é importante porque ali é o nosso marco, onde tá os nossos ancestrais, né? E a Barra do João Pedro, que é o banhado, que é a parte de criação, de pesca, de plantação, que é o vargeado. (comunidade, assembleia extraordinária, registro de áudio, dia 23/06/2010).

Aqui, o território é o principal sujeito no enunciado, e é referido a partir dos limites físicos apontados pela comunidade como marcos importantes, limítrofes de sua relação ancestral com o território. Os cemitérios, limites norte e sul, são apontados como os marcos da comunidade, pois é onde foram sepultados seus ancestrais, questionando o Laudo Antropológico que aponta uma área menor. Mais uma vez, a ancestralidade surge como sujeito legitimador de sua reivindicação. Há também a menção às áreas da Barra do João Pedro, limite leste, apontado por seu potencial produtivo, pois é considerada área de cultivo, criação e pesca, diferentemente das áreas de morro onde vive hoje a maior parte das famílias quilombolas.

Lá é um território que é nosso, que é dos nossos ancestrais. Nós tamo desde.. mais de 300 anos. É um documento que existe em cartório e que a Constituição não cumpre. [...] Não é questão de sem terra. Nós temo a terra. Nós queremos o título daquilo que é nosso. E o decreto nos garante que quem determina o território somos nós. É uma política diferenciada, não é reforma agrária. (comunidade, ocupação do INCRA, registro de vídeo dia 28/02/2011).

Já na primeira sentença do enunciado, o território aparece vinculado à ideia de propriedade: "lá é um território que é nosso, que é nos nossos ancestrais". Essa

afirmação enfatiza que a comunidade não está reivindicando a posse do território, pois ela já pertenceria à comunidade desde a abolição da escravidão. Para justificar essa posse, o discurso se constrói a partir de diversos sujeitos, como o testamento deixado aos ancestrais ("documento que existe em cartório"), o movimento dos sem terra e o Decreto-Lei 4887/2003.

O movimento dos sem terra e a reforma agrária são evocados para diferenciar a luta pela titulação da luta pela terra. Como enfatizado no enunciado, a posse já se tem. O que a comunidade reivindica não é um pedaço de terra, mas o título de propriedade. O testamento é tido como o principal elemento que comprova a posse desse território por parte da comunidade. Além de ser reconhecido legalmente, pois é registrado em cartório, contém os nomes dos herdeiros, antepassados de grande parte da comunidade. O Decreto-Lei é acionado no final, pois é ele quem estabelece o direito ao título do território às comunidades remanescentes de quilombo.

A inserção de sua luta nesse contexto mais amplo, que incorpora as demais comunidades do país, os índios e outros movimentos sociais como parceiros em um fenômeno de nível nacional, é percebida em alguns discursos, os quais, ainda que com grandes equívocos históricos, dizem muito sobre como a comunidade se vê no cenário da sociedade brasileira.:

Nós negros em gerais, e de todo o Brasil, não pedimos pra vir pro Brasil. Viemos forçados, todas as raças têm a sua colônia. Eu lhe pergunto: onde está a colônia do negro? Nós construímos tudo isso aqui. Nós e os índios. Quando o branco chegou aqui o índio e o negro já eram os primeiros. O senhor deve ter uma origem que tem sua colônia. E onde é que está a nossa? Nós precisamos de uma colônia, nós precisamos de trabalho. (comunidade, ocupação do INCRA, registro de vídeo dia 28/02/2011).

Aqui, uma senhora da comunidade, dirigindo-se ao Superintendente do INCRA em tom solene, aciona como sujeito os "negros de todo o Brasil" para inserir a comunidade no contexto de opressão histórica sofrida por esse povo ao longo da história do Brasil. Ao contrário dos enunciados anteriores, em que a ancestralidade negra aparecia sempre representada pelos antepassados da própria comunidade, aqui a história de luta e sofrimento está ambientada em um contexto nacional, no qual negros e índios são designados como raças exploradas.



A colônia surge no discurso associada à ideia de território. Ao reivindicar a "colônia do negro", o enunciado gera argumentos a partir de uma espécie de fusão entre as trajetórias do negro e do índio no Brasil. Ambos são tratados como povos que construíram o país antes da chegada do branco e que perderam suas "colônias". Pode-se perceber que a argumentação é a mesma de enunciados anteriores, em que a exploração e injustiça social sofrida desde os antepassados surgem como valores para justificar a reivindicação pela terra. Nesse caso, porém, há um deslocamento para fora dos limites do grupo e a comunidade se mostra enquanto povo negro brasileiro.

Em toda a república, os que foram massacrado foi nós e os índio. Tomaram o que era nosso. Não respeitaram os nossos direitos. Então esse é um direito novo. Um direito coletivo e esses são os membros que vão fazer cumprir isso aí. (comunidade, assembleia extraordinária, registro de áudio, dia 23/06/2010).

Novamente, os índios são acionados como o sujeito que sofrera das mesmas injustiças sociais que o negro. Assim como os negros, os índios tiveram seus direitos violados e seus bens – no caso, suas terras – roubados. Aqui, como no enunciado anterior, a referência ao sofrimento se dá além da comunidade, a partir da consideração dos negros e índios em um sentido mais amplo. O sujeito responsável por essa injustiça surge no discurso como o Estado brasileiro, referenciado pela "República".

Frente à histórica violação dos direitos desses povos, surge um "direito novo, um direito coletivo", que vem a ser o Decreto-Lei 4887/2003. Tal direito novo emerge para reparar essa injustiça histórica e conceder a posse coletiva do território. Os funcionários do INCRA responsáveis pela política de titulação de territórios quilombolas, presentes na sala no momento do discurso, são referidos como aqueles que "vão fazer cumprir isso aí". Essa sentença confere ao discurso um certo sarcasmo por parte da comunidade, ao pressionar o Estado a realizar suas próprias obrigações.

O que nós queremos é esse regramento, que se cumpra o que combina com a comunidade, né? No momento que isso ocorre, tu tem lá no Morro Alto um parceiro. Não só um parceiro, a comunidade toda é parceira [...] se nós tivermos o teu apoio nós somos teu aliado. (comunidade, ocupação do INCRA, registro de vídeo dia 28/02/2011)

Então é isso aí. Acho que tu indo pela gente assim tu vai bem. Indo aí nós vamo te acompanhar. Vamo por ti também." (comunidade, ocupação do INCRA, registro de vídeo dia 10/03/2011).

Esses dois enunciados trazem um elemento importante na relação entre a comunidade e agentes externos: a parceria. A comunidade, no seu ponto de vista, deslocou-se até a sede do INCRA para cobrar o cumprimento de um acordo estabelecido sobre a publicação do RTID no Diário Oficial da União. O cumprimento do acordo é dirigido ao Superintendente como moeda de troca para uma relação de parceria e apoio mútuo. Se ele cumprisse o combinado, teria um parceiro em Morro Alto, ou, como realçado no próprio enunciado, a "comunidade toda" seria parceira. A comunidade assume o caráter de agente nessa relação em que território e apoio político são sujeitos em uma disputa de poder estabelecido pelo discurso.

Se tem vontade de ficar no cargo, se quer ficar no cargo, ele tem que atender às reivindicações do movimento negro. Deve ter outros que querem, mas é ele que ta com a caneta. Se proceder corretamente, é difícil derrubar. (comunidade, ocupação do INCRA, registro de vídeo dia 28/02/2011).

Já nesse caso, a relação de parceria assume um caráter de troca mais explícito, ou mesmo de ameaça. O cargo de Superintendente passa a ser condicionado à ação do atual ocupante frente às reivindicações do movimento negro. Aqui, não é a comunidade que é acionada como agente político, mas sim o MNU, representado na reunião pelo seu advogado, lideranças de outros quilombos e alguns militantes, além da própria comunidade. O enunciado condiciona a estabilidade do cargo de Superintendente do INCRA, sugerindo que, caso ele não atenda às reivindicações do MNU, poderá ser "derrubado". Por outro lado, "se proceder corretamente, é difícil derrubar".

Onde está a honestidade? [pausa] Onde está a sua autoridade, de superintendente? Onde está? [pausa] Aqui? Ou o senhor deixou em casa? [gargalhada] (comunidade, ocupação do INCRA, registro de vídeo dia 28/02/2011).

Esse discurso foi proferido na sala do Superintendente do INCRA por uma senhora da comunidade. Disse essas palavras como se declamasse, e sua gargalhada no final deixou a sala muda por alguns segundos. É importante trazer aqui a atmosfera desse momento, pois é ela que confere hierarquia e sentido às

palavras utilizadas. Em meio ao burburinho de cerca de 20 pessoas em volta de uma grande mesa de reunião, essa senhora se levanta e, dirigindo-se ao Superintendente em tom solene, pergunta: "Onde está a honestidade?" Após uma pausa, em que o Superintendente ficou mudo olhando para a mulher, seguiu com seu discurso.

A "honestidade" e a "autoridade de superintendente" são os principais valores desse discurso. Pelo contexto do evento e pela forma como foi colocada, a honestidade do Superintendente estaria condicionada ao seu posicionamento frente às reivindicações que estavam sendo feitas. O destinatário desse discurso não é mais o INCRA, órgão público que representa o Estado, mas um homem. É a esse indivíduo que o discurso busca sensibilizar, condicionando suas ações ao seu caráter, sua honestidade. Nas últimas sentenças, ao perguntar se a honestidade estava com ele ou havia sido "esquecida em casa", o tom solene deu lugar à ironia e culminou em uma sonora gargalhada. O Superintendente não se manifestou sobre a fala e encerrou a reunião.

A ideia de desenvolvimento da comunidade e do território aparece sempre condicionada à titulação e, conseqüentemente, a um posicionamento do Estado. Em assembleia extraordinária convocada para discutir os limites do território, a comunidade expõe seus projetos e suas perspectivas de futuro enfatizando essa dependência do título para exercer sua territorialidade.

Pra nós desenvolver as nossas famílias. Nós ter nosso filhos com dias melhores, com educação de qualidade, com a exploração digna desse território, se deixar eles botam tudo abaixo. É. A mata atlântica, enfim. Eles não dão muita bola pra natureza, diferentemente de nós, dos índios. Então a gente sabe como é que a gente cuidou desse território. Quem tem suas propriedades convive com isso, com a natureza. E aqui poderá ocorrer um grande projeto, futuro pra humanidade, né?, nesse nosso território. Que é preservação das águas, dos rios, das matas, sem poluição. Eles aqui não se preocupam com as lagoas. Tem poluição, veneno, agrotóxico. Eles não têm a preocupação que a gente tem. A gente leva uma vida diferente. (comunidade, assembleia extraordinária, registro de áudio, dia 23/06/2010).

O principal sujeito presente nesse enunciado é o próprio território, ou melhor, o território titulado. Esse surge como a condição que falta ainda para que possa ocorrer desenvolvimento. A ideia de desenvolvimento está vinculada à família, a um futuro melhor para as próximas gerações, à educação de qualidade e à "exploração

digna desse território". Ao usar essa expressão, percebe-se no discurso a referência a outros atores que não realizam uma exploração digna. Esses atores – "eles", no discurso – correspondem às pedreiras, às jazidas de areia e aos posseiros e agricultores brancos, presentes no território, mas que não são considerados parceiros da comunidade. São aqueles que exploram o território e "se deixar eles botam tudo abaixo".

A diferença entre "eles" e os membros da comunidade é descrita através do tipo de relação que estabelecem com o território, principalmente com relação aos recursos naturais. "Eles não dão muita bola pra natureza, diferentemente de nós, e dos índios". Os índios são comparados mais uma vez aos negros, aqui devido à forma como se relacionam com a natureza, especialmente com a Mata Atlântica. Assim como os índios, a comunidade sabe como cuidou do território ao longo do tempo, pois quem vive ali, quem tem propriedade, convive com a natureza.

A comunidade, ao contrário dos demais ("eles"), habita o território preservando os recursos naturais, e esse diferencial se repete através de outro sujeito: um grande projeto para o território, que podemos interpretar como desenvolvimento. A titulação do território possibilitaria que ali se desenvolvesse um grande projeto, que seria um exemplo, ou mesmo um modelo, para o "futuro para a humanidade". Esse projeto incluiria a preservação das águas, dos rios, das matas e extinguiria o uso de venenos e agrotóxicos. Tal visão de sustentabilidade estaria associada ao tipo de vida quilombola, diferenciado dos demais, uma vez que, como consta no discurso, "eles não têm a preocupação que a gente tem. A gente leva uma vida diferente."

Nós vamos fazer uma grande república. Como diz o nosso presidente de honra, vamos fazer um município. Uma república negra, independente. (comunidade, ocupação do INCRA, registro de vídeo dia 10/03/2011).

O projeto para o futuro do território adquire, aqui, autonomia política, ao ser descrito como uma possível "grande república". Esse termo pode ser interpretado como uma referência a um território autônomo, emancipado, ou a um município, cuja gestão estaria nas mãos da comunidade negra. O uso alternado do termo república e município indicam que o sujeito principal pode contemplar outros sujeitos implícitos. O município associa a ideia de autonomia a referenciais geográficos e à

escala cotidiana do território. Já a república surge como a única dimensão de poder que poderia ser autônoma ao Estado, agente contra o qual se dirige o próprio discurso.

### 3.3. A COMUNIDADE PARA FORA

Os discursos selecionados para essa categoria foram extraídos de situações em que a comunidade se expõe discursivamente para agentes externos indefinidos, ou desconhecidos. Diferentemente do caso anterior, em que todos os discursos foram emitidos em situações de conflito e disputa de poder, aqui eles têm o objetivo de apresentar a comunidade e seu território à sociedade brasileira.

O primeiro enunciado refere-se ao texto de apresentação dos produtos quilombolas, produzidos pelo grupo de artesanato, impresso nas etiquetas amarradas às peças quando essas eram levadas para comercialização em feiras, bailes e outros eventos sociais. O cerimonial da celebração do Dia da Consciência Negra, organizado pela Associação, será incorporado nessa categoria como uma prática discursiva, na qual a comunidade aciona uma série de elementos simbólicos para expressar sua cultura ao público aberto e a escolas da região. Os demais enunciados foram extraídos do seminário Ensaios de Geopoética, que contou com a participação de liderança da comunidade falando sobre o projeto de território para Morro Alto.

Morro Alto, região do Litoral norte do RS, tem passado por um profundo processo de transformação. Neste espaço, as origens negras do povo e a ancestralidade têm sido lembradas e resgatadas, e os direitos da comunidade estão sendo conquistados. Este trabalho traz consigo valores: cooperação, respeito, solidariedade e comunidade. Adquirindo este produto, você está contribuindo para a geração de renda direta e, principalmente, para a constituição da cidadania através da preservação do meio ambiente e a valorização do nosso patrimônio cultural. A Comunidade Quilombola de Morro Alto lhe oferece com orgulho o fruto do seu trabalho. (etiqueta elaborada para os produtos confeccionados pela comunidade).

A comunidade Quilombola de Morro Alto constitui o principal sujeito na apresentação de seus produtos. Ao se apresentar, e apresentar o fruto de seu

trabalho, aciona diversos elementos que explicitam um ideal de comunidade e de valores compartilhados. No enunciado, o território é referido como palco de um "profundo processo de transformação" relacionado à tomada de consciência e resgate das origens negras da comunidade e pela conquista de seus direitos. A construção do texto permite interpretar que esse processo é recente, ou ao menos vem se intensificando.

Ao apresentar o fruto do trabalho coletivo desenvolvido pelo grupo de mulheres artesãs, o discurso associou ao processo de produção valores como cooperação, respeito e solidariedade. Tais valores foram acionados para expressar um sentido de comunidade e agregar valor ao produto. Sua produção e comercialização estariam contribuindo para o desenvolvimento da comunidade no sentido de constituição da cidadania, pois garantiriam autonomia enquanto fonte de renda e a valorização do patrimônio cultural, uma vez que os produtos buscam um resgate de símbolos ou práticas relacionadas à ancestralidade negra.

A festa organizada pela comunidade para comemorar do Dia da Consciência Negra é considerada aqui como um discurso, uma vez que reuniu esforços da comunidade para preparar uma cerimônia aberta ao público que exaltasse e homenageasse sua cultura. Os recursos utilizados pela comunidade para expressar fragmentos do que considera sua ancestralidade são abordados enquanto enunciados de um discurso, uma vez que são destinados a um público – no caso, as crianças das escolas e demais participantes do evento – e que revelam muito do sentido de identidade quilombola que a comunidade elabora para dizer de si mesma à sociedade.

Os elementos decorativos do salão onde se deu o evento são encarados como elementos discursivos uma vez que, simbolicamente, têm uma intenção comunicativa e dirigida ao público presente. O uso das cores da bandeira africana na decoração expressa a homenagem e atribui ao continente a origem ancestral da comunidade. Além das faixas coloridas, diversas plantas foram espalhadas pelo palco. Havia também folhas de bananeira e algumas ervas levadas pelas mulheres envolvidas nos preparativos. As paredes foram ocupadas com duas exposições. Uma delas cedida pelo Museu da UFRGS, com gravuras, desenhos, fotografias e

textos contando a história do negro no Brasil. Algumas peças do conjunto não foram expostas porque continham imagens de navios negreiros e de negros acorrentados. Segundo liderança da Associação, não era essa a imagem que queriam passar nesse dia, mas a de um povo alegre e trabalhador. A outra mostra era uma exposição fotográfica organizada pela equipe da UFRGS com parte do material registrado em campo. O foco era a comunidade em suas práticas cotidianas, saberes e patrimônio cultural. As imagens mostravam as atividades rurais, os festejos religiosos, o Maçambique, a produção de artesanato e as paisagens naturais do território.

A cerimônia teve início com o discurso de uma das lideranças, contando a história da comunidade e do território desde o legado do testamento até o processo de titulação. Os sujeitos que surgem nesse discurso de abertura repetem o que já foi tratado nos dois itens anteriores, com relação aos discursos internos à comunidade e com o INCRA. Em cerca de 40 minutos de fala, a comunidade, o INCRA, a universidade, os ex-escravos de Rosa, o MNU e as famílias não quilombolas foram operados enquanto sujeitos para sintetizar e explicar ao público a relação histórica entre a comunidade e o seu território de origem.

O público era formado por cerca de 100 crianças e adolescentes das escolas da região, muitos membros da comunidade, a equipe da UFRGS e outros parceiros como vereadores, professores e oficinairos contratados para as atividades ao longo do dia. O discurso teve a intenção de sensibilizar essas crianças e adolescentes, em sua maioria brancos, com a causa da comunidade. "A gente precisa que vocês tenham essa clareza, porque vocês são o futuro do Brasil" (liderança). Após a fala da liderança, as atividades seguiram com uma palestra sobre a África, ministrada pelo já mencionado morador africano que foi incorporado à comunidade. Foi uma fala rápida, orientada por uma série de *slides* apresentando dados históricos e demográficos, associados a imagens de diferentes tribos e paisagens.

Na sequência, outra liderança da Associação prestou uma homenagem aos "mortos de Morro Alto", em especial à "Vó Preta", referência ancestral do início da luta pelo reconhecimento do testamento, por volta da década de 60. A cerimônia

seguiu com a apresentação do Maçambique, seguida de uma explicação dos significados de cada elemento da vestimenta e das músicas.

o Maçambique é um movimento cultural que nós temos, que é a garantia dos nossos direitos. (Associação, Dia da Consciência Negra, 20/11/2010).

O Maçambique surge no enunciado como a principal referência cultural da comunidade. Se para garantir os direitos constitucionais, fora preciso algo que legitimasse a comunidade como remanescente de quilombo e seu território como de origem, o Maçambique passou a ser o "movimento cultural" que objetiva sua identidade negra, baseada na ancestralidade africana. A explicação dada sobre os simbolismos do Maçambique exaltou a relação com elementos africanos a partir de um sincretismo forte com a Igreja Católica. Em momento algum se fez referência às religiões Afro-Brasileiras com relação ao Maçambique. O dia contou ainda com oficina de capoeira, samba de umbigada e oficina de penteados afro. Mesmo a capoeira não sendo do cotidiano da comunidade, faz parte do imaginário do que constitui uma identidade negra, assim como os penteados. Todas essas referências são tomadas como práticas discursivas, uma vez que explicitam os significados e os elementos simbólicos acionados pela comunidade para expressar um sentido de comunidade quilombola, ou a sua consciência negra.

O contexto do Seminário Ensaio de Geopoética constitui um outro espaço de diálogo entre a comunidade – representada pela participação de uma das lideranças da Associação – com a sociedade – através de um público desconhecido para a comunidade, em geral pessoas envolvidas com as Artes, Geografia ou Antropologia. Em seu discurso, a liderança demonstra um grande desconforto com o ambiente criado. A luz no palco não permite que se enxergue a plateia, aumentando a sensação de insegurança.

Após uma série de histórias desencontradas do cotidiano de sua infância, voltou-se para uma sequência de *slides* que apresentava a história da comunidade. Mais uma vez a história de sofrimento e resistência dos antepassados foi contada para justificar a luta atual pelo título do território. Os *slides* apresentavam dados sobre a comunidade e o território geográfico, citavam os artigos e decretos da



Constituição Brasileira que fazem referência aos remanescentes de quilombo e traziam imagens do Maçambique e das obras da futura sede da Associação.

Lá é um território negro. Quilombola. É um território dentro do território nacional. Com regras próprias. A gente domina a nível de etnia porque nós desenvolvemos o Brasil (liderança da Associação, Seminário Ensaio de Geopoética, registro de vídeo, dia 10 de setembro de 2011).

Ao referir-se ao território, a liderança enfatizou a ideia de autonomia. Segundo ele, "lá é um território negro. Quilombola". O uso do termo "quilombola" não só caracterizou o território como um espaço de resistência negra, como acionou a Constituição, que emprega o mesmo termo para estabelecer direitos às comunidades negras. A ideia de autonomia reforça-se ao afirmar que o território quilombola seria "um território dentro do território nacional". Tal afirmação implica uma ideia de fronteira, de limite. Explicita um território voltado a si mesmo, com regras próprias, tendo o território nacional como um envolvente que ocorre para além das fronteiras desse território menor, o quilombola.

O enunciado explicita ainda uma relação de poder entre Estado e comunidade. Dentro desse território autônomo, quem tem poder é a comunidade, pois "domina a nível de etnia". Existe aqui uma consciência sobre o poder delegado à comunidade a partir da posse coletiva do território. Esse poder se dá não só pela Constituição e o que ela determina, mas pelo papel desempenhado pelo negro no desenvolvimento do Brasil. Nessa ótica, o território quilombola é visto como autônomo, onde a comunidade desempenha poder por ter esse direito garantido pela Constituição e por merecimento ao contribuir com o desenvolvimento da nação.

Eu peço a ajuda de todos aqui presentes, a toda a América Latina! A gente tem uma vida diferente. A partir desse espaço nós podemos transformar a sociedade. Desde o ensino das crianças nas nossas escolas. Nós vamos ensinar uma matemática diferente, que não é numeral, é decimal. Um sistema financeiro cooperativado (liderança da Associação, Seminário Ensaio de Geopoética, registro de vídeo, dia 10 de setembro de 2011).

No enunciado acima, a sociedade, enquanto sujeito, é convocada a apoiar a luta da comunidade em nome de um outro projeto de sociedade. Isso se daria a partir do território quilombola e das características que diferenciam a comunidade do resto da sociedade. Já no enunciado "A gente tem uma vida diferente", os elementos que constituem essa diferença não são explicitados pelo discurso. Na sequência, a

educação de base é acionada como estratégia para a transformação da sociedade. O exemplo de uma matemática diferente, que seria ensinada às crianças, está mais relacionado a uma ideia de economia alternativa ou sistema de cooperativas, discutidos em reuniões de projeto como alternativas para o desenvolvimento do território. Assim, a liderança aciona conceitos de gestão coletiva do território para propor um novo modelo à sociedade em geral, que teria como exemplo a própria comunidade.

## **CAPÍTULO 4. EM CONCLUSÃO: A DINÂMICA DE CONSTITUIÇÃO DO QUILOMBO DE MORRO ALTO**

As conclusões apresentadas a seguir são, na verdade, interpretações proporcionadas pelo trabalho de campo acerca do processo de territorialização e construção identitária das comunidades remanescentes de quilombo. Conclusões que consistem na interpretação do pesquisador sobre os resultados, haja vista que o ato de interpretar tais resultados é sempre fruto de um ponto de vista.

Essa pesquisa se deu a partir de instrumentos de análise segundo os quais as práticas discursivas são consideradas como umas das principais formas de construção tanto de identidade como de novas territorialidades, permitindo conhecer os sentidos da própria comunidade ao refletir sobre si mesma e sobre o seu território. Mesmo que desenvolvida através de instrumentos analíticos que permitam uma abordagem científica do objeto, é impossível atribuir a trabalhos desse tipo um caráter de neutralidade ou imparcialidade. Certamente, a intensidade das relações que se estabeleceram durante o trabalho de campo incidiu sobre a observação e, conseqüentemente, sobre as análises. O resultado desse trabalho se constitui em um dizer sobre a comunidade de Morro Alto, caracterizando tal trabalho também como um discurso: o discurso científico.

Inicialmente, serão apresentadas as interpretações dos próprios atores sobre seu processo de territorialização. Em cada nível de construção de sentido, a comunidade opera sua etnicidade de forma distinta, deixando transparecer o que identificam como constituinte de sua identidade nas diferentes dimensões dialógicas em que se encontram no decorrer do processo de territorialização. Há o sentido interno à comunidade, construído nos discursos que não consideram os agentes externos em suas elaborações; o sentido construído pela comunidade em relação ao INCRA, no papel de agente do Estado responsável pela titulação ou não do território; e os discursos nos quais a comunidade constrói o sentido em relação a um público anônimo, um “outro” que representa a sociedade em sentido amplo, nacional. Apesar de as análises desse item terem permanecido em um nível mais

genérico de abstração, seus resultados foram considerados importantes, pois transmitem um sentido quase que ideal de comunidade e território quilombola.

Posteriormente, as interpretações desses resultados serão postas em diálogo com a teoria discutida anteriormente, desencadeando algumas conclusões interpretativas, tensões e novas questões para debate.

#### 4.1. DA COMUNIDADE À COMUNIDADE

Nos diálogos em que a comunidade constrói sentido com relação a ela mesma, os termos “quilombo” e “quilombola” são utilizados para fazer menção a um fenômeno recente em seu cotidiano. Fica claro que a identificação da comunidade não é com os termos, mas com a referência à ancestralidade negra a que ele remete e aos direitos que a Constituição lhes garante. A identificação como remanescente de quilombo, da mesma forma, é recente, e atribuída à política pública de titulação dos territórios dessas comunidades. O pouco uso do termo no cotidiano e a falta de familiaridade com o mesmo, trocado frequentemente por palavras semelhantes, demonstram que, antes da política pública, o sentido de comunidade se dava baseado em outras relações e identificações, que não de remanescentes de quilombo.

Dentre os aspectos operados pela comunidade para descrever sua etnicidade, essência da identidade compartilhada e baseada na ancestralidade negra, a família assume um papel de destaque. Em suas manifestações, ela aparece como o correlato discursivo da própria ideia de comunidade, descrita como sendo uma grande família. São as relações de parentesco que objetivam a descendência dos ex-escravos da fazenda do Morro Alto e legitimam o direito ao território às novas gerações.

No entanto, essa grande família, como se considera a comunidade, não se restringe exclusivamente às relações de parentesco. Pessoas “de fora” são acolhidas e passam a fazer parte da comunidade de direito, uma vez que vivem em

harmonia com a comunidade negra, apoiem sua luta e compartilhem do sentimento de irmandade. Assim se constituem diversos parceiros da comunidade, alguns de tal forma incorporados ao cotidiano da localidade que hoje fazem parte da Associação e são autodeclarados quilombolas.

O caso do morador africano acolhido pela comunidade reflete bem essas relações de parceria na qual vínculos comunitários são estabelecidos. Sua presença representa objetivamente a etnicidade que vem sendo construída pela comunidade na atribuição de sentido ao processo de identificação como quilombola. O tom da pele, mais preto do que qualquer um da comunidade, o forte sotaque e as indumentárias africanas conferem à sua figura um caráter de entidade, a qual expressaria as origens da comunidade. A ideia de ensinar um idioma africano aos quilombolas é uma forma de acionar elementos da cultura africana no cotidiano dos demais moradores locais.

A origem africana através da descendência direta dos ex-escravos constitui um dos principais vínculos com o território. Os escravos libertos permaneceram pelos morros e pelas principais áreas da antiga fazenda. Dessa forma, as famílias foram se consolidando e construindo elos por todo o território. Os espaços são frequentemente acionados para referenciar as histórias, origens e movimentos das famílias pelos morros. O vínculo entre as diferentes localidades é justificado pela ocupação e movimento das famílias através desses espaços.

Quando uma senhora conta que sua avó, ex-escrava de Rosa Osório Marques, foi "caçada no mato a cachorro", apontando para o morro em frente à sua casa, está produzindo um discurso que territorializa. Sua fala expressa a ancestralidade através da descendência e o vínculo com os morros, que já se fazia presente nos tempos da sua avó e até hoje constitui o seu território.

O território quilombola é descrito pela comunidade a partir de marcos e espaços da mesma forma relacionados aos tempos da fazenda e dos antigos. Os cemitérios onde estão enterrados seus antepassados são apontados como os principais limites físicos. Os morros, assim como as lagoas, também são cenários de muitas histórias e surgem sempre associados a deslocamento, subsistência e refúgio para fugas e esconderijos. As ruínas de construções da fazenda, como as

senzalas, casas grandes e o chão das casas mais antigas, são preservados e referidos como marcos importantes do território da comunidade, com potencial de exploração turística.

A ancestralidade negra se manifesta ainda em ações da comunidade, principalmente das mulheres, no sentido de resgatar técnicas, saberes e práticas dos antepassados que foram, aos poucos, se perdendo com a modernidade. As bonecas de pano negras, os cobertores de trapo e o artesanato com fibras de bananeira expressam uma cultura, um saber que se perpetuou ao longo das gerações, mas que, enquanto prática, foi esquecida.

A condição quilombola, consolidada pela autoidentificação da comunidade como tal, encontra seu espaço de evidência nos discursos dessa comunidade. O Maçambique, o artesanato com fibras locais, as histórias, mitos e tradições, mantidos por gerações, são as principais manifestações discursivas que estabelecem os aspectos formadores da etnicidade no processo de identificação da comunidade como remanescente de quilombo. Nos projetos e planos para o desenvolvimento do território, principalmente com relação ao turismo, a identidade étnica é vista como um modo de vida típico, embora não fique muito claro que elementos garantem essa peculiaridade. Nos discursos cotidianos e nas assembleias, as principais referências a um cotidiano quilombola estão relacionadas à rusticidade, em referência ao modo de vida de seus ancestrais.

Em última análise, o que se percebe é que a comunidade atribui aos quilombos, enquanto política de reconhecimento, uma mudança de rumo na sua história e na relação com o território. O longo processo de negociação com o Estado, desde a abertura do processo de identificação e titulação do território junto ao INCRA em 2001, desencadeou uma intensa transformação na forma de organização da comunidade a partir da tomada de consciência de sua condição social enquanto comunidade de direitos. As assembleias mensais entraram para o cotidiano e as discussões que ali eram proporcionadas influenciaram intensamente os processos de territorialização e identificação enquanto comunidade quilombola.

Os vínculos sociais, as relações de parentesco, as tradições do território e diversos outros elementos que constituem sua história coletiva passaram a ser

ressignificados e compartilhados, constituindo, assim, uma identificação coletiva que repercute diretamente em seu processo de territorialização.

No entanto, durante todo o período em campo, a autoafirmação enquanto comunidade quilombola, descendente dos antigos escravos de Rosa Osório Marques, injustiçados no passado por não receberem do Estado as terras deixadas por ela em testamento, aparece claramente presente no seu cotidiano discursivo. Por mais que o termo “quilombo” não seja o mais utilizado para explicitar essa condição, a referência constante a uma ancestralidade negra que conecta a comunidade ao seu território e ressalta seu espírito de grupo e de luta surge como o principal atributo que, segundo a comunidade, os legitimam como tal.

Na construção do sentido quilombola, a comunidade orienta-se ao passado para reconhecer na família, na história, na cultura e no modo de vida dos antepassados elementos formadores de uma identidade étnica compartilhada. A etnicidade, construída com base em elementos de seu cotidiano que têm origem ou remetem à ancestralidade negra, é acionada para construir referências de um território quilombola.

No processo de territorialização, a comunidade, ou seja, a grande família que descende dos ex-escravos e as pessoas que assim se identificam, é considerada tanto como o elo fundamental com os ancestrais, como a entidade a partir da qual seus valores e sua cultura se perpetuaram no território, o qual é referido discursivamente como a grande referência existencial da comunidade.

#### 4.2. DA COMUNIDADE AO ESTADO

A consciência social e política da comunidade, adquirida ao longo dos anos de luta pela permanência e posse do território e fortalecida com a criação da Associação e o envolvimento com os órgãos estatais implicados no processo de titulação, possibilitou um forte amadurecimento de suas elaborações discursivas nesses contextos.

Considerando a Constituição Brasileira (1988) como o discurso oficial do Estado, essa é acionada nos discursos da comunidade para respaldar legal e moralmente suas reivindicações junto ao INCRA e demais órgãos competentes nas políticas voltadas às comunidades quilombolas. "Ninguém vai rasgar a Constituição na nossa cara" foi uma das frases mais repetidas em situações em que o Estado se fazia presente, seja como sujeito nas elaborações da comunidade, seja como agente presente na relação dialógica. Assim, consciente dos direitos constitucionais, a comunidade aciona a Constituição Brasileira, como principal instrumento de pressão frente ao INCRA.

Enquanto sujeito, o Estado Brasileiro, acionado pelas lideranças quilombolas a partir da Constituição, ou da legalidade, confere à comunidade uma legitimidade e um efeito de autoconfiança muito grande. Em situações de disputa de poder, como ocorre nos enfrentamentos da comunidade com o INCRA, a Constituição é enfatizada sempre que necessário para cobrar do órgão o cumprimento de suas atribuições em titular o território. O Estado concede o direito às comunidades remanescentes de quilombo, reconhece Morro Alto como tal e, segundo seu próprio discurso, tem o dever de titular seu território. Tal consciência confere poder à comunidade e todo o seu discurso se organiza em torno da mesma.

A titulação do território é referida como uma obrigação moral do Estado, não só com a comunidade de Morro Alto, mas com o Movimento Negro e as demais comunidades quilombolas em nível nacional. Essa obrigação é cobrada sempre com base no que rege a Constituição e, muitas vezes, apropriada desse poder concedido pelo Estado, a comunidade se manifesta de forma ameaçadora com relação aos agentes externos, principalmente os representantes do INCRA.

Somados aos discursos da legalidade e da reparação à forma como os negros foram tratados na história do Brasil, valores como a honestidade são utilizados para inserir a causa deles em uma dimensão moral, mais do que legal. Dirigindo-se ao Superintendente do INCRA, de forma pessoalizada, a honestidade desse é cobrada e condicionada ao uso de sua autoridade para titular o território. Esse tipo de prática, na qual a instituição é reduzida ao indivíduo que a representa, é característica da comunidade, possibilitando, assim, que os diálogos ocorram em um



nível discursivo que viabiliza ameaças e questionamentos pessoais. Nesse sentido, valores morais e éticos são cobrados do Superintendente como forma de comprometimento com a comunidade e com a luta quilombola e condiciona uma possível relação de parceria. Se o INCRA cumpre o dever que lhe cabe em titular o território, não só a comunidade, mas todo o movimento ligado à causa quilombola lhe apoiarão em seu exercício; caso contrário, os quilombolas teriam o poder de interferir no curso de seu mandato.

A inserção da luta da comunidade em um contexto mais amplo é prática comum nas elaborações discursivas relacionadas ao Estado. Ao citar o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e a reforma agrária, a comunidade situa seu movimento no contexto político e histórico do país e define sua luta a partir das diferenças dos casos citados. O que está em jogo para a comunidade não é uma parcela de terra, mas o título legal de seu território, que já existe desde a época da fazenda, faltando-lhes apenas a posse legal, responsabilidade do Estado em conceder-lhes.

Ainda no mesmo processo de acionar a história de segregação racial do país como justificativa e estímulo para a luta quilombola, os índios são trazidos para os discursos como exemplo de luta semelhante. A longa história das políticas indigenistas no Brasil é referida para destacar a falta de experiências do Estado para tratar com o movimento quilombola. Segundo a comunidade, ao contrário das políticas indigenistas, as políticas voltadas às comunidades quilombolas constituem "um direito novo, um direito coletivo". As lideranças da comunidade se utilizam dessa comparação e dos poucos resultados obtidos até hoje relacionados às comunidades indígenas para pressionar as autoridades a agirem de outra forma, sempre condicionando seu apoio ao Estado, enquanto movimento social influente, à postura com relação às titulações do quilombo.

A etnicidade, nesse caso, é referida nos discursos com base no espírito de luta e na forte organização social e política da comunidade. Tal característica é referida como herança dos antepassados; é uma característica hereditária, que passa a ser estrategicamente incorporada às construções discursivas relacionadas ao Estado. A etnicidade aparece nos discursos como um forte espírito de grupo,

definido a partir da capacidade de articulação em torno da luta pelos direitos constitucionais. O sofrimento vivido pelos seus ancestrais surge nos discursos como referência histórica que legitima esse espírito de luta. Toda a exploração, perseguição e injustiças sofridas pelos antepassados são operadas discursivamente para além dos limites da comunidade e do território. A história do negro no Brasil é apropriada pela comunidade para atribuir valor ao espírito de luta como um importante aspecto da identidade quilombola.

A etnicidade, baseada na herança de sofrimento e resistência dos antepassados, é construída discursivamente pela comunidade a partir de três eventos: a luta dos ex-escravos em permanecer no território após a liberdade; a repressão vivida por algumas das principais lideranças durante o período da ditadura militar; e a atual luta pela titulação do território. A ancestralidade é operada nos discursos não mais relacionada ao legado cultural, ou pelo vínculo ancestral com o território, mas ao legado de luta e resistência, alimentado por todo o sofrimento vivido e cujas lembranças são transmitidas de geração em geração.

O processo de territorialização se manifesta nos discursos com ênfase nas injustiças vividas pela comunidade e pelas sucessivas invasões e perdas de território ao longo do tempo. Em diversos momentos são trazidos à tona acontecimentos que expressam o sentimento de injustiça vivido em diferentes períodos de sua história: 1) quando o Estado não entrega o território deixado em testamento por Rosa Osório Marques aos ex-escravos; 2) quando passam a perder partes do território para posseiros e imigrantes assentados pelo próprio Estado, desrespeitando a existência do testamento; e 3) quando há perseguições e prisões de líderes da comunidade pela ditadura militar e esses têm que se refugiar nas matas, como nos tempos de cativoiro.

A posse legal do território é descrita como a principal condição para o desenvolvimento da comunidade. Só assim seria possível proporcionar um futuro melhor às famílias quilombolas. Tal condição justifica-se pela ideia de que só poderá haver desenvolvimento quando a comunidade tiver autonomia na gestão de seu território. Reforçando a crítica dirigida às famílias não quilombolas, que estariam

explorando os recursos naturais de forma predatória, a comunidade, ao falar de si, expressa uma relação diferente com a natureza.

Nesse sentido, a titulação seria a oportunidade de desenvolvimento de um grande projeto no território, no qual a preservação da natureza seria a base de uma convivência harmônica entre a comunidade e com a natureza. Nas palavras da comunidade, esse projeto serviria de modelo a toda a humanidade, uma vez que é baseado em valores comunitários, humanitários e de sustentabilidade. De posse do território, a comunidade adquiriria não apenas a autonomia política, mas ainda a força suficiente para a emancipação como município. A ideia de constituir um modelo para a sociedade se apresenta ao afirmarem que estariam construindo uma nova república, baseada nos valores comunitários, éticos e morais citados anteriormente.

O principal diferencial percebido na construção de sentido nos discursos da comunidade com relação ao estado é o uso de elementos constituintes do discurso do próprio Estado em suas elaborações. Por ter realizado quase todos os passos do processo de titulação, a legitimidade da comunidade em sua luta, respaldada pelo próprio Estado através da Constituição, já foi sacramentada em todos os níveis. A comunidade já foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo, o que lhe garantiu o direito de reivindicar a posse de seu território de origem. Os limites do território, apontados segundo seus próprios critérios de territorialização, já foram endossados pelo Laudo Antropológico em 2004. Em outras palavras, a comunidade está amparada pela Constituição na garantia da posse do território enquanto direito e dever do Estado, e se esforça em expressar discursivamente essa consciência.

A etnicidade, baseada no histórico espírito de luta, ressalta três valores importantes para a comunidade: o espírito de grupo reforçado pelo sofrimento herdado de seus antepassados e que persiste até hoje na forma como o Estado se posiciona frente à comunidade e ao movimento negro; a consciência de seus direitos constitucionais, que move a comunidade a se mobilizar, resistir às opressões externas e reivindicar seu espaço; e o compromisso em continuar a luta até alcançar seus objetivos, que são a ressignificação dos objetivos de seus antepassados.

### 4.3. DA COMUNIDADE À SOCIEDADE

Ao apresentar-se frente a um público externo indeterminado, ou desconhecido, como ocorreu em eventos, entrevistas ou em materiais de divulgação produzidos pela comunidade, ela própria passa a constituir o principal sujeito de seu discurso. Ideais, valores, símbolos e histórias são operados discursivamente para construir, no outro, um sentido de comunidade quilombola. A partir desses elementos, a comunidade se expressa enquanto um coletivo que compartilha uma identidade e que resiste culturalmente em seu território de origem.

A etnicidade surge novamente relacionada nos discursos à ancestralidade negra. A própria ideia de comunidade é orientada ao passado, aos antepassados, ao legado cultural e ao território deixado por eles. Essa referência ao passado é percebida de diversas formas, seja nas inúmeras histórias contadas, nas referências estéticas à cultura africana utilizadas para decorar eventos ou na importância dada ao Maçambique nas práticas religiosas e culturais da comunidade.

A ancestralidade negra é ressignificada a partir do espírito de cooperação e coletividade. Ao trabalho coletivo são atribuídos valores como cooperação, respeito e solidariedade. Por mais que não seja uma prática cotidiana que envolva grande parte da comunidade, o fruto do trabalho de grupos como o de artesanato ou culinária acabam por adquirir forte expressão e visibilidade para fora, pois tais produtos são expostos em feiras e eventos e dizem muito sobre a identidade quilombola que se constrói nessas práticas, uma vez que os produtos trazem elementos e referências culturais atribuídos aos antepassados.

Percebe-se que, nesses contextos dialógicos envolvendo a sociedade nacional de forma anônima, a comunidade se coloca como agente de sua própria história. Enquanto povo negro, a herança de sofrimento e perseguição vividos por gerações confere-lhe a consciência do merecimento à terra e ao desenvolvimento. O título do território proporcionaria a autonomia necessária para desenvolver seu estilo de vida, que se difere dos demais pela forte relação com a natureza, pelo espírito de cooperação e por sua cultura ancestral. A comunidade, com relação à sociedade, vê

a si própria como um grupo autônomo, com um modo de vida diferente, que, atingindo seus objetivos, seria um exemplo a toda a sociedade.

#### 4.4. O MOSAICO: UMA RELAÇÃO DIALÓGICA POSSÍVEL

Retomando o problema central desse trabalho, ou seja, a construção do mosaico acerca do processo de territorialização e identificação da comunidade de Morro Alto, foram estabelecidas algumas relações possíveis entre os conceitos apresentados no capítulo teórico e as interpretações advindas da análise dos dados empíricos.

Com base no conceito de *evento* (SANTOS, 1999 e 2006), o processo de titulação e identificação dos territórios quilombolas pelo INCRA é encarado como um marco na história das comunidades negras. No sentido dado pelo autor, o evento permite compreender o passado, presente e futuro em um mesmo espaço, como um conjunto de possibilidades. O fenômeno quilombola opera justamente com a conexão entre a ancestralidade das comunidades a partir de uma perspectiva futura, propiciada pelo projeto de comunidade e de território. Essa relação se manifesta no espaço cotidiano destas comunidades. Há um movimento de orientação ao passado, na busca pelo autoconhecimento de sua história, resignificando no presente as referências ancestrais que irão constituir uma identidade quilombola, garantindo assim sua posição como comunidade de direito.

Seguindo as categorias propostas pelo autor, o processo de titulação do território da comunidade de Morro Alto é considerado de larga duração, pois já se estende por mais de uma década. Sua escala é local, porém, se tomadas em conjunto todas as comunidades que reivindicam seus territórios atualmente, atinge uma escala de nível nacional. É nessa dimensão mais ampla que se manifesta o fenômeno quilombola, com suas reverberações locais que constituem os processos de identificação e territorialização das comunidades.

O processo de territorialização da comunidade de Morro Alto pode ser abordado a partir de eventos menores\* decorrentes do processo de titulação. Os limites do mosaico são definidos pelos eventos em que a comunidade conduz seu processo de territorialização para esferas discursivas. Nesses contextos, percebe-se o esforço da comunidade em estabelecer e expressar os laços ancestrais entre a comunidade e seu território. Nesse processo de territorialização, a ancestralidade negra é revisitada e se manifesta a partir de uma série de elementos e símbolos, com o objetivo de construir uma identidade baseada na etnicidade (BARTH, 1998).

Há um movimento genuíno de ressignificação da história para compor uma identidade atual, marcada pela necessidade de estabelecer fronteiras entre quem é considerado membro da comunidade quilombola (e deve compartilhar os aspectos identitários do grupo) e quem não é. A etnicidade refere-se aqui aos elementos acionados pela comunidade, através de ações ou de forma discursiva, ao diferenciar-se dos demais grupos sociais no processo de autoidentificação como remanescente de quilombo. Esses elementos formadores da identidade étnica não necessariamente se manifestam nas ações cotidianas, sendo, muitas vezes, construídos apenas enquanto discurso. No processo de territorialização, tais elementos têm papel fundamental na significação tanto dos vínculos ancestrais entre a comunidade e o território como nos projetos futuros para seu desenvolvimento.

No caso das comunidades quilombolas, a etnicidade assume um caráter situacional\*\*, uma vez que passa a ser utilizada como recurso para legitimar a existência e os limites do território de origem. A partir da análise dos discursos da comunidade nos três níveis de autoconstrução de sentido propostos, pôde-se verificar que a etnicidade é construída a partir de referências históricas que, no presente, são ressignificadas para constituir uma identidade coletiva. O sentido dado à etnicidade varia, dentro de um leque de possibilidades, de acordo com o nível dialógico em que opera a situação.

No nível de autoconstrução de sentido na própria comunidade, o termo “quilombo” é associado claramente a uma política recente, um direito adquirido. A autoidentificação da comunidade se dá mais como comunidade negra do que como

---

\* Conforme o exposto no Capítulo 2 dessa dissertação.

\*\* Conforme o exposto na página 43 dessa dissertação.

quilombola. A política quilombola foi o que impulsionou a comunidade a olhar pra trás, conhecer sua história desde o ponto de vista coletivo. A ancestralidade africana e a relação direta de parentesco com os ex-escravos da fazenda constituem a base objetiva de sua etnicidade. Essa está calcada principalmente na família, no território e no sentimento de irmandade.

A ideia de fronteira (BARTH, 1998) surge numa perspectiva mais integradora. Para fazer parte da grande família quilombola, como se identifica a comunidade, não é condição possuir relações de parentesco ou mesmo ter a pele escura. O sentimento de irmandade e a identificação com a comunidade é o que incorpora e legitima aqueles que chegam de fora como quilombolas, ganhando lugar no compartilhamento dos direitos. No que se refere o território, as fronteiras físicas são estabelecidas, da mesma forma, com base no passado. Os marcos históricos, os espaços importantes da fazenda e os cemitérios são associados ao movimento das famílias entre as localidades para definirem os limites do território.

Nesse nível dialógico, a comunidade opera com elementos e sujeitos próximos do seu cotidiano ou do cotidiano de seus antepassados, os quais permaneceram nas narrativas e na memória do grupo por gerações. O sentido de comunidade está baseado nas referências ancestrais étnicas herdadas e valoradas a partir dos laços familiares e de solidariedade – ou irmandade, nos termos da comunidade. Essa identidade está diretamente relacionada ao território da fazenda do Morro Alto, onde seus antepassados resistiram, dando origem ao território atual.

Com relação aos discursos cujo sentido se constitui em relação ao INCRA, percebe-se a apropriação do discurso do próprio Estado nas construções discursivas da comunidade. O discurso da legalidade é operado pela comunidade para expressar sua consciência acerca dos direitos constitucionais. Geralmente associado ao discurso da justiça, o discurso da comunidade relaciona a política quilombola atual à demanda de o estado reparar os erros históricos causados ao longo da história do povo negro no país. Aqui, portanto, prevalece o significado legal de remanescente de quilombo.

A identidade coletiva, da mesma forma como ocorre no caso anterior, é construída com base na etnicidade. Essa se define, porém, com ênfase no

sofrimento e na opressão vividos historicamente e que se refletem no espírito de luta e na forte organização política, principal característica da comunidade.

O território surge como a referência geográfica de toda a luta pela sobrevivência da comunidade e como a possibilidade de desenvolvimento futuro. A relação entre a comunidade e seu território se dá a partir de uma relação particular com a natureza, descrita a partir de ideais de sustentabilidade. A ideia de fronteira é percebida mais claramente nesse contexto de disputa discursiva com o INCRA. A comunidade define quem é ou não quilombola a partir de critérios como a extensão da propriedade, as relações de parceria ou não e as relações historicamente estabelecidas com as famílias. Os limites físicos do território são descritos a partir de dados oficiais, números e mapas contidos no Relatório Técnico.

Percebe-se, portanto, que nesse nível de construção discursiva, no qual o principal agente do processo de titulação, o INCRA, se encontra em posição de disputa discursiva, os sentidos se constroem a partir de valores legais e de uma consciência social humanitária, atribuindo ao estigma social do negro o significado étnico que garante os direitos reparatórios aos danos históricos sofridos ao longo da história.

No tocante à sociedade, também há uma variação nos significados dados à etnicidade para a construção de sentido nos discursos da comunidade. O foco não está mais no Estado como principal agente do processo de territorialização, mas na própria comunidade. Ela surge atribuída a um forte espírito de grupo. A ênfase aqui, contudo, não é na luta, mas na capacidade de organização e trabalho cooperativo. A comunidade é descrita a partir de valores como respeito, solidariedade e cooperação.

A etnicidade se expressa, novamente, a partir de referências culturais diretamente associadas à matriz africana dos antepassados. Essa origem e seu legado cultural são o que definem a comunidade como detentora de um modo de vida próprio. As ideias de autonomia e cooperativismo surgem nos discursos tanto para atribuir um caráter cosmológico próprio à relação da comunidade com seu território, quanto para justificar a luta pela posse coletiva.



Frente à sociedade e ao mundo, a comunidade se identifica a partir de uma conexão intrínseca com o território. Esse, por sua vez, a partir da autonomia proveniente da titulação do território, corresponde a uma comunidade que se torna um modelo de sustentabilidade à sociedade. Os sentidos, assim, são construídos com base em um grande projeto de desenvolvimento do território, que será modelo para as demais localidades. Nessa perspectiva, a comunidade se coloca como agente de sua própria história.

Apesar de o caráter situacional da etnicidade permitir diferentes atribuições de sentido à identidade étnica e ao território, a referência à ancestralidade negra, decorrente da descendência de escravos, se manifesta como principal sujeito territorializador no horizonte do fenômeno quilombola. Em busca de seus direitos, negligenciados desde sempre e ameaçados cada vez mais nas últimas décadas, as comunidades vêm lutando para afirmar sua identidade étnica e, conseqüentemente, estabelecendo novas fronteiras simbólicas com relação a outros grupos e outros territórios.

Em seu processo de territorialização, a comunidade estabelece novas territorialidades como estratégias político-culturais, mesmo que cotidianamente. No entanto, tanto o território como as ações referidas não se manifestem concretamente.\* O sucesso das políticas voltadas às comunidades quilombolas – das titulações até investimentos em programas habitacionais, de educação ou saúde – depende da profunda compreensão, por parte dos agentes públicos, de como essas comunidades operam discursivamente.

[S]eria importante, por exemplo, pensar o que pode estar significando, nos próprios termos dos grupos 'remanescentes de quilombo' o sentido que os mesmos estão imprimindo à sua ocupação nas suas múltiplas dimensões que compreendam as relações estabelecidas entre suas historicidades e territorialidades, que nas palavras de João Pacheco de Oliveira compõem processos de territorialização. (CHAGAS, 2005, p. 315).

Enquanto dinâmicas, os processos de territorialização estão sempre sujeitos a novas ações, novos rumos e, portanto, novas interpretações. Enquanto procedimento de reflexão, esse trabalho pretende contribuir na construção do sentido científico sobre os processos de territorialização das comunidades

---

\* Conforme o exposto na página 44 dessa dissertação.

quilombolas, considerando, principalmente, a relevância de se considerar o caráter relacional e situacional dessa classe de dinâmicas.

Nesse sentido, a identidade étnica, a cultura e os saberes ancestrais que se constituem e se preservam no cotidiano das comunidades, atribuem valor ao território enquanto referente existencial da comunidade. Existência que não se esgota nesse momento histórico e sentido, pois seguirá em construção a cada novo evento, em contínua territorialização e identificação quilombola.

## Medidas Compensatórias aos Quilombolas de Morro Alto pelas obras de duplicação da BR-101 Detalhamento de Metas e Atividades do Plano de Trabalho

- Equipe Executora: LAE e LABORS / UFRGS (antropólogos, sociólogos, engenheiros agrônomos, arquitetos, turismólogos, assistentes sociais, profissionais de registro audiovisual etc.);
- Criação Financeira: FAURGS
- Tempo de vigência: de dezembro de 2009 a dezembro de 2011
- Sedes de Operação: Dependências do LAE e do LABORS (Av. Bento Gonçalves, 9.500 Campus do Vale, Porto Alegre) e escritório alugado em Morro Alto.
- Contato:

### METAS:

#### Meta Zero:

- Atualização do banco de dados socioeconômicos dos membros dos troncos familiares quilombolas;
- Articulação entre quilombolas, agentes da duplicação da BR-101 e interesses privados locais;
- Articulação entre quilombolas e instituições do Poder Público federal, estadual e municipal.

#### Meta 1: Rejeitada

#### Meta 2: Rejeitada

#### Meta 3: Rejeitada

#### Meta 4: Rejeitada

#### Meta 5:

- Integração de atividades tradicionais quilombolas, aproveitando o fluxo turístico na alça de contorno de Morro Alto para dinamização da economia local.

#### Meta 6: Rejeitada

#### Meta 7:

- Cursos de aperfeiçoamento em Morro Alto e municípios da região sobre questões étnico-raciais, negritude e afroreferência, políticas afirmativas, impactos diretos diferenciados, patrimônio material e imaterial, referências culturais e históricas, bens artísticos e sítios arqueológicos.

#### Meta 8:

- Reunião em Morro Alto com representantes do DNIT, INCRA, Ministério Público Federal, Fundação Palmares, Setores do Governo do Estado e dos Municípios para esclarecer sobre processo de desapropriação e indenização gerados pela duplicação da BR-101

#### Meta 9:

- Aplicação de metodologia participativa para elaboração de projeto para construção de Centro Cultural
- Construção de Centro Cultural Quilombola

#### Meta 10:

- Diagnóstico participativo da estrutura produtiva local considerando as anuais expectativas dos troncos familiares quilombolas;
- Diagnóstico das características técnicas locais;
- Mobilização de instituições locais para distribuição e comercialização dos produtos quilombolas.

#### Meta 11:

- Diagnóstico participativo das vocações de trabalho e renda dos troncos familiares quilombolas;
- Promover a coesão e qualificação da mão-de-obra quilombola;
- Envolver setores externos para ampliação de oportunidades de trabalho e renda.

#### Meta 12:

- Elaboração e execução participativa de projeto de turismo sustentável;
- Ampliar a visibilidade, difusão e recuperação da identidade cultural da comunidade quilombola através da identificação e organização de atrativos aos visitantes;
- Integrar valor cultural aos produtos locais;
- Buscar parcerias para divulgação e cooperação para consumo externo dos produtos locais.

#### Meta 13: Rejeitada

#### Meta 14: Rejeitada

#### Meta 15:

- Capacitação técnica e profissional da população quilombola para sua melhor integração no desenvolvimento regional;
- Integração de instituições educacionais locais para promover capacitação técnica dos quilombolas.

#### Meta 16:

- Efetuar parcerias com associações de produtores dos municípios da região.

## ANEXOS

### 1) Folder contendo as metas do Projeto de Medidas Compensatórias.

Meta 17: Rejeitada

Meta 18:

- Estudo diagnóstico do uso tradicional e das alterações recentes na utilização dos recursos hídricos locais.
- **Em tramitação**

Meta 19:

- Auxiliar no cadastro dos quilombolas para habitá-los ao financiamento da casa própria pelo Programa Minha Casa Minha Vida da CEF;
- Auxiliar na elaboração dos projetos das casas a serem financiadas pela CEF.
- **Em tramitação**

Meta 20:

- Construção de um estádio de futebol junto ao Centro Cultural Quilombola.
- **Em tramitação**

Meta 21:

- Diagnóstico participativo sobre as alternativas de projetos de sustentabilidade agropecuária;
- Avaliação técnica das condições agro-ecológicas do ambiente local;
- Aquisição de Equipamento Agrícola
- **Em tramitação**

Meta 22:

- Elaboração de projeto de agroindústria;
- Construção de espaço e prédio para funcionar agroindústria;
- Aquisição de equipamento para agroindústria.
- **Em tramitação**

Meta 23:

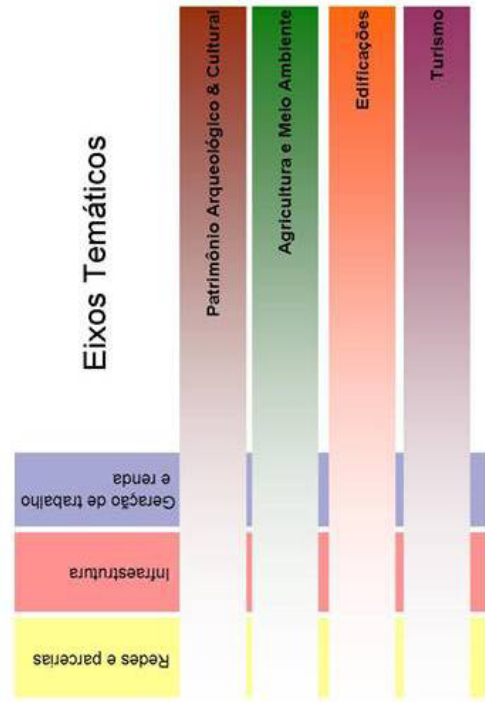
- Identificação e mapeamento de atrativos quilombolas;
- Plano participativo para implantação de trilhas ecológicas;
- Beneficiamento dos caminhos e acessos;
- Articulação com a estrutura turística da região do litoral norte;
- Capacitação de monitores e guias turísticos quilombolas;
- Construção de um quiosque para venda de produtos quilombolas;
- Campanha de marketing.
- **Em tramitação**

Meta 24:

- Elaboração, tramitação e execução de projeto de Registro dos sítios e bens arqueológicos;
- Elaboração e execução de Estudo Preliminar do INRC;
- Elaboração e execução de projeto de consolidação de remanescentes arquitetônicos quilombolas;
- Elaboração e execução de projeto de acompanhamento e salvamento arqueológico dos locais atingidos pela implantação de trilhas de visitação;
- Encaminhar ao IPHAN indicativo de políticas de Salvaguarda do Patrimônio Cultural;
- Implantação de placas de sinalização.
- **Em tramitação**

Meta 25:

- Levantamento etnográfico da ocupação quilombola de Morro Alto;
- Produção de Laudo Antropológico complementar de identificação e delimitação do território quilombola;
- Encaminhamento do laudo ao INCRÁ.
- **Em tramitação**



2) Declaração de autorização para uso do material produzido pela equipe da UFRGS durante a execução do Projeto de Medidas Compensatórias.

Declaro que o uso de todas as imagens, vídeos e documentos utilizados ou citados neste trabalho são de posse coletiva da equipe executora do Projeto de Medidas Compensatórias e constituem o acervo do Laboratório de Arqueologia e Etnologia da UFRGS. A utilização do acervo para publicações, artigos e trabalhos acadêmicos está devidamente autorizada aos membros da equipe, desde que citada sua procedência.

Na ausência de qualquer documento formal, por escrito, que comprove este acordo da equipe, assumo aqui a responsabilidade pelo uso do material.

Porto Alegre, 04 de abril de 2013.

---

Raquel Novo de Azevedo

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo W. de. Os quilombos e as novas etnias. In: LEITÃO, Sérgio. (Org.). *Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.
- ARAÚJO, Frederico G. de. "Identidade" e "Território" enquanto simulacros discursivos. In: Frederico G. de & HAESBAERT, Rogério da C. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. São Paulo: Access, 2007.
- \_\_\_\_\_, Frederico G. et al. Territorializações em dialogismo impertinente. In: XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2009, Florianópolis. *Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR*. Florianópolis: ANPUR, v.9, 2009, s.p. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/issue/view/99>>. Acesso em 07 de maio de 2012.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARCELLOS, Daisy. M. et al. *Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2004.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- BECKER, Howard S. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. (Org.). *A miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BRYMAN, Alan. *Social research methods*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- CASTRO, Eduardo V. de. O nativo relativo. In: *Mana* [online]. 2002, vol. 8, n. 1, p. 113-148.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: v. 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAGAS, Miriam de Fátima. *Reconhecimento de direitos face aos (des)dobramentos da história: um estudo antropológico sobre territórios de quilombos*. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CRUZ, Valter do C. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, Frederico G. de & HAESBAERT, Rogério da C. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. São Paulo: Access, 2007.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras branca*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EFUFBA, 2008.

GOLDMAN, Marcio. Antropologia da Política e Teoria Etnográfica da Democracia. In: \_\_\_\_\_. *Como funciona a Democracia: uma teoria etnográfica da Política*. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2006.

HAESBAERT, Rogério da C. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” a “multiterritorialidade”*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: Frederico G. de & HAESBAERT, Rogério da C. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. São Paulo: Access, 2007.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEITE, Ilka B. *O legado do testamento: a Comunidade de casca em Perícia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

\_\_\_\_\_. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: \_\_\_\_\_. *Etnográfica*. Lisboa, v. IV, n. 2, 2000.

MARZULO, Eber Pires. *Espaço dos Pobres: Identidade Social e territorialidade na modernidade tardia*. 2005, 306 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

O'DWER, Eliane Cantarino. Territórios Negros na Amazônia: práticas culturais, espaço memorial e representações cosmológicas. In: WOORTMAN, Ellen F. (Org.). *Significados da terra*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: 1996.

RUBERT, Rosane A. *Comunidades negras rurais no RS: um levantamento socioantropológico preliminar*. Porto Alegre: RS Rural; Brasília: IICA, 2005.

SAHR, Cicilian L. L. (Org.). *A paisagem como patrimônio cultural: Campos Gerais e Matas com araucárias no Paraná*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. In: *Cadernos do IPPUR*, ano XIII, nº 2, 1999, p. 15-26.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUER, Marcos A. & SPOSITO, Eliseu S. *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009.

SENADO FEDERAL. *Constituição Federal do Brasil*. Brasília: Republica Federativa do Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. *Decreto Nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Republica Federativa do Brasil, 2003.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SILVEIRA, Maria L & SANTOS, Milton. *Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOMMER, Michelle Farias. *Territorialidade negra urbana: A morfologia sócio-espacial dos territórios negros urbanos segundo a herança histórica comum*. 2005, 224 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

VERDEJO, Miguel Expósito. *Diagnóstico Rural Participativo: um guia prático*. Secretaria de Segurança Alimentar – MDA: Gráfica da Emater, 2006.

VOGT, Carlos & Fry, Peter. *Cafundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.